

NAIR LEME FODÉ

PARA UMA PEDAGOGIA DA TRADUÇÃO

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, na Área de Filosofia e História da Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Joaquim Brasil Fontes Júnior.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

- 1981 -

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

## ERRATA

na p. 2, leia-se a citação do seguinte modo:

"justalinear, que é aquela em que o texto de cada língua vai traduzido ao lado ou na linha imediata; - literal; - livre, a que não se cinge às palavras do texto original (opõe-se à tradução literal)".

na p. 3, linha 14, leia-se: "da expressão", e não "do expressão"

na p. 66, linha 13, leia-se: "o linguista", e não "a linguista"

na p. 69, linha 15, leia-se: "psychological", e não "psycologica"

na p. 72, linha 24, leia-se: "diferentes", e não "deferentes"

na p. 74, linha 7, leia-se: "pressupõem", e não "pressupõe"

na p. 101, linha 11, leia-se: "filologia", e não "filosofia"

na p. 109, linha 5, leia-se: "prescritiva", e não "prescrita"

na p. 116, linhas 23 e 25, leia-se: "deve ser" e "são feitas", e não "devem ser" e "são feitos"

na p. 157, linha 5, leia-se: "formal", e não "forma"

COMISSÃO JULGADORA

---

---

---

#### Dedico

- à memória de meu pai;
- à minha mãe;
- ao meu esposo e filhos.

#### Agradeço

- ao Prof. Dr. Joaquim Brasil Fontes Júnior, orientador deste trabalho;
- aos Profs. Eduardo, Hilário, Dorotéa e Tom, pelo estímulo e bondade.

"O homem é o inacabado, ainda que  
seja cabal em sua própria incon-  
clusão; e por isso faz poemas,  
imagens nas quais se realiza e  
se acaba, sem acabar-se nunca  
de todo."

( Octavio Paz )

## Índice

Introdução - Considerações gerais sobre tradução, sua necessidade e ensino	1
Capítulo I - Linguagem: natureza, função, definição	30
Natureza da Linguagem	30
Definição	39
Funções da Linguagem	42
Capítulo II - Descrição Lingüística	51
Capítulo III - Análise Estilística	66
Capítulo IV - Análise Prática	85
4.1. A Linguagem Legal	85
4.2. Um Exemplo de Linguagem Religiosa: O Credo	100
4.3. A Linguagem Científica	109
Conclusão	134
Bibliografia	170

## Introdução

Considerações gerais sobre tradução, sua necessidade e ensino.

A tradução sempre ocupou um lugar de grande importância na história humana; quer como ponto de ligação entre culturas diferentes, quer como meio para divulgação de conhecimentos, quer como veículo de sobrevivência econômica e intelectual e vem assumindo um papel cada vez mais proeminente no mundo moderno. Por isso, é assunto que vem despertando grande interesse por parte não só dos lingüistas que se preocupam com os diversos campos da lingüística aplicada, mas também por parte dos profissionais comprometidos com a tarefa de tornar um texto, escrito numa língua, passível de ser lido em outra, e também por parte dos professores de uma segunda língua ou língua estrangeira que se têm valido, através dos tempos, da tradução, como uma das técnicas de transmissão de cultura. Mais recentemente tem-se tornado a preocupação de matemáticos e engenheiros eletrônicos e merecido pesquisa sistemática para a formulação das chamadas máquinas de traduzir.

O mercado brasileiro, quer no campo da leitura como entretenimento, quer no campo das leituras específicas, técnicas e científicas, apresenta um vasto número de obras traduzidas.

O termo "tradução" pode assumir várias significações. Ferreira (1967), em seu Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, diz que:

"traduzir é transpor de uma para outra língua"

e classifica a tradução em:

"justalinear, que é aquela em que cada língua vai traduzida ao lado ou na linha imediata; literal e livre, a que não se cinge às palavras do texto original (opõem-se à tradução literal)"

É uma definição vaga que apenas se detém na informação etimológica do verbo "traducere" que significa "levar alguém para o outro lado, para outro lugar", sem se aprofundar nos mecanismos que tal transposição envolve.

Para que o conceito de tradução fique mais claro faz-se necessário buscar as implicações que abrange. Há, por exemplo, a forma de tradução que procura trazer para nossa linguagem o verdadeiro pensamento expresso por outrem. Ficamos muitas vezes insatisfeitos pois, não raramente, nossa "tradução" é imperfeita, acarretando mal entendidos, já que não sabemos captar toda a mensagem contida nos encontros sociais. Ainda podemos solicitar que nosso parceiro, numa conversa, na mesma língua, "traduza" a linguagem que está usando, para melhor entendermos seu pensamento. É o que, na linguagem popular, seria "trocar em miúdos" ou deixar de usar uma "linguagem de domingo".

Ainda pode existir a tradução numa mesma língua, quando registros dialetais interferem na comunicação.

Para o lingüista, como para qualquer usuário da língua, a tradução é parte constante do processo de comunicação onde

"o significado de um signo lhe pode ser substituído" (Jakobson, 1971, p. 64).

Jakobson distingue três maneiras de interpretar um signo ver-

bal: traduzindo-o por outros signos na mesma língua, "tradução intralingual ou reformulação"; em outra língua, "tradução interlingual ou propriamente dita"; ou em outro sistema de símbolos não-verbais, "tradução inter-semiótica ou transmutação".

A tradução intralingual conduz ao problema da sinonímia mas,

"quem diz sinonímia não diz equivalência completa." (Jakobson, 1971, p. 65).

Às vezes, o codificador, ao se valer da tradução intralingual, recorre ao circunlóquio.

Da mesma forma, ao nível da tradução interlingual, não há apenas a mera correspondência de símbolos, combinação seqüencial de palavras, mas também equivalência dos símbolos e de suas combinações, o que leva à necessidade de se aprender o significado da expressão global.

Nida (1964) salienta que, embora a tradução interlingual seja aceita como necessária, seus resultados são mal recebidos, pois, a tradução é como vinho velho em garrafas novas. Há, porém, traduções bem feitas e artísticas.

Dentre os diversos tipos de tradução vamos focalizar o interlingual e limitar o trabalho de tradução à passagem de uma mensagem de uma língua para outra, o que Mounin (1975) classifica de "bilingüismo", que é, segundo ele, um "contato de línguas".

Como o contato de línguas pode acarretar uma série inevitável de interferências, o problema principal que se apresenta à tarefa da tradução é

"saber até que ponto duas estruturas em contato podem se manter intactas e em que medida elas influirão uma sobre a outra (Mounin, 1975, p. 17).

Se, ao contrário, pudéssemos imaginar a possibilidade de bilinguismo total, isto é, uma situação em que seria possível empregar duas línguas em contato, sem que houvesse quaisquer interferências, então não precisaríamos focar o tema tradução como problema e nossa proposta seria inútil.

Como bem nos lembra Nida, a tradução se apresenta carregada de restrições impostas pelos contextos culturais, pelos diferentes estilos lingüísticos ou pelos meios de comunicação. Exemplo de restrições nos meios de comunicação é a dublagem em programas de televisão, quando em tomadas de cena que focalizam os movimentos faciais há a necessidade não só de se prender ao tempo de expressão como também à estrutura silábica, o que é quase impossível. O tradutor de certos autores como, por exemplo, Jorge Amado, estará sempre se defrontando com problemas de como melhor transferir para outro código lingüístico todas as implicações regionalistas ou termos referentes à alimentação. Como traduzir para o inglês, por exemplo, a palavra "cuscuiz"?

Embora a tradução tenha atualmente atraído a atenção de muitos estudiosos, ela esteve sempre presente no campo da comunicação e sua prática tem uma longa história.

A mais famosa tradução do mundo antigo é a da Pedra de Roseta, que, encontrada no ano de 1799, data do segundo século a.C..

Há, porém, evidências da prática da tradução que remontam a tempos anteriores ao da Pedra de Roseta, quando Sargão da Assíria ordenava que seus sucessos fossem cantados da mais bela forma nas muitas línguas de seu império. A Babilônia, na época de Hamurabi (c.2100 a.C.), era uma cidade poliglota, contando com um corpo de escribas cuja função era traduzir editais em várias línguas. Grande parte dessas primeiras manifestações no campo da tradução consistia na elaboração de longas listas de itens lexicais em várias línguas, formando o que poderíamos chamar de primeiros dicionários (ver Nida, 1964, cap. 2).

Por volta de 397 a.C., o povo judeu, que voltava do cativeiro na Mesopotâmia, não era mais capaz de entender o hebreu usado nas Escrituras Sagradas e, então, tradutores ou intérpretes tiveram que explicar seu conteúdo numa forma de aramaico, que logo se tornou a língua do comércio semita na parte oriental do Mediterrâneo.

No mundo greco-romano, a tradução era largamente utilizada. Livius Andronicus, por volta de 240 a.C., havia traduzido a Odisseia em latim. Apesar de não haver nenhum estudo sistemático dos problemas da tradução, escritores, como Quintiliano, Cícero, Horácio, Catulo e Plínio, o Jovem, fizeram excelentes traduções dos clássicos gregos.

Na época do Renascimento, a Europa viu-se inundada por um dilúvio de traduções, principalmente do grego. A redescoberta do mundo antigo havia produzido uma curiosidade intelectual pelos au-

tores clássicos, dificultando até mesmo o crescimento de criações literárias nativas. Na Inglaterra, a tradução do Novo Testamento (1525) por Tyndale teve grande influência sobre o povo e fixou um padrão de língua inglesa de alta qualidade, numa época de grande instabilidade lingüística. Tyndale traduziu o Novo Testamento do grego e, mais tarde, traduziu parte do Velho Testamento do hebreu. Muito de seu trabalho foi incluído na Bíblia de Cranmer, também conhecida como Great Bible, em 1539. Foi também o alicerce para a Authorized Version, que iria aparecer cerca de um século depois e se tornaria o padrão para todos os povos de língua inglesa.

Em 1557 aparece a primeira coletânea de poemas ingleses, a Tottel's Miscelany, que incluía poemas de Henry Howard, Earl of Surrey (1517 ? 1547) que se tornou mais conhecido pela tradução de dois livros de Virgílio, em verso branco.

Enquanto se evidenciava, por parte dos tradutores das Sagradas Escrituras, zelo e cuidado, os tradutores das obras seculares nos séculos XVII e XVIII, mostravam uma liberdade quase total. Provavelmente a figura dominante que conscientemente advogou, na Inglaterra, essa liberdade na tradução foi o poeta Abraham Cowley (1656) que defendeu suas traduções das Odes de Píndaro, do seguinte modo:

"I have in these two Odes of Pindar taken,  
left out, and added what I please; nor made  
it so much my aim to let the reader know  
precisely what he spoke, as what was his  
way and manner of speaking" (cit. por Nida,  
1964, p.17).

Dryden (1680) e Alexander Pope (1715) não eram favoráveis a essa atitude de Cowley, sendo que Dryden classificou sua tradução das odes píndaras como "imitação".

Fato interessante ocorreu no mundo da literatura da época e que seria bem inusitado no mundo de hoje. Durante doze anos Pope trabalhou nas suas traduções de Homero e seu trabalho foi tão bem sucedido que pôde comprar uma Vila à margem do Tâmis e viver independentemente da ajuda de qualquer mecenas.

Em 1789, George Campbell publicou um livro sobre a história e a teoria da tradução, especialmente no que se refere às Escrituras, revelando uma grande preocupação dos problemas da crítica do texto.

No ano seguinte, Alexander Fraser Tytler publicou seu livro The Principles of Translation, onde revela grande compreensão do problema, sugerindo adições ou omissões na tradução, quando necessárias, e alertando o tradutor para o problema das obscuridades do texto original, cabendo ao tradutor selecionar o significado que melhor convém no contexto.

"To imitate the obscurity or ambiguity of the original is a fault and it is still a greater one to give more than one meaning"  
(cit. por Nida, 1964, p. 19)

A obra de Tytler marca o fim de um período na história da tradução e o começo de outro, pois, com o início do século XIX, surge uma nova atitude intelectual marcadamente sofisticada e pedante, enfatizando uma precisão técnica em muitos aspectos do saber e também influenciando os critérios do trabalho de tradução.

O principal expoente dessa atitude foi Matthew Arnold, que, ao traduzir Homero em hexâmetros ingleses, insistia na profunda correspondência com o texto original. Obviamente, Arnold não estava traduzindo para um leitor comum, visava a um público selecionado que conhecia a obra original e que se recordava mentalmente do texto original.

Nida (1964, p.20) comenta que o melhor exemplo dos efeitos perniciosos dessa tendência de tradução literal são a English Revised Version of the Bible (1881, 1885) e a versão americana correspondente, American Standard Version (1901), bem aceitas por estudantes de teologia que estudavam grego e hebreu, mas não pelo povo.

Nida (1964, pp. 21, 22) aponta cinco momentos na história da teoria da tradução, no século XX, período marcado por transformações radicais no trabalho de tradução.

O primeiro é representado pelo rápido progresso da lingüística estrutural, começando com Ferdinand de Saussure e continuando com o trabalho de Hjelmslev (1953) e outros membros do Círculo Lingüístico de Copenhagem. A maior contribuição para relacionar a lingüística com a tradução e com a crítica literária vem do Círculo Lingüístico de Praga, sob a influência inicial de Trubetsky (1939) e continuada no campo da tradução e da estilística. Nos Estados Unidos, lingüistas, como Edward Sapir e Martin Joos, se interessaram pelos problemas da linguagem e da semântica, e, dessa forma, contribuíram para trazer maiores esclarecimentos ao problema da tradução. A maior contribuição da moderna ciência lingüística é ter liberado os tradutores das pressuposições filosóficas que marcaram a geração anterior.

O segundo é a aplicação de métodos de lingüística estrutural aos problemas específicos da tradução da Bíblia pelo Summer Institute of Linguistics, também conhecido como Wycliffe Bible Translators. Essa organização começou seus trabalhos em 1935 e tem oferecido cursos de treinamento a missionários e exercido influência na divulgação das modernas abordagens lingüísticas para os problemas da tradução e da comunicação.

O terceiro é o programa desenvolvido pelas United Bible Societies, que começou com uma conferência internacional de tradutores, na Holanda, em 1947.

O quarto é representado pela publicação de Babel, desde 1955, com a ajuda da UNESCO. Os responsáveis por este programa: Pierre-François Caillé, E. Cary, R.W. Jumpelt e Erwin H. Bathien, têm contribuído para uma melhor compreensão dos princípios e teoria contemporâneas no campo da tradução.

O quinto é representado pelas pesquisas no campo das máquinas de traduzir, principalmente na Academia de Ciências, em Moscou, Birbeck College, da Universidade de Londres e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, na Universidade de Harvard e pelo centro de pesquisa da IBM, em Nova Iorque. Tais pesquisas têm trazido importantes contribuições para a teoria semântica e elementos de modelo estrutural.

Outro problema que se apresenta no estudo da tradução é de ordem epistemológica. É a tradução uma arte ou uma ciência? É uma habilidade adquirida pela prática ou contém procedimentos que podem ser descritos e estudados?

Nessa antiga polêmica, onde Edmond Cary defende a posição da tradução como arte, inclinamo-nos a ficar com Georges Mounin que afirma que a tradução, assim como a medicina, é uma arte mas uma arte alicerçada numa ciência e que, quando se fala numa ciência da tradução, estamos nos referindo ao seu aspecto descritivo. Como a lingüística, que é a ciência da linguagem, pode ser classificada como uma ciência descritiva, a tradução, que é a transferência de uma linguagem para outra, é também assunto para a ciência descritiva. É também resultado de uma sensibilidade artística.

"Esta candidatura da tradução a figurar num tratado da lingüística geral - com o mesmo motivo que o bilingüismo e o contato de línguas, a geografia lingüística, ou a etimologia - foi contestada desde o início, e não pelos lingüistas mas sim pelos tradutores. Encarando a tradução sobretudo como arte, negam eles que ela deva ser definida como uma operação que depende estritamente do conhecimento científico e especificamente da análise lingüística" (Mounin, 1975, p.24)

Edmond Cary contesta que, sendo a tarefa de tradução uma operação "sui generis", não pode ser reduzida a uma definição científica, em um só aspecto, como querem certos estudiosos como Vinay e Darbelnet, que a consideram como uma disciplina exata, com problemas e técnicas específicas que devem ser estudados pela lingüística.

Há, para ele, na tarefa do tradutor, tantos aspectos que qualquer redução terminaria numa destruição da obra que está sendo

traduzida. Mounin exemplifica o pensamento de Cary com um tipo de tradução com o qual estamos bastante em contato nos dias de hoje - o da dublagem cinematográfica. Para ele, o dublador não está apenas traduzindo mas realizando um verdadeiro trabalho de dialogador, o que corresponde a dizer que o que está acontecendo vai além de uma operação lingüística, onde a escolha dos equivalentes na língua de chegada (LC) está subordinada não só ao material-texto, na terminologia de Catford, mas também à movimentação dos lábios, música e a reação que se espera do público. Está realizando um verdadeiro trabalho de interpretação.

O que ficou posto ilustra bem a dificuldade do problema. O que acontece, realmente, é que tanto os tradutores, que têm como apoio sua experiência e podem argumentar, baseados nos fatos, nos erros e descobertas, como os lingüistas, que sabem que a tarefa da tradução envolve um conhecimento de línguas, estão certos e suas ponderações apenas se completam. Tanto uns quanto outros estão parcialmente certos, constituindo um erro enfocar um único aspecto de um problema que apresenta, pelo menos, dois aspectos - o lingüístico e o não-lingüístico, extra-lingüístico, e é como tal que propomos analisar o problema.

Edmond Cary e os lingüistas soviéticos afirmam que:

"a tradução (literária, poética, teatral, cinematográfica, etc.) não é apenas uma operação lingüística que possa ser examinada a fundo através da análise científica dos problemas do léxico, da morfologia e da sintaxe".

(Mounin, 1975, p.25)

Féderov, por outro lado, postula que:

"a tradução constitui antes de tudo e sempre uma operação lingüística; e que a lingüística representa o denominador comum, a base de todas as operações de tradução". ( Mounin, 1975, p. 25).

Se Cary rejeita tal posição é porque, como afirma Mounin:

"ele confunde a lingüística geral e a lingüística, ignora a existência ao lado da "lingüística interna" de uma "lingüística externa" (de uma psicologia lingüística, ou "psicolingüística", e de uma sociologia lingüística ou "sociolingüística") assim como a de uma "estilística" cujos problemas são justamente os que o preocupam como tradutor" (Mounin, 1975, p. 26)

É sob este enfoque que propomos desenvolver nosso trabalho, por concordarmos que toda tarefa de tradução é uma arte que, por se valer do uso e conhecimento da linguagem, deve comportar

"uma série de análises e operações especificamente dependentes da linguagem e suscetíveis de serem mais e melhor esclarecidos pela ciência lingüística aplicada corretamente do que por qualquer empirismo artesanal" (Mounin, 1975, p. 27).

Deve, então, o tradutor realmente entender seu papel, e ser

consciente dos desenvolvimentos que se vêm processando no seu campo de ação. Continuar exercendo uma atividade prática, alicerçada apenas no empirismo artesanal tornou-se paradoxal.

O principal problema que o tradutor tem que enfrentar é que as línguas superficialmente diferem bastante umas das outras. Há, no entanto, como nos lembram os lingüistas e antropólogos, muito mais pontos unificadores na humanidade do que pontos divergentes, o que constitui uma base para a comunicação. Esse centro comum de experiências, porém, não ajuda muito a tarefa do tradutor, pois as divergências continuam e se tornam obstáculos para a compreensão.

Além disso, está o tradutor sempre enfrentando o dilema do que deve privilegiar, se a forma ou o **conteúdo**. Se tenta preservar as características formais do texto original, vê-se sacrificando algo de seu conteúdo, o antigo dilema da liberdade ou da literacidade que tem afligido o tradutor ao longo da história. Se, por outro lado, privilegiar o conteúdo, sua tradução poderá deixar de conter a qualidade estilística que marca a obra original.

Ainda temos que considerar o instrumento de trabalho do tradutor, que é a linguagem, na sua função social. A linguagem é algo em constante processo de mudança, já que a realidade por ela expressa não é algo estático. Logo, o tradutor deve estar consciente dessa característica da linguagem para saber adequá-la ao seu trabalho. Segundo Nida, o próprio tradutor é também responsável por modificações dentro da linguagem. Na expressão de Júlio Casares:

"Translation is a customs house through which passes, if the custom officers are not alert, more smuggled goods of foreign idioms than through any other linguistic frontier." (cit. por Nida, 1964, p.3).

Assim como o tradutor se torna responsável pela criação de novos itens lexicais, é também responsável pela decodificação da mensagem original e passa a ser seu criador em outro código linguístico e, se a tradução é, no dizer de Cervantes, o avesso de uma tapeçaria ou uma nova tapeçaria, como afirma Helmut Braum, isto significa que o tradutor terá que fazer o caminho inverso do autor, ir da expressão ao núcleo do pensamento.

"O tradutor aventura-se no terreno imponderável das equivalências, dos confrontos, e das analogias e precisa, necessariamente, dispor não apenas de uma boa formação intelectual e linguística, mas também de excepcionais dotes criadores para retransmitir os textos literários emitidos em idiomas específicos, de tal forma que toda a gama de suas qualidades artísticas ressurgja na forma nova que lhes confere". (Theodor, 1976, p.69).

Assim, o tradutor, trabalhando com dois códigos linguísticos, buscando equivalências, correspondências ou analogias entre eles, no esforço de levar o leitor ao entendimento do pensamento expresso numa língua fora de seu alcance, deve estar consciente dos as -

pectos formais que caracterizam ambos os idiomas, indo tirar da lingüística aqueles instrumentos que irão ajudá-lo na sua tarefa. Esse conhecimento básico e necessário não é, porém, suficiente. Deve o bom tradutor saber interpretar, buscando o não-expresso além do expresso, e saber criar uma roupagem nova para a mensagem contida na obra original e não é apenas um conhecimento das duas línguas que o ajudará na solução de todas as suas dificuldades.

Para o filósofo espanhol, José Ortega y Gasset:

"O trabalho do escritor é de rebelar-se contra o universo normal da língua e dos conceitos formais, para criar um mundo novo, é obrigação do tradutor reagir contra essa ação libertadora da linguagem e aprisioná-la no cárcere de seu próprio idioma. Estas são as rédeas impostas ao tradutor, que, de muitas maneiras, é limitado pela obra que está a traduzir". (cit. por Theodor, 1976, p. 19)

É por isso que o tradutor, que também é um artista, sente-se limitado e, não raras vezes, coagido a se justificar em prefácios, notas explicativas ou de rodapé e réplicas, incorrendo, infelizmente, em excessos, na busca de compreensão quer da parte do leitor quer da parte do autor.

A complexidade da tarefa da tradução sempre tem preocupado o tradutor militante e levou Cary a protestar violentamente contra a tese de se considerar a tradução como um problema da lingüística e tem desencorajado muitos iniciantes, que se vêm ingressando numa tarefa que requer tanto uma sensibilidade artística como uma cultu-

ra geral, para não cair nas múltiplas armadilhas que as diferenças culturais possam acarretar, e também uma atitude científica perante o material sobre o qual vai trabalhar.

A tradução também aparece como um possível recurso pedagógico de difícil utilização. No contexto do ensino brasileiro, a tradução surge ou como técnica altamente utilizada ou totalmente abolida. Ainda não se fez um estudo sistematizado do seu melhor aproveitamento e sua devida colocação no currículo escolar brasileiro.

Para uma melhor compreensão do problema da tradução como técnica pedagógica, no ensino brasileiro, faremos um retrospecto, estudando sua colocação nos diversos momentos da história da educação no Brasil.

Em Portugal, após a reconquista do território aos mouros, tenta-se eliminar definitivamente a influência árabe e judaica e se livrar de sua dependência econômica. Para isso busca-se apoio nas colônias e essas passam a assumir o papel de meio para maiores possibilidades de riqueza, poder e desenvolvimento da Metrópole.

Nesse contexto, a conquista e a colonização do Brasil são marcadas pelos elementos complexos e contraditórios que caracterizam a Metrópole na época, como comenta Marcos T. Kaplan (1974). Saindo Portugal de uma época de reconquista militar, traria para a colônia um prolongamento da situação de além mar que iria combinar com um transplante de elementos de um feudalismo decadente e de um incipiente capitalismo mercantil-financeiro que não era genuinamente português mas que representava mais um esforço de adaptação portuguesa à dinâmica de expansão da Europa Ocidental. Por estar sob influência de países de desenvolvimento superior, vai Portugal de-

envolver uma dependência às exigências de um processo de expansão capitalista mundial, condicionando a empresa colonial que será caracterizada pela:

"revolução comercial, mercado internacional e predomínio da produção em grande escala para venda e lucros". (Kaplan, 1974, p. 53)

É sob esse prisma que se processarão a conquista e colonização do Brasil. Um dos instrumentos de que se valeu D. João III para garantir tais objetivos foi a inclusão nos famosos Regimentos, de 11 de dezembro de 1548, e entregues a Tomé de Souza, da obrigação delegada aos padres jesuítas de converterem os indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução. Estava iniciada a história da educação brasileira, veiculada à ação colonizadora. Havia interesse, tanto da parte da Metrópole, como da Igreja, de que houvesse a integração do índio, tornando-se os jesuítas verdadeiros tradutores, funcionando como intermediários entre duas culturas e chegando mesmo a substituir o ensino de grego, previsto pelo Ratio Studiorum, pelo ensino da língua brasílica. Embora fosse essa a estratégia educacional prevista, aos poucos, os jesuítas estenderam a instrução aos filhos de colonos e apenas aceitavam os filhos dos caciques nos recolhimentos com a dupla finalidade de garantir uma paz entre colonos e índios e de providenciar um salvo-conduto para os missionários às aldeias e através das selvas.

O plano educacional, elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega, evidenciava o esforço para atender as diferentes necessidades na colônia, começando por incluir o ensino das línguas portuguesa e brasílica com uma função instrumental, de um lado como acesso à população indígena e, de outro, como elemento unificador de colonização.

A necessidade de sobrevivência de transações econômicas e intelectuais entre culturas diferentes é a principal motivação para que se desencadeie um trabalho de tradução e a primeira manifestação educacional no Brasil é um bom exemplo disso.

Em 26 de agosto de 1809, uma vez mais, por motivos econômicos, já que Portugal sempre esteve girando em volta do eixo econômico da Inglaterra, D. João VI cria uma cadeira de inglês, na cidade de Salvador, pois

"era necessário criar nesta capital uma cadeira de língua inglesa, porque por sua extensão e sua riqueza e o número de assuntos escritos nessa língua, ela convinha grandemente ao aumento e prosperidade da instrução pública". (Costa, p. 35)

Como vemos, é com D. João VI que se começa, no Brasil, o ensino de inglês, ao lado do francês, que iria anteceder-lo em influência, devido à expansão das idéias iluministas, trazidas pelos estudantes que freqüentavam as universidades da Europa, bem como à própria atmosfera da época.

Devido a uma carência de obras nacionais, usavam-se compêndios em língua francesa, o que condicionava uma fiel e cega obediência às idéias por eles veiculadas, estabelecendo um hiato entre a educação e a verdadeira realidade brasileira. Examinando-se os títulos dos compêndios propostos para o estudo das disciplinas no nível secundário (ver Haidar; 1972: pp. 149, 150, 151 e 152), pode-se ter uma idéia de como eram conduzidas as aulas de inglês, que se revestiam de uma apresentação literária e do uso da tradução, suprimindo a

falta das obras nacionais.

A tradução, já nesse primeiro estágio institucionalizado, apresenta-se como necessidade para suprir as exigências intelectuais e vai constituir futuramente uma das formas para a imediata comunicação dos conhecimentos, especialmente na época atual com a aceleração de publicações em todos os ramos do saber. A língua inglesa, especialmente devido ao grande progresso científico e tecnológico que as duas grandes guerras mundiais provocaram nos Estados Unidos, apresenta-se como a maior divulgadora de conhecimentos. A Lei nº 5692/71 vem eliminar a obrigatoriedade do ensino de línguas estrangeiras nas escolas secundárias, recomendando o ensino da língua inglesa como parte da área de comunicação e expressão, a título de acréscimo quando, segundo o artigo 7º da Lei, tiver "o estabelecimento condições para ministrá-lo com eficiência". O que não fica claro, nesse artigo, é o que se entende por "condições" e, o que se espera, dentro dessas condições imprecisas, seja uma aprendizagem com "eficiência".

A idéia promotora da Lei 5692/71 é dar continuidade obrigatória ao curso primário, motivada por uma série de fatores sócio-econômicos e também dar terminalidade ao ensino médio e, assim, preparar melhor a mão-de-obra necessária para preencher várias lacunas dos setores de produção.

Como se pode concluir, nessa nova conjuntura, viu-se a língua inglesa colocada como disciplina facultativa, desde que o estabelecimento veja sua necessidade e tenha "condições" para sua aprendizagem. Devido, porém, ao grande interesse demonstrado para seu ensino, é sempre colocada como disciplina nos currículos de nossas es-

colas, pelo menos, nas duas últimas séries do curso de 1º grau, isto é, nas 7ªs e 8ªs séries, com duas ou três aulas semanais, continuando nas três séries do curso colegial, ou 2º grau.

Nesse quadro desanimador, onde ainda se somam os outros obstáculos que todos os professores do nível secundário têm que enfrentar, vê-se o professor de inglês com dificuldades até mesmo de precisar os objetivos de sua disciplina.

O bom senso o leva a acreditar numa posição psicológica na aquisição de uma língua estrangeira, que se expressa nos quatro passos clássicos de: ouvir, falar, ler e escrever mas a realidade o enfrenta e conclui que, na prática, a situação é bem diferente. Como levar classes inteiras de alunos totalmente desnivelados em todos os aspectos, a ouvir e falar inglês?

O professor de inglês que tenha tido a oportunidade de revisar a evolução da metodologia do ensino do inglês sofrerá de uma angústia maior. Como adequar as técnicas modernas do ensino de uma língua estrangeira no contexto atual do ensino secundário brasileiro?

A análise tradicional se limita às palavras no texto, estudando-as separadamente sem levar em consideração o aspecto semântico da língua. Reduz o ensino da língua viva ao mesmo tipo de estudo de uma língua morta. A linguagem não é ensinada como meio de comunicação mas como veículo para a aquisição de uma cultura literária. O seu interesse principal é a língua escrita e análise de textos, condicionando, como atividades principais a leitura e a tradução, que, nesse caso, é uma tradução de palavras, tradução literal.

Esse método conduz a um tipo de currículo, cujo objetivo principal é a aquisição progressiva de vocabulário, agrupando itens lexicais de acordo com as diferentes áreas de interesse e adequando a gramática ao ensino desses itens. Pode levar a um conhecimento de caráter profundamente livresco se estiver inserido num curso muito longo, o que acontecia no século XIX . Já a Reforma Francisco Campos, revelando uma preocupação de se usar a língua inglesa como veículo de comunicação em sala de aula, abole a prática da tradução.

Apesar de sua inadequação, tal método ainda é empregado, sendo os alunos muitas vezes levados a memorizar listas de itens lexicais em inglês com seus correspondentes em português, numa tradução de arremedo, fora de contexto e destituída de significado.

Durante a Segunda Guerra Mundial, devido à necessidade de se dar aos soldados americanos um aprendizado rápido das línguas que iriam usar nos lugares de combate, bem como treinar espiões, desenvolveram os americanos, com a ajuda de lingüistas, certas técnicas para a aquisição de uma língua atuante e de uso imediato.

O que concluíram os lingüistas é que a língua é um todo e suas partes se estruturam, não como elementos isolados mas interrelacionados. A exemplo da língua materna, o ensino de uma língua estrangeira se faz pela apresentação de estruturas, daí resultando o método estrutural ou áudio-lingual, caracterizado pela repetição e memorização de longos diálogos, baseando-se na técnica de estímulos e respostas. Há, nesse método, uma imposição contra a análise do discurso que levaria à perda de sentido global que é sua preocupação central.

Tal método, tão divulgado logo após a guerra, onde a tradução

não tinha lugar, a não ser como último recurso e, assim mesmo, de itens isolados, seria depois questionado naquilo que lhe é negativo. Nessa longa listagem de diálogos (que substituíam a listagem de itens lexicais do método tradicional) para simular situações reais, já que as condições de sala de aula sempre são irreais, desenvolve-se uma atitude que poderíamos chamar de catequética - a cada estímulo (pergunta) dado, espera-se uma resposta pronta.

Muitas vezes tal atitude leva à repetição mecânica, sem estarem os alunos realmente conscientes do que estão reproduzindo. Há, portanto, um falso aprendizado. Não se leva em consideração a criatividade. No grande entusiasmo de se ter alunos respondendo prontamente a situações de diálogo e não se valer nunca do idioma vernáculo (nenhuma tradução), desenvolvem os professores uma série de material de apoio, havendo uma super-valorização dos recursos audio-visuais. Essa euforia leva a um excesso de se programar os currículos de tal modo que se evite toda forma de "erro"; o ensino se torna programado. É nesse contexto que surgem os estudos de análise gerativo-transformacional.

Partem esses estudos do princípio de que o homem não é apenas um repetidor de estruturas, embora isto seja verdade em determinada fase de aprendizado de uma língua, mas ele é, acima de tudo, um criador.

Vale-se de um código lingüístico limitado para produzir combinações imprevistas e de âmbito ilimitado. Todos os homens nascem com mecanismo de aquisição de linguagem que lhes permite compreender e aplicar as regras da linguagem. Esse acesso ao código faz com que os homens saibam distinguir estruturas perfeitamente idênticas

quanto à aparência, mas distintas no seu significado mais profundo. Introduz os conceitos de competência e desempenho (performance), isto é, as habilidades de distinguir e selecionar estruturas que são gramaticalmente aceitas ou não, se são sinônimas ou não, de forma automática e inconsciente e seu uso é imediato.

A ênfase principal é o aspecto criativo dentro de um código lingüístico, isto é, seu conhecimento da língua é tal que pode compreender estruturas que nunca ouviu ou disse anteriormente.

Tal modelo lingüístico deu origem a novas técnicas para o aprendizado de uma língua estrangeira, tais como: a preocupação de diálogos "funcionais" e não mais divorciados da realidade; a constatação da possibilidade de transformar estruturas básicas, incentivando os alunos a gerar estruturas próprias e significativas.

Atualmente, a partir dos estudos das limitações de análises anteriores, as pesquisas lingüísticas estão acentuando a importância dos aspectos semânticos da linguagem. As técnicas do ensino situacional e do ensino baseado na funcionalidade da língua estão ganhando ascendência. Os novos livros-texto e os materiais audio-visuais que os acompanham evidenciam a preocupação de se analisar como a língua funciona, não só dependendo do contexto mas também de outros fatores extra-lingüísticos, tais como: os papéis sociais que o falante pode assumir, sexo e faixa etária.

Após esse rápido périplo no campo das análises lingüísticas e suas implicações metodológicas, voltemos ao problema do estabelecimento dos objetivos a que se propõe o professor de inglês do ensino secundário, nas condições atuais. Vimos que, dadas as limitações

do contexto real em que trabalha, embora consciente dos passos essenciais para a aquisição de uma língua estrangeira, vê-se diante do dilema do que sabe ter de fazer e do que realmente pode fazer. Já que não pode fazer todos seus alunos ouvirem e falarem corretamente, pode fazer todos lerem adequadamente e a leitura pode sempre ser desenvolvida individualmente.

Dentro desse quadro real em que se encontra o ensino do inglês nas escolas secundárias brasileiras, onde fica a tradução como técnica pedagógica?

A tradução deve ocupar um lugar no processo de aquisição de uma língua estrangeira e não se tornar um método de ensino. Nos primeiros estágios, ela pode ser utilizada como recurso último para deixar bem claro o significado de um item lexical, mas sempre dentro de um contexto, ou como recurso para encontrar na língua do aluno uma equivalência de um enunciado que só tem significado em seu aspecto global. Por exemplo, se estivermos ensinando como se fazem as apresentações de pessoas estranhas em inglês, embora ilustremos a situação com gravuras ou solicitemos a participação dos alunos para simularem a situação desejada, pode haver algum ruído quando o aluno se defrontar com certas expressões como:

- How do you do? = Muito prazer, e
- What do you do? =  $\left\{ \begin{array}{l} \text{Qual sua profissão?} \\ \text{O que você faz?} \end{array} \right.$

Aqui a tradução literal não nos ajudaria em nada, ao contrário de uma tradução global, embora apenas um elemento seja diferente - How, What. No caso de um item lexical constituir ruído, pode o professor se valer da tradução para tornar claro o significado daquele

item, naquele contexto e não mais, como por exemplo:

- What do you do?

- I'm a housewife (dona de casa)

traduz-se apenas aquele item, naquele contexto, sem entrar em considerações maiores e sem introduzir outros significados para o item wife, por exemplo, John's wife, que só poderia ser feito através da tradução literal e não da tradução funcional.

Na medida em que o aluno for aumentando sua competência, haverá cada vez menos necessidade de tradução ao nível da frase e aumentará a necessidade de tradução ao nível do léxico. Passará, então, a encontrar prazer na leitura que o colocará em contato com a linguagem aprendida em outros contextos, ampliando-lhe o conhecimento da significação dos itens lexicais.

Nesse estágio, a tradução pode ser utilizada como técnica pedagógica para avaliar a compreensão do texto, servindo ao aluno como meio para encontrar equivalências nas línguas de partida e de chegada, bem como na própria língua estrangeira, a partir do contexto em que os itens lexicais aparecem.

Devido, porém, à precariedade ambiental, ao grande número de alunos por classe, a maioria desmotivada para o ensino, que, embora previsto por lei, ainda continua com características metodológicas bem teóricas, o despreparo da maioria dos professores que, por sua vez, também se acham desmotivados para desempenhar sua tarefa, mostra o ensino de inglês, ainda hoje, apesar das grandes inovações pedagógicas, características do século XIX. Continua a maioria dos professores a se valer de técnicas ultrapassadas, quer por ignorância, quer por despreparo, quer por desinteresse, quer por acomoda -

ção àquilo que lhes parece ser uma forma de manter a disciplina na sala de aula.

É nesse contexto que os professores de inglês se valem da técnica da tradução, tratando do ensino de uma língua moderna e viva como se fosse uma língua morta, exigindo dos alunos a tradução de textos ou palavras isoladas sem lhes dar um embasamento seguro, utilizando-se da tradução como uma forma de manter a disciplina e não como uma técnica especializada que, bem ministrada, leva os alunos a uma leitura proveitosa de obras na sua língua original. Daí, a necessidade de uma reflexão sobre o problema e de uma proposta de solução.

Tendo militado como professora de língua inglesa nos diversos níveis, no magistério público e particular, e lidado com alunos de interesses os mais diversos, chegamos à conclusão de que o problema da tradução persiste, quer como técnica mal utilizada para aquisição de uma língua estrangeira, quer como prática profissional que vem ocasionando um número de obras traduzidas que, com poucas e louváveis exceções, conduz o aluno, impossibilitado por motivo de sua limitação própria ou não, por não dominar o idioma estrangeiro e não ter acesso à obra original, por outras dificuldades, como o da importação, a uma leitura limitada e defeituosa do material de que necessita para sua formação acadêmica e, mais tarde, profissional.

Nos últimos sete anos, vimos trabalhando como professora de Língua Inglesa, no curso de especialização para tradutores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e pudemos levantar um bom material traduzido em diversas áreas, desde turismo até literatura, e pudemos constatar a baixa qualidade das traduções, preocupando-nos com os problemas que certos descuidos, omissões e até

mesmo erros podem trazer ao estudante que só pode contar com a tradução para seu trabalho acadêmico. Não desconhecemos o fato de que o tradutor é mal pago e de que seu trabalho não é reconhecido, sendo seu nome, muitas vezes, colocado de forma dissimulada. Isto, porém, não justifica a pressa e o descuido que caracterizam as traduções de certas obras de alto valor técnico e científico bem como de obras literárias.

Tais preocupações nos levaram a refletir sobre o problema e tentar encontrar uma solução para equipar o aluno desde as primeiras séries da escola secundária com um instrumental que o ajudará na sua carreira escolar e profissional sem recorrer a material traduzido do inglês que, muitas vezes, serve mais de obstáculo do que de apoio e não limitar o ensino de técnicas de tradução a um curso de especialização mas durante todo o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, adaptando-o ao nível do aluno. Além disso, gostaríamos que tal proposta viesse beneficiar todos os que militam no campo da tradução e que, devido à falta de tempo ou dificuldade de acesso a uma bibliografia especializada, vêm-se exercendo suas funções num clima de empirismo e que sentiram a necessidade de uma melhor fundamentação teórica para seu trabalho.

Assim, nossa proposta dividir-se-á nas seguintes fases:

No capítulo 1, faremos algumas considerações sobre a linguagem, num sentido mais amplo que o apenas lingüístico, propondo uma definição e considerando a natureza e funções da linguagem.

O capítulo 2 abrangerá uma descrição lingüística, utilizando os "níveis" de descrição, adotados por David Crystal e Derek Davy,

em Investigating English Style, que servirão como metodologia para nosso trabalho.

O capítulo 3 ocupar-se-á dos problemas de estilo e estilística, a qual nos parece conter mais elementos para ajudar na solução dos múltiplos entraves que enfrenta o tradutor.

No capítulo 4, faremos uma discussão de três "variedades" de linguagem: a científica, a religiosa e a legal, detectando os vários aspectos lingüísticos pertinentes a cada uma e ilustrando, com exemplos, os problemas que surgem ao se passar um texto de um para outro campo lingüístico. A escolha dessas três variedades é dupla: primeiro, por serem as mais frequentes para tradução e segundo porque podem servir como modelo que pode ser aplicado, com as adaptações devidas a outras variedades.

Tal estudo será feito a partir de três pontos principais:

- a) identificar quais os aspectos lingüísticos que possam ser relevantes para o trabalho do tradutor e encontrar uma forma de nomeá-los;
- b) estabelecer um método de análise que permita organizar tais aspectos e combiná-los de tal forma a facilitar a comparação da passagem de uma língua para outra;
- c) classificar as funções que esses aspectos assumem em categorias, baseadas num processo combinatório lingüístico e não-lingüístico ou extra-lingüístico, que serão rotuladas como "variedades".

A proposta consiste numa abordagem descritiva do processo da

tradução, limitando-se ao discurso escrito inglês e sua passagem para a língua portuguesa. Se, às vezes, os procedimentos parecem prescritivos é porque temos como objetivo não só focalizar o tema, num sentido mais amplo, mas também fazer um estudo que possa servir, como já foi posto, de apoio aos que trabalham no campo da tradução bem como para os professores de uma língua estrangeira que podem usar o material como está ou com adaptações para sua tarefa.

Como conclusão, faremos uma análise da verdadeira posição do tradutor para uma melhor compreensão de sua tarefa, bem como sugestões para o uso mais objetivo e científico da tradução como técnica no ensino de uma língua estrangeira, e tentaremos situá-la como recurso pedagógico válido, pois:

"... translation is not a dangerous technique in itself, provided its nature is understood, and its use is carefully understood: and translation is in itself a valuable skill to be imparted students".

(Catford; 1974, p. viii)

## Capítulo I

Linguagem: natureza, função, definição.

### Natureza da Linguagem

A linguagem é parte integrante da natureza humana e é um dos meios pelos quais o homem vai estabelecer contato com os outros e com o mundo.

Ao criar um sistema escrito, o homem se viu limitado a um sistema de sinais gráficos que nunca poderá realizar exatamente o que a língua falada realiza. Haverá sempre os aspectos extra-lingüísticos, tais como: a mímica, os gestos, as pausas, as reticências, o não expresso carregado de carga semântica, que nunca poderá ser veiculado da mesma forma na linguagem escrita. Cabe salientar, porém, que, devido a tais limitações, vai a linguagem escrita desenvolver recursos de métrica, ritmo, e se valer de figuras, de dimensões simbólicas que permitam sugerir o que não pode ser claramente explicitado.

O que é, realmente, a linguagem?

Antes de tentarmos propor uma definição, vamos examinar alguns aspectos de sua natureza.

A linguagem é uma atividade exclusivamente humana. Observou Descartes, na quinta parte de seu Discurso sobre o Método, que é fato notável não haver ninguém, sem excetuar os idiotas, que não seja capaz de organizar diferentes palavras a fim de formar enunciados, pelos quais exprimem seus pensamentos.

"O advento da palavra manifesta a soberania do homem. O homem interpõe entre si e o mundo uma rede de palavras por meio da qual se torna dominador do mundo" (Gusdorf, 1977, p. 11)

É certo que alguns animais são fisicamente equipados como o homem, com órgãos que podem produzir sons da fala e alguns são treinados a falar mas não desenvolvem nenhum sistema de equivalência entre som e significado.

"Se o chimpanzé tem a possibilidade de uma linguagem mas não a concretiza é porque a função da fala, em sua essência, não é uma função orgânica, mas uma função intelectual e espiritual". (Gusdorf, 1977, p. 11)

Benveniste (1976) aponta que só podemos falar em linguagem entre os animais num sentido metafórico. Fazendo um estudo sobre o que se observou da comunicação entre abelhas, mostra como há diferenças essenciais entre esta e a linguagem humana e chega à conclusão de que a comunicação das abelhas não constitui uma linguagem, mas um código de sinais, já que

"todos os caracteres resultam disso: a fixidez do conteúdo, a invariabilidade da mensagem, a referência a uma situação, a natureza indecomponível do enunciado, a sua transmissão unilateral". (Benveniste, 1976, p. 57)

Assim, as abelhas, ao transmitirem sua "mensagem", não espe-

ram uma interpretação ou uma opinião, não buscam uma resposta, não estabelecem um diálogo. Como nos lembra Gusdorf (1977, p. 13), o animal apenas conhece o sinal e não o signo, daí a "mensagem" das abelhas não poder ser analisada no sentido atomista da palavra, isto é, não poder ser decomposta em elementos mínimos formadores, o que acontece, porém, com a linguagem humana, onde cada enunciado pode ser decomposto seguindo regras definidas.

Além disso, a abelha só pode emitir uma mensagem que é o resultado de sua experiência, não transmite os fatos a ela anunciados por outra abelha, o que formaria a transmissão e a retransmissão. Não há, pois, uma cadeia de mensagens.

Outro aspecto a ser considerado é o conteúdo da mensagem que, no caso das abelhas é sempre relacionado com um dado apenas, contrastando com a possibilidade ilimitada dos conteúdos nas mensagens humanas.

Há ainda de se considerar que as abelhas são animais que vivem numa sociedade, lugar onde se processa sua linguagem. A sociedade também forma, como nos fala Saussure, a condição básica da linguagem humana. A mensagem humana está sempre em circulação em constante modificação, numa determinada sociedade, o que não acontece com a mensagem das abelhas, a qual se mantém uniforme.

Nunca se descobriu um grupo humano que não se valesse da linguagem. Todas as pessoas têm capacidade de falar, embora nem todas possam ler e escrever. Os deficientes se valem do mesmo código de linguagem dos demais membros de seu grupo e, embora não emitindo sons, usam uma tradução intersemiótica, transmitindo a mensagem por gestos ou outros meios.

Todos os grupos humanos desenvolvem um código capaz de exprimir seus pensamentos. Alguns desenvolvem um verbalismo extremo, enquanto outros podem dizer tudo o que necessitam dentro de enunciados simples. Às vezes, valem-se alguns povos de perífrases, para indicar modéstia e outros valem-se de omissões, como no caso de certos idiomas onde os pronomes são omitidos ou substituídos por expressões equivalentes. Novas necessidades implicam empréstimo a outros códigos existentes.

Desenvolve-se um vocabulário de acordo com as necessidades culturais de cada povo. Assim, por exemplo, a palavra geladeira seria supérflua num contexto esquimó, como as várias expressões referentes às sempre mutáveis condições atmosféricas do clima inglês não encontrariam equivalentes eficazes na língua brasileira.

Todo o processo da linguagem implica a transmissão de mensagem, o que envolve um transmissor e um receptor que devem possuir um campo de experiência comum para que a comunicação se processe sem ruídos. Todo ato de comunicação humana, segundo Darbyshire (1971) consiste de cinco passos:

- a) codificação da mensagem;
- b) sua transmissão;
- c) sua realização, através de sinais convencionais (sons ou registros escritos);
- d) sua recepção;
- e) sua decodificação.

Podemos ilustrar esses passos no seguinte diagrama de Darbyshire (1971, p. 15)

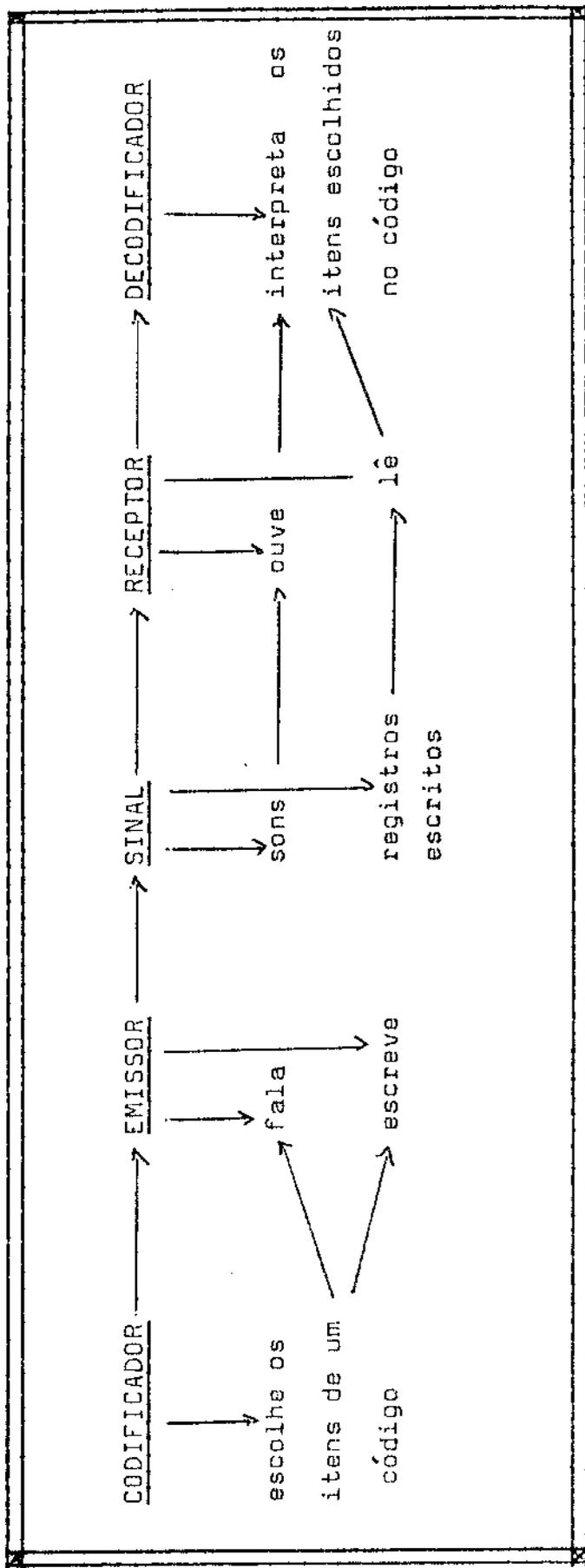


DIAGRAMA DO ATO DE COMUNICAÇÃO HUMANA DE DARBYSHIRE (1971; p.15)

Nida (1964) aponta cinco fases de qualquer comunicação que devem ser consideradas na tarefa da tradução:

- a) o assunto;
- b) os participantes envolvidos no ato da comunicação;
- c) o ato da fala ou o processo escrito;
- d) o código usado, com todos os seus recursos ( que veremos no capítulo 2);
- e) a mensagem, isto é, o modo específico como o assunto se codifica em símbolos e combinações.

Os pensamentos, crenças, idéias, emoções, sentimentos, todas as atitudes da mente só serão conhecidas à medida que forem expressas e só são reveladas, na maioria das vezes, através do cri-vo consciente do codificador.

O código, embora limitado por um número definido de sinais, possui uma aplicação infinita e cada falante vai-se valer do mesmo código e, no entanto, ser original, individual. O uso do código é um ato social, isto é, sempre envolve pessoas, pelo menos duas, senão não haverá comunicação e para que essa comunicação realmente se realize é necessário que os envolvidos em seu ato manipulem os sinais do código de uma forma comum, pré-estabelecida; as regras do jogo têm de ser mantidas por todos os falantes. Isto limita a originalidade, de um lado, e também possibilita a criatividade, de outro; pode haver sempre uma forma nova de se dizer a mesma coisa. Se houver originalidade em demasia, pode acontecer que a mensagem não seja bem apreendida, provocando os chamados "ruídos" na comunicação.

Há de se destacar aqui que o ruído pode ser negativo ou posi-

tivo, já que o uso eficaz de um canal de comunicação é aquele que transmite ao receptor um número de escolhas que lhe permite decodificar a mensagem. Ruído negativo consiste num distúrbio que irá interferir na decodificação da mensagem; daí a necessidade de se aprender uma língua e as leis que a governam.

Ruído positivo é aquele sentido acrescentado à experiência e que vai levar a um maior enriquecimento da linguagem, aumentando o prazer do receptor; não é apenas a transmissão do fato mas sua interpretação, estabelecendo uma nova dimensão, como no caso da literatura. Isto nos leva a um outro aspecto da natureza da linguagem que é a possibilidade de o homem se expressar de forma original, dentro de um código comum a todos.

No ato da fala, pode-se sempre deparar com ruídos físicos, mas na transmissão da comunicação escrita pode também ocorrer uma espécie de ruído ocasionado, por exemplo, por uma ortografia inadequada, erros de impressão ou mesmo deterioração do meio, como, por exemplo, o envelhecimento do papel.

Nida nos fala de um tipo de ruído psicológico, que pode ocorrer além desses casos mais óbvios que afetam a comunicação oral e escrita como, por exemplo, os chamados lapsos de linguagem (deslizes na fala ou na escrita que indicam idéias reprimidas) e distorções da mensagem ocasionadas pela fadiga ou dor. Esses casos de distorção podem chegar a um ponto extremo, quando associados com certos tipos de doença mental ou impossibilidade de coordenação.

Da mesma forma, no processo de decodificação, é possível que ocorram sérios ruídos psicológicos no processo de captação da mensagem, quando o receptor estiver cansado ou preocupado ou mes-

mo se sentir simpatia ou antipatia pela fonte de emissão.

Todo homem é um criador de enunciados mas, para se fazer entender, tem que permanecer nos limites das regras estabelecidas pelo sistema lingüístico de sua comunidade, portanto, dentro de um código. Os elementos que compõem o código existem em número limitado. As suas combinações em frases ou partes do discurso, não.

"um inventário de empregos de uma palavra poderia não acabar; um inventário do emprego de uma frase não poderia nem mesmo começar" (Benveniste, 1971, p. 139)

É na combinação das palavras nas frases que o homem revela sua originalidade; de um lado está a língua, sistema de signos que se agrupam por regras fixas e, de outro, está sua manifestação (a fala, como quer Saussure), que pode ser tão diversamente infinita quanto é finito o número de elementos empregados.

Ao mesmo tempo que fala, o emissor também ouve o que está falando, recebe o "feedback", que também pode ser a reação manifestada pelo receptor. Nida (1964, p. 20) nos fala de dois tipos de "feedback", a saber:

- a) o tipo imediato, que todos experimentamos quando ouvimos o que falamos, sendo que um dos motivos pelos quais os surdos desenvolvem pronúncia estranha é por carecerem desse tipo de feedback;
- b) "feedback" que chega do receptor durante o processo de transmissão da comunicação e que consiste ou de "feedback"

visual, como, por exemplo, o balançar da cabeça indicando assentimento ou não ou "feedback" verbal.

Há também um tipo antecipatório de "feedback" (tecnicamente chamado "feedforward") que seria uma forma de ajustamento da mensagem, antes de sua emissão, para evitar possíveis objeções. Esse "feedback" antecipatório é utilizado por escritores, locutores e professores, a não ser que queiram correr o risco de perder a participação de seu auditório.

No caso da língua escrita, há uma dificuldade maior para que se dê o "feedback" e, às vezes, o leitor vai abandonar a leitura, já que seu conjunto de experiências não lhe permite decodificar a mensagem em todas as suas implicações. Daí, passarmos para outro aspecto da natureza da linguagem que é a sua multiplicidade.

Nenhuma língua pode ser abordada sob um único aspecto. Não se pode falar de linguagem como um objeto prontamente identificável que pode ser isolado e examinado, como se faz com uma mistura analisada num laboratório ou uma pedra. Não é um objeto homogêneo, mas complexo, implicando uma gama de variedades ou tipos, sendo que cada variedade possui características próprias. Quando falamos de variedades, duas nos ocorrem prontamente à mente: a língua falada e a escrita. Outra seria a representada pelos inúmeros dialetos, variedades regionais. Há ainda as diferenças dentro das próprias variedades, dependendo da posição social que ocupa o falante. Cada indivíduo é, de certa forma, dependendo de seu grau de instrução, capaz de usar vários tipos de linguagem que as necessidades sociais exigirem. Assim, usamos um tipo de linguagem, quando conversamos com nossos familiares, outro, quando

falamos ao telefone, outro, quando estamos numa situação mais formal e assim por diante. Daí, todo falante acaba desenvolvendo uma consciência lingüística que o faz adaptar-se às várias situações.

### Definição

"Toda afirmação sobre a essência da linguagem ou sobre as modalidades do discurso começa por enunciar o caráter arbitrário do signo lingüístico" (Benveniste; 1976:p.53 )

O traço que une o significante (imagem acústica) e o significado (conceito) surge sem motivo algum aparente, não havendo nenhuma explicação plausível para isso, ou nenhuma ligação lógica com a realidade. A palavra cavalo, por exemplo, vai arbitrariamente indicar o animal. Benveniste, fazendo um estudo sobre a arbitrariedade que liga, segundo Saussure, o significante a seu significado, diz que esse laço não é arbitrário, mas sim necessário (grifo no autor), já que, na minha mente, o traço entre significante-significado se estabelece prontamente, assim cavalo-animal. O fato é que ambos foram impressos juntamente no meu espírito, consideração essa de grande importância a todos os estudiosos envolvidos com o problema da aquisição da linguagem. Há entre o significante-significado "uma simbiose tão estreita que o conceito... "é como a"alma acústica". A nossa mente não contém formas vazias, tudo o que lá existe já foi nomeado. Invocando o pensamento de Saussure, diz-nos Benveniste que a língua é como uma folha de papel, sendo que o pensamento representa um dos lados e o som, o outro, não se podem

do recortar um lado, sem recortar o outro; daí, na linguagem não se poder isolar o pensamento de suas imagens acústicas.

Ainda Saussure mostra como o signo é caracterizado, ao mesmo tempo, por sua imutabilidade e mutabilidade; assim o signo, sendo arbitrário, é imutável, já que não há norma lógica para discutí-lo e mutável, já que, sendo arbitrário, pode alterar-se. O que se altera, porém, é a significação e não o signo.

Outro ponto importante a se considerar no estudo dos signos é que eles têm valores "relativos", isto é, valores que estão intimamente relacionados uns com os outros, formando um sistema que está sempre se readaptando.

Podemos concluir que o laço que prende o significante ao seu significado é necessário porque é motivado e seu valor relativo vai permitir ao usuário manipular os signos lingüísticos de forma original, dentro das regras do sistema.

Tendo em mente a caracterização do signo lingüístico, podemos dizer que a:

"Linguagem pode ser definida como uma combinação sistemática de sons que têm significado para todas as pessoas, numa determinada comunidade cultural" (Pyles, 1964, p. 3).

Talvez a palavra mais importante nessa definição seja sistemática. Toda linguagem opera dentro de seu próprio sistema e, como já foi posto, a mudança em um elemento acarreta mudanças no todo.

Tal constatação é de grande importância para a tarefa do tradutor que deve ter sempre presente o enunciado total, embora tenha sempre que trabalhar com porções do todo. Os sons de uma língua bem como todos os aspectos lingüísticos estão subordinados a um sistema, sem o que a comunicação não se processaria.

Continuemos com a definição - combinação de sons, o que significa que produzimos sons, através dos chamados órgãos da fala que nada mais são do que órgãos cuja função básica é totalmente diversa daquela que a eles damos, quando os usamos para emitir sons da linguagem, funções tais como a mastigação ou a respiração. Paralelamente desenvolvemos ao nível do discurso escrito, uma possibilidade de usar certos sinais gráficos, que são em número limitado, mas que também, assim como os sons orais, podem-se combinar de muitas maneiras.

Todos os indivíduos de uma determinada cultura aprendem os signos de sua língua, o relacionamento entre eles em sentenças e o uso dessas sentenças em situações adequadas de elocução.

Tais considerações são importantes para o tradutor que, ao trabalhar com dois sistemas lingüísticos diferentes, deve estar sempre alerta ao uso dos itens lingüísticos para poder precisar se são elementos que aparecem comumente no sistema ou se estão articulados de forma idiossincrática ou original. Como o signo lingüístico é o perfeito ajustamento do conceito com a acústica e a significação depende do contexto onde está inserido, cabe ao tradutor estar consciente da caracterização do signo para melhor trabalhar com as diversas modalidades do discurso humano, no qual o mesmo signo pode assumir significações variadas.

## Funções da Linguagem

Em qualquer comunicação, a finalidade do codificador humano é de produzir uma mensagem. Os próprios processos de codificação de uma mensagem (Nida; 1964: p. 43) envolvem certas finalidades, embora possam-se apresentar de forma concreta e mista. Tomamos a intenção como ponto pacífico, além de discussão, só a considerando quando surgem problemas de suspeita.

As funções da linguagem aparecem no ato de comunicação, entendido em seus três fatores básicos: o emissor, a mensagem e o receptor. Nenhum aspecto do ato de comunicação, porém, ocorre sem referência aos demais. O que ocorre é que um elemento ou uma combinação de elementos pode ser privilegiado.

Para Nida (1964: p. 44), se a função estiver centrada no emissor, sem qualquer preocupação específica, quer à mensagem, quer ao receptor o desejo é de auto-expressão, podendo a função ser chamada de expressiva. Se, porém, a atenção se mudar para a mensagem, a função é designativa e se a função for apenas de fazer uma listagem dos referentes é metalingüística, ficando a preocupação principal na forma lingüística da linguagem. Se a atenção se voltar para o receptor, a função pode ser descrita como sugestiva ou sedutora e o intuito é de provocar uma resposta e sem muita preocupação com a mensagem.

Às vezes, a função se prende a uma combinação de elementos. Quando o emissor e a mensagem forem privilegiados, a função pode ser descrita como avaliadora onde o emissor não só designa algum referente mas também emite sua opinião sobre ele. Do mesmo modo,

se o foco de atenção estiver centrado na relação entre a mensagem e o receptor, a função é imperativa e o receptor fica sabendo o que deve fazer.

Uma forma de comunicação onde a relação entre o emissor e o receptor é fundamental e o papel da mensagem tem significação mínima, tem a função que pode ser chamada de mística.

A comunicação, onde os três elementos parecem ocupar papel relevante, tem uma função identificacional, estando o emissor intimamente ligado à sua mensagem e, ao mesmo tempo, mantendo um alto grau de identificação com o receptor, influenciando no seu comportamento.

O que fica bem claro em Nida é que as funções nunca são de um único tipo, pois geralmente o emissor tem mais de uma intenção. Até mesmo, quando a função é expressiva, como em alguns exemplos de poesia lírica, o emissor está também envolvido na transmissão da mensagem a outros.

Quando a linguagem realça a mensagem e o receptor como já dissemos anteriormente, a função é imperativa, pois o receptor fica sabendo o que deve ou não fazer. Há, porém, um tipo de comunicação cuja função é produzir alguma resposta do receptor, sem dar nenhuma ênfase à mensagem. É o caso, por exemplo, de algumas canções militares que combinam sons e ritmos de alto teor de sugestividade mas sem nenhum conteúdo militar na mensagem, caso extremo de função poética ou estética, segundo Jakobson. Formam o pólo oposto da comunicação expressiva. O poder sugestivo de tal comunicação depende da combinação de sons e ritmos, tornando-a a forma

mais difícil da mensagem a ser reproduzida em outra língua (ver Nida, 1964, p. 45).

Um fato interessante de mudança de função no processo da tradução é o apresentado por Nida (1964, p. 46) no caso da comunicação religiosa cuja função principal é a sugestiva, conseguida pelo uso de certos símbolos verbais que produzem efeitos de mistério. Com a aproximação do século XX e sua tendência mais científica, houve uma preocupação em se eliminar esses efeitos misteriosos e mesmo cabalísticos da linguagem religiosa e tornar sua função mais avaliadora. No entanto, esses tradutores têm encontrado uma resistência por parte de povos que não querem aceitar tal tipo de tradução das Sagradas Escrituras.

Para Jakobson, as funções da linguagem decorrem dos fatores constitutivos do processo lingüístico: o remetente que envia uma mensagem ao destinatário dentro de um contexto a que se refere e que seja compreensível pelo destinatário, utilizando um código comum entre eles, através de um contato que lhes permite a comunicação.

Como Nida, Jakobson afirma que, embora cada um desses seis fatores determine uma função da linguagem e que cada processo privilegie uma determinada função, dificilmente podemos encontrar mensagens verbais que preenchassem uma única função. Quando da análise de uma mensagem, deve o estudioso da linguagem estar atento não só àquela função predominante mas também para às demais que entram no processo.

Podemos fazer uma aglutinação esquematizada das funções da

linguagem e seus correspondentes do modelo de comunicação do seguinte modo:

	<u>Referencial</u>	
	Contexto	
<u>Emotiva</u>	<u>Poética</u>	<u>Conativa</u>
Remetente	Mensagem	Destinatário
	<u>Fática</u>	
	Contato	
	<u>Metalinguística</u>	
	Código	

A chamada função emotiva ou expressiva está centrada no remetente, relacionando a atitude de quem fala com aquilo que fala. Revela a emoção, simulada ou verdadeira que o codificador sente no momento da codificação da mensagem.

A função conativa, que corresponde à imperativa, na classificação de Nida, se orienta para o destinatário e o leva a saber o que dele se espera. Segundo Jakobson, as sentenças imperativas diferem das sentenças declarativas porque aquelas podem ser submetidas à prova da verdade e estas não.

Às vezes, no processo de comunicação há a necessidade de verificar se o canal utilizado está funcionando para que a comunicação continue; o que acontece por meio de uma série de formas ritualizadas, como, por exemplo, as utilizadas numa conversa telefônica: alô, está me ouvindo? e outras.

"o empenho de iniciar e manter a comunicação é típico das aves falantes; dessarte, a função fática da linguagem é a única que partilham com os seres humanos. É também a primeira função verbal que as crianças adquirem; elas têm tendência a comunicar-se antes de serem capazes de enviar ou receber comunicação informativa!"  
(Jakobson, 1971, p. 127)

A função metalingüística ocorre, não no sentido de instrumento científico utilizado por lógicos e lingüistas para falar da linguagem, mas constantemente no ato da comunicação. Toda vez que o remetente e/ou destinatário verificam se estão usando o mesmo código, o discurso tem uma função metalingüística e é quando se processa uma verdadeira tradução intralingual. Essas operações metalingüísticas são muito usadas na aquisição, pela criança, da língua materna, como por professores que buscam testar a compreensão de um discurso, por parte de seus alunos. É ainda muito empregada no trabalho de tradução na busca da melhor equivalência.

A função poética da linguagem é privilegiar a mensagem por ela própria. Tal função não se limita ao campo da poesia, mas é função dominante, formando um elemento acessório para todas as atividades verbais. O critério lingüístico da função poética se baseia nos modos básicos de arranjo para o comportamento verbal, a seleção e a combinação.

"A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação." (grifos do autor,

Jakobson, 1971, p. 130)

A seleção é feita em base de sinonímia e antonímia, equívoca -  
lência e contraste, semelhança e dessemelhança, enquanto que a  
combinação se baseia na seqüência. Todos esses recursos são usa-  
dos na poesia e também fora dela, como nos provérbios e no discurs-  
so de propaganda comercial. Todo tradutor se vê envolvido com o  
problema da seleção e combinação pois são fatores determinantes na  
expressão do conteúdo global do discurso.

A metalinguagem também se vale do uso seqüencial das unidades  
equivalentes mas dentro de um processo equacional. A = A ("solteiro  
é homem não casado"), enquanto que na poesia ele está dentro de  
uma ordem para a produção de certos efeitos ("Joãozinho e Mariazi-  
nha" e não "Mariazinha e Joãozinho"), onde a ordem dá melhor con-  
figuração à mensagem.

Gusdorf (1977, p. 56) apresenta duas funções da linguagem: a  
expressiva e a comunicativa. O indivíduo desenvolve a função ex-  
pressiva da linguagem para melhor se fazer entender, para desembo-  
car no real e se ajustar à natureza e, por outro lado, vai aos ou-  
tros através da função comunicativa.

Pode ocorrer o dilema: ou se expressa à sua maneira, rompen-  
do as barreiras convencionais impostas pela sociedade, ou fala co-  
mo todo mundo. Quanto mais se expressa, menos comunica e quanto  
mais comunica, menos se expressa. Fica na hesitação entre proje-  
tar o seu eu profundo, e correr o risco de não poder se comunicar,  
condenado à linguagem interior, segundo o pensamento bergsoniano  
ou aceitar a tese de Durkheim, na sua afirmação de autoridade do  
senso comum, e adere à direção social da consciência individual.

Tais posições extremas esvaziam ou limitam, no campo da linguagem, o sentido exato do destino do homem, pois o homem é capaz de realizar o equilíbrio dos contrastes, sendo, ao mesmo tempo, capaz de projetar o eu puro e participar do social e do racional.

As duas funções da linguagem, propostas por Gusdorf são complementares, já que:

"a expressão pura, isolada de toda comunicação se torna uma ficção, porquanto toda fala tem em vista outra pessoa" (1977, p. 61)

O contrário também não tem sentido; não pode haver comunicação sem expressão, porque minha linguagem não existe desapropriada.

"Ela não existiria, se uma intenção pessoal primeiramente, não a tivesse feito nascer. Se eu falo, é porque tenho alguma coisa a dizer; sempre será preciso um eu como sujeito da frase" (Gusdorf, 1977, p. 62)

Para o tradutor, esta proposta de Gusdorf é interessante do ponto de vista de alertar para a dupla configuração do discurso - inserção num contexto que lhe dá certas características próprias e expressão do sujeito que lhe dá uma roupagem original que vai determinar sua língua particular, seu estilo e que o distingue dos demais usuários, permitindo-lhe comunicar-se de uma forma expressiva. Saber detectar tais elementos e buscar equivalentes, em seu próprio código, é ponto de partida para o tradutor. Não basta saber a língua utilizada mas também deve saber falar sobre ela,

o que lhe permite revisar e redefinir o vocabulário empregado dentro da língua como um todo e da fala do codificador. Para chegar a uma tradução interlingual, deve partir de uma tradução intralingual e tentar avaliar a escolha dos itens lingüísticos e sua ordenação para encontrar correspondências na tradução.

Para Popper (1972, pp. 121 e 122) o homem desenvolveu, além das funções expressiva e signalizante, que são também próprias dos animais, as funções descritiva e argumentativa e é através do desenvolvimento da função argumentativa que há possibilidades do crescimento científico. Classifica essas funções como superiores e é a elas que devemos nossa humanidade e nossa razão.

Às luzes de tais reflexões sobre a natureza e as funções da linguagem, podemos concluir que o trabalho do tradutor se apresenta revestido de uma dupla dificuldade: como decodificador de uma mensagem, deve estar alerta a todas as implicações que o processo de decodificação envolve e, como codificador da mesma mensagem, em outro código, deve procurar eliminar todos os entraves ou ruídos negativos ou psicológicos, através de "feedforward".

Além do conhecimento do dois códigos lingüísticos utilizados para sua tarefa, precisa saber detectar a função privilegiada no discurso, bem como a seleção dos itens lingüísticos, seu contexto e seqüenciação e qual o efeito que a combinação de todos esses elementos é alcançado.

A noção das funções da linguagem por Jakobson é bastante útil por ser abrangente e elucidativa e ao dizer que a função poética está sempre presente em todo discurso, se não como dominante mas

como subsidiária, fornece ao tradutor, que trabalha constantemente com base na seleção e combinação, fundamentação teórica para seu trabalho. Para alcançar os mesmos efeitos da obra original, deve estar sempre verificando seu código, num verdadeiro trabalho metalingüístico, do equacionamento de suas escolhas, quer consigo mesmo, quer utilizando um destinatário.

Deve ainda levar em consideração que o receptor também pode responder diferentemente à mesma mensagem, condicionado por seu passado, sua experiência anterior e sua ideologia e a tradução não deve fechar a obra original ou reduzi-la, numa tentativa de simplificação ou interpretação parcial.

## Capítulo II

### Descrição Lingüística

Para uma melhor organização de nosso trabalho, seguiremos a orientação adotada por Crystal e Davy (1969, cp. 2) para sua análise estilística. Discutiremos um discurso escrito a partir de uma série de níveis de descrição, obedecendo a seguinte ordem: grafêmica, gramatical, léxica e semântica, verificando como esse determinado discurso se estrutura.

Haverá, no início, um estudo independente de cada nível, mas temos que ter sempre presente o fato de que esta divisão ocorre apenas por necessidade metodológica e nunca podemos nos esquecer de que um discurso, no nosso caso específico, o discurso escrito, deve ser sempre considerado como um todo, evitando-se qualquer redução.

A análise pode começar com regras sintáticas como propõe a gramática gerativa, considerando os aspectos grafêmicos e semânticos como componentes interpretativos da gramática ou começar com os aspectos grafêmicos, como numa abordagem mais tradicional, e caminhar para a gramática e o vocabulário e depois para a semântica, ou ainda começar com a semântica e fazer o percurso ao contrário.

Seguiremos aqui, a ordem proposta no parágrafo 1, indo dos elementos mais simples para os mais complexos.

A fonética, como propõem Crystal e Davy (p. 16), é a utilização potencial dos sons vocais produzidos pelo homem. É o estudo dos sons da linguagem em sua realização concreta, independentemen-

te de sua função lingüística.

O estudo da apresentação de uma analogia visual da fonética é feita pela grafêmica. Uma lingüística adequada ao estudo estilístico precisa partir do aspecto substancial da linguagem de transmitir sons audíveis ou por marcas visíveis sobre uma superfície e possuir meios para relacionar a linguagem falada e escrita. A linguagem falada, por existir antes da linguagem escrita, de certa forma, a determina, carregando para dentro dela um potencial fônico. Muito da linguagem escrita é produzida com seu potencial fônico presente à mente do escritor, como no caso do teatro e da poesia.

Segundo Spencer e Gregory (1970, p. 83), o aspecto formal da linguagem, o qual tem padrões significativos, deve ser reconhecido e adequadamente tratado. Deve o lingüista estar atento para poder justificar formalmente a gramática de uma linguagem em seus vários níveis (fonologia, semântica, sintaxe) incluindo a "grafêmica" que distingue "ela é bonita" de "ela é bonita?".

A adequação da substância gráfica com a fônica levaria à combinação de certos sons e formas a fim de criar um efeito determinado, acrescentando mais significado ao enunciado. É o caso, por exemplo, da combinação do tipo, tamanho e até cores das letras usados num anúncio ou num cabeçalho de jornal. São elementos não-lingüísticos que podem ter implicações lingüísticas e que devem ser levados em consideração, na tarefa da tradução. Citam Crystal e Davy como exemplo dessa "onomatopéia" gráfica os poemas de George Herbert e Dylan Thomas.

No campo da expressão falada, da qual nós não vamos nos ocupar, mas que constitui um fato interessante e que merece ser mencionado, a combinação do tom de voz com o tipo de linguagem formam um pano de fundo que prontamente identifica o tipo de mensagem que o emissor quer transmitir. Por exemplo, o tom de voz mais elementos lingüísticos típicos identificam prontamente uma transmissão de uma partida de futebol, um sermão ou um comício político. Consegue-se um efeito humorístico, trocando-se a situação e preservando-se o tom de voz que não se adapte a ela.

Tais contrastes, nesse campo fonético/grafêmico são de grande importância para a perfeita apreensão de todo significado do material-texto, mas como se apresentam de uma forma tão claramente discernível têm sido muito pouco estudados.

O estudo da fonética e da grafêmica, portanto, está vinculado à substância fônica e gráfica básicas da língua.

A linguagem humana, porém, é algo mais que sons e formas isoladas, ela revela um padrão. É algo mais que uma somatória desses sons e formas, pois cada língua seleciona um número limitado de sons e formas e os usa em um número previsível e limitado de combinações a fim de montá-los em unidades maiores, a saber: as palavras e as sentenças.

A fonologia estuda o sistema de sons da linguagem do ponto de vista de sua função no sistema da comunicação lingüística. Estuda os elementos fônicos que distinguem, numa mesma língua, duas mensagens de sentidos diferentes e os que permitem reconhecer uma mesma mensagem através das realizações individuais diferentes-fono-

estilística, que estuda os elementos fônicos possuidores de uma função emotiva, mas não referencial.

A grafêmica é o estudo análogo de um sistema escrito de uma língua. Veremos, mais tarde, como no campo da tradução tais elementos se combinam em determinadas variedades da língua, ajudando a distingui-las.

Num terceiro nível, veremos como esses sons e formas se combinam em unidades mais complexas, sendo que alguns aspectos serão focalizados pela gramática.

Obviamente é impossível esquecer que vocabulário e gramática, interdependem; analisaremos, porém, como determinados itens léxicais identificam um determinado tipo de material-texto e colocam o tradutor numa posição de escolha, dentro de sua língua, de itens que tenham correspondência com aqueles que marcam a L.P.

Como fizeram Crystal e Davy, na sua descrição lingüística aplicada ao estudo da estilística, consideremos a semântica como um nível separado, a fim de estudar o significado de porções maiores que o item lexical. Semântica, aqui, será entendida como o estudo do significado lingüístico de um texto acima e além dos itens lexicais tomados individualmente.

Os padrões de desenvolvimento do tema, a distribuição dos conceitos num texto como um todo, o uso de figuras de retórica e outros aspectos serão estudados descritivamente. Há uma distinção no âmbito do "significado" que se espera de um estudo do vocabulário (cujo adjetivo correspondente será "lexical") e da semântica:

"vocabulary contrasts are relatively discrete, finite, and localized; semantic contrasts tend to be less systematic and definable, and are all - inclusive" (Crystal e Davy, 1969, p. 19)

Como todo texto é uma rede de elementos interligados, pode ocorrer, uma vez termos adotado esse método de análise, que, às vezes, haja dúvida sobre que nível de descrição privilegiar. Nossa proposta é uma tentativa de ajudar a organizar o material do texto com que o tradutor vai trabalhar.

Nosso campo de trabalho está limitado ao discurso escrito. A partir daí, temos que precisar quais são os elementos que ocorrem numa variedade lingüística mais do que em outra e que a distinguem das demais, a ponto de adquirir significado estilístico que leva a uma predição dentro do material-texto. Tal predição, como veremos no capítulo 3, quando abordaremos o problema do estilo e da estilística, pode também ser feita da forma estatística ou qualitativa.

O que nos parece fundamental, porém, é descobrir a importância desses elementos em uma determinada variedade, para que possamos usar os dois critérios propostos por Crystal e Davy:

- a) o aspecto que mais ocorre em uma determinada variedade;
- b) aquele que é menos partilhado por outras variedades.

Como exemplo do primeiro critério, podemos citar o uso da passiva como característica da linguagem científica, embora ocorrendo em outras variedades. Como exemplo do segundo, podemos citar o uso de expressões como: "de conformidade com"... "que a respeito de"...

"estipulada em"... e uma grande abundância de usos de formas verbais no futuro marcam a linguagem legal e dificilmente ocorrem em outra variedade.

Ao adotar tal abordagem, estamos conscientes de suas limitações, mas também sabemos que ela apresenta inúmeras vantagens para descobrirmos aqueles elementos característicos que nos permitem identificar estilisticamente uma variedade lingüística, bem como fazer considerações descritivas e explicatórias mais abrangentes.

O trabalho do tradutor consiste em detectar tais elementos e buscar, em seu código lingüístico, as correspondências dentro da variedade lingüística descoberta. Aí termina seu trabalho; a avaliação do texto ou sua interpretação crítica ficam além dos limites de sua tarefa.

Ao abordarmos os itens gramaticais, não pretendemos entrar em discussões teóricas, nem precisamos de toda uma investigação das gramáticas das línguas L.P. e L.C.. O que nos parece mais econômico e mais eficaz para nosso problema é descobrir e interligar aqueles contrastes gramaticais que tenham relevância estilística, através de uma técnica bem simples, a partir de dois pontos principais:

- a) detectar onde, numa gramática, fica a distinção estilística;
- b) facilitar um estudo comparativo gramatical.

Vamos partir de um enunciado e adotar a mesma conceituação que dele fazem Crystal e Davy, isto é, uma porção significativa da linguagem, expressa por uma pessoa, e podendo ser dividida em unida -

des com extensões diferentes e passíveis de análise. Uma divisão primária do enunciado é a sentença, entendida como um tipo de unidade de comunicação, que pode constituir um problema quanto à sua identificação na linguagem falada. Na escrita, porém, o problema se torna menor, devido à possibilidade de recursos grafêmicos, como o uso das letras maiúsculas e as pontuações que indicam seu término, como o ponto final, de exclamação ou interrogação, exceto naturalmente, em ocorrências ocasionais, como nos escritos de Joyce e Beckett.

O elemento básico para qualquer discussão e abordagem prática da tradução é um estudo de como o significado aparece na linguagem, entendida como um código de comunicação.

Nida (1964, cps 3, 4 e 5) faz um estudo abrangente sobre a natureza do significado: os significados lingüístico, referencial e emotivo, e é nele que vamos buscar a metodologia para nossa abordagem do significado, a partir de um estudo do que se entende por símbolo.

Segundo Nida, as palavras que constituem um sistema de um código lingüístico são geralmente chamadas de símbolos. Os símbolos porém, têm sido freqüentemente tratados, pelos lógicos e semânticos, apenas como um tipo especial de uma classe maior de objetos, a saber, os sinais (cit. por Nida, 1964, pp. 30 e 31). Reichenbach por exemplo, os classifica em três categorias básicas: índice, ícone e símbolo (convencional).

O primeiro tipo (o índice) pode ser subdividido em:

- a) não humano; por exemplo, fumaça como sinal de fogo; ou
- b) humano; por exemplo, riso como sinal de alegria.

Os sinais icônicos são analógicos àquilo que designam, como por exemplo, um quadro que tem a forma do objeto que retrata, ou uma expressão onomatopaica que imita o som produzido pelo objeto que representa.

Os sinais convencionais, os que geralmente chamamos de símbolos, não têm participação formal com os objetos a que se referem, por exemplo, os símbolos matemáticos. Os símbolos lingüísticos, são, na sua maioria, completamente convencionais.

Nida (p. 31) aponta como os sinais e símbolos podem ocorrer em três tipos diferentes de contextos:

- a) "imediato";
- b) "deslocado";
- c) "transferido".

No primeiro, o símbolo é usado para identificar o objeto no seu ambiente imediato, o que pode criar uma falta de clareza, quando se tentar repetir a mensagem, pois sem ambiente imediato, não se pode identificar o referente original. Num contexto deslocado, o referente não é um objeto ou pessoa presente, o que é o tipo mais comum de situação. Num contexto transferido, o que acontece é a transferência de símbolos de uma classe de objetos ou situações para outra.

O significado tem sido sempre um problema de difícil conceitualização. Tradicionalmente, procurava-se ou um núcleo que centralizasse todos os usos, pois pensava-se que, se a palavra tinha uma unidade de forma, o significado também deveria ter uma unidade, ou investigar a área que ele envolvia ou ainda focalizar o significado dentro de uma visão histórica, buscando uma organização de uma

seqüência de sentidos que tem mais fundamento lógico do que histórico. Essa última explicação, embora interessante, pois vai buscar nas origens o que as palavras corretamente deveriam significar, não é suficiente, pois os símbolos verbais são realidades vivas, suscetíveis de mudanças. Esse é o sentido diacrônico da linguagem que difere de uma abordagem sincrônica, que é o estudo descritivo de uma língua num determinado período de tempo.

Uma abordagem científica do significado, usada no passado, é o mentalismo, uma teoria filosófica que se baseia na tese da "imagem mental", onde o verdadeiro significado da palavra pode ser, de alguma forma, equacionado à imagem mental associada com o símbolo. Sua vantagem é parecer simplificar o problema do significado, pois é mais fácil se fazer uma classificação das imagens mentais, do que organizar todos os referentes aos quais aplicar tais palavras-símbolo. Tal abordagem é limitada por não conseguir responder a certas perguntas básicas que envolvem o problema do significado, pois quanto mais abstrato ou genérico for o significado de um termo, tanto mais difícil será produzir uma imagem que reflita adequadamente a função desse símbolo.

A abordagem comportamental do significado, ou comportalismo em termos de estímulo e resposta, veio corrigir algumas das limitações da tradicional abordagem filosófica, baseando-se principalmente no fato de que não se pode chegar ao cérebro de alguém e detectar o que aí se passa. Como, porém, não se pode medir todos os estímulos que levam uma pessoa a escolher determinadas palavras como resposta, a abordagem comportamental não é adequada para a explicação de fenômenos lingüísticos, embora tenha contribuído muito,

especialmente ao atrair a atenção dos estudiosos para certos elementos essenciais que entram na comunicação, a saber, os estímulos e respostas que envolvem tanto o falante quanto o ouvinte.

Em oposição à lógica tradicional, que prescrevia como as pessoas deviam pensar, surgem os lógicos simbólicos, ou ainda analistas lógicos ou analistas lingüistas que advogam que é mais proveitoso fazer uma investigação profunda da linguagem, quer como meio pelo qual as pessoas comunicam seus pensamentos quer como sistema que reflete os pensamentos.

Alguns lógicos simbólicos dividiram o estudo do significado em três aspectos principais:

- a) semântico;
- b) sintático;
- c) pragmático (Charles Morris, 1946; e Charles Peirce, 1934, cit. por Nida, 1964, p. 34).

O aspecto semântico trata da relação de sinais, ou símbolos com seus referentes, entre as entidades lingüísticas e o mundo, correspondendo aproximadamente ao que comumente se entende por significado das palavras.

O aspecto sintático se refere, no enunciado, à relação dos símbolos com os símbolos, às propriedades formais das construções lingüísticas. O aspecto pragmático vai tratar da relação dos símbolos com o comportamento dos interlocutores no processo da elocução. É importante para o significado real de qualquer mensagem a reação do receptor.

Antes da Segunda Guerra Mundial, havia uma tendência entre os

lingüistas americanos de se esquivarem de entrar no campo da semântica. Seguindo a orientação de Bloomfield, consideravam ser de pouca valia definir o significado, pois tal definição poderia somente ser dada por todas as ciências descritivas, trabalhando em conjunto, para descrever o ambiente e o comportamento humano.

Os estudos de Sapir e Whorf apresentam outra abordagem do significado: a lingüística antropológica, que estuda a distribuição das palavras, não só dentro das sentenças, mas também em todas as formas de comportamento humano. Há, ainda, uma crescente evidência de que tais distribuições estão intrincadamente estruturadas.

A definição de Zellig Harris não só serve como um instrumento para a análise do significado, como também sugere como as palavras ganham significado, isto é, através do condicionamento contextual:

"The meaning of a linguistic form may best be defined as the range of situations in which that form occurs or more exactly, it is the features common to all the situations in which the form occurs and excluded from all those in which it does not".  
(cit. Nida, 1964, p. 37).

Tal posicionamento, em termos de comportamento frente ao problema do significado é realmente uma reação ao mentalismo tradicional, pois a linguagem é um ato social e, portanto, um sistema de símbolos que refletem o comportamento e não apenas índices para o pensamento.

O contexto assume, portanto, papel fundamental na compreensão do problema do significado, pois, se isolarmos uma palavra de seu contexto não teremos mais o discernimento necessário para o entendimento total de sua função real.

A verdadeira comunicação se baseia no reforço recíproco entre os símbolos e o contexto. O valor de um símbolo, porém, no acontecimento real da comunicação é, não raras vezes, bem difícil de ser definido, pois as pessoas respondem diferentemente à mesma mensagem, a partir de interpretações pessoais de sua intenção.

Como bem salienta Nida (1964, p. 46), uma análise do significado dos símbolos toca num número de pontos básicos para a tarefa do tradutor. Resume tais pontos em seis tópicos, a saber:

- a) o caráter essencialmente arbitrário dos símbolos verbais;
- b) a função dos símbolos para designar classes de referentes;
- c) a liberdade dos símbolos;
- d) o mapeamento da totalidade da experiência por meio dos símbolos lingüísticos;
- e) a linguagem como um meio de interação social;
- f) a operação dos símbolos lingüísticos em dois níveis:
  1. descrição do mundo lingüístico e prático;
  2. descrição da própria linguagem.

- a) O caráter essencialmente arbitrário dos símbolos verbais evidencia-se na falta de analogia lógica que une certos símbolos, como gato e cão, aos seus referentes. Tal arbitrariedade se torna maior quando os comparamos com seus correspondentes em outras línguas.

- b) Com exceção dos nomes próprios, cujo estudo forma um assunto muito interessante para o tradutor e que constituem uma classe especial de símbolos com referentes únicos, os símbolos lingüísticos designam sempre classes de referentes.
- c) Os símbolos lingüísticos são livres devido a dois fatores básicos:  
Primeiramente não estão presos a um referente por nenhum vínculo formal de identificação inerente; em segundo lugar estão sujeitos a constante mudança. Os símbolos lingüísticos tanto podem se enriquecer e expandir, como desaparecer ou surgir de novo. É essa liberdade dos símbolos que permite novas combinações e que torna a tarefa da tradução possível. É ela também que impede que se estabeleça uma padronização do significado, pois os símbolos estão sempre sujeitos a modificações determinadas por fatores inerentes ao seu próprio código ou a fatores culturais.
- d) A linguagem é um instrumento capaz de expressar todos os aspectos da experiência humana e se algumas línguas parecem conter omissões é porque sua forma de classificar as experiências é diferente. O mapeamento da experiência por meio da linguagem vai ser determinado pela tomada de consciência que as pessoas têm da sua experiência, pois ninguém fala do que não tem consciência.
- e) A comunicação humana se dá num contexto social e, portanto, só pode ser analisada em termos desse processo global que envolve o relacionamento dos participantes com o código

go, o relacionamento recíproco, como membros da mesma comunidade lingüística e o modo como a mensagem é veiculada entre a fonte e o receptor.

f) Há certos elementos nas relações interpessoais que impõem grandes limitações na comunicação e outros que possibilitam um alto grau de inteligibilidade mútua. A comunicação humana pode ser limitada por dois motivos:

Primeiro, como as pessoas não possuem a mesma origem, elas usam o código de forma diferente e, segundo, não há duas pessoas que usem os mesmos símbolos para designar os mesmos tipos de experiência, cada pessoa tem o seu próprio estilo.

Daí, poderíamos concluir que não possa existir uma comunicação completa entre duas pessoas. Isto, porém, não é verdade, pois há, como nos lembra Nida (1964, p. 53), quatro fatores básicos que permitem um alto grau de inteligibilidade mútua, não somente entre membros de uma mesma comunidade lingüística, mas também entre comunidades lingüísticas diferentes, o que permite a possibilidade de tradução.

Assim, há:

- a) uma semelhança dos processos mentais em todos os povos;
- b) uma semelhança de reações somáticas, como o enrubescer, o sorrir;
- c) o âmbito da experiência cultural, pois as semelhanças que unem a humanidade como uma espécie cultural são maiores que as diferenças que a separam;
- d) a capacidade de adaptação aos padrões de comportamento dos outros.

Finalmente a linguagem constitui um código que pode ser usado não só para expressar todo o universo da experiência humana, mas também para discutir o próprio código, que é o que se convencionou chamar de metalinguagem.

Nida (1964; caps. 4 e 5) ainda fez uma distinção entre significados lingüístico, referencial e emotivo, sendo que o primeiro só se refere ao que está na própria linguagem. O significado referencial liga-se primeiramente ao contexto cultural identificado no enunciado e o emotivo se relaciona às respostas dos participantes no ato da comunicação.

Uma descrição lingüística deve englobar todos os níveis: fonético; grafético; fonológico; grafêmico; gramatical; lexical e semântico e como o trabalho de tradução não é apenas uma forma de combinação das partes de um enunciado mas um processo de produção de mensagens equivalentes, ele deve encarar a linguagem essencialmente como um código em operação, funcionando com fins específicos. Para isso é importante ter em mente todos esses elementos, não tomados separadamente, ou como uma somatória, mas como um todo de níveis interligados.

O tradutor sabe que qualquer experiência cognitiva pode ser expressa em qualquer língua existente e, onde houver deficiência vai buscar uma compensação, a partir da capacidade de adaptação aos padrões comportamentais de falantes de culturas diferentes. Um leitor brasileiro, por exemplo, pode nunca ter ouvido um rouxinol, mas sua leitura não ficará prejudicada por isso. A dificuldade é maior quando todos os componentes gramaticais, lingüísticos e não lingüísticos são elevados à categoria de princípio construtivo do texto e transmitem uma significação própria, como é o caso da poesia, que é por definição, intraduzível. Nesse caso, a solução é transposição criativa.

## Capítulo III

### Análise Estilística

O mesmo procedimento adotado para a descrição lingüística pode ser adotado para uma análise estilística, isto é, temos que detectar aspectos relevantes que venham formar um quadro referencial para nosso trabalho e aqui, uma vez mais, vamos buscar em Crystal e Davy, capítulo 3, o embasamento teórico de que precisamos. A dificuldade está em relacionar a descrição lingüística com a análise estilística, sem grandes desvios e distorções. Por isso, vamos nos ater aos pontos que são realmente importantes, dentro da perspectiva colocada no capítulo 2.

Antes, porém, vamos procurar situar a noção de estilo e de estilística, no campo geral da lingüística, partindo da afirmação de Rifaterre (1973, p. 41):

"enquanto a lingüista tem a tarefa relativamente simples de reunir todos os traços do discurso do informador, sem rejeitar nenhum, o estilista deve escolher apenas aqueles que transmitem as intenções mais conscientes do autor (o que não significa que a consciência do autor abarque todos os traços do discurso)".

Isto nos leva ao que ficou posto, que uma análise puramente lingüística de uma obra literária só pode nos fornecer os elementos lingüísticos, sem nos indicar quais são os elementos que ga-

nam a envergadura estilística. O que é preciso fazer é reunir os elementos estilísticos, é o que faremos, seguindo o critério de Crystal e Davy, explicitado mais adiante e a partir de uma análise lingüística, seguindo a orientação proposta no capítulo 2, excluindo os aspectos que não são estilisticamente pertinentes. Para tanto, precisamos deixar bem clara nossa posição perante o problema de estilo e estilística e quais as noções teóricas necessárias para ligar a descrição de uma língua, de um lado, à descrição de uma variedade dessa língua, de outro. Insistimos que as noções teóricas serão reduzidas ao mínimo necessário, sem entrarmos em maiores especulações.

O conceito de estilo é muito velho, coincidindo com o princípio do pensamento literário europeu. Aparece mais em conexão com a retórica do que com a poética, visto como uma técnica de persuasão. A antiga retórica fazia distinção entre as diversas formas de oratória, cada qual contendo recursos próprios, seu vocabulário, sintaxe e figuras específicas. Previa sempre regras prescritivas que deviam ser aprendidas para se produzir um texto que atingisse seus objetivos. Esse imenso repositório de preceitos retóricos foi, durante a Idade Média e o Renascimento, estendido à poética, o que não somente iria nortear a formulação de idéias críticas como também influir na própria composição poética, posição que predominaria até o século XVIII.

Tal tradição se mantém em algumas manifestações literárias, como no caso da produção jornalística, mas não se pensa atualmente, em ditar regras de estilo aos poetas, ficando a preocupação na análise de textos existentes. Como nos lembra Hough (1972), exceto

em países onde a escrita está subordinada às necessidades políticas, não se pode pensar mais numa tradição que se baseie na prescrição de leis adequadas para a expressão humana.

Há certas contribuições da antiga retórica que devem, no entanto, ser levadas em consideração. Ocupava papel fundamental na retórica e crítica tradicionais a separação entre conteúdo e forma - o que se diz e como se diz, um vestuário do outro. Tal posição fica bem clara no trecho, citado por Hough, do Preface to Annus Mirabilis, de Dryden:

"So then the first happiness of the poet's imagination is properly invention, or finding of the thought; the second is fancy, or the variation, deriving or moulding of that thought, as the judgement represents its proper to the subject; the third is elocution, or the art of clothing or adorning that thought so found and varied in apt, significant and sounding words"  
(Hough, 1972, p.3).

De acordo com essa teoria, o estilo seria o modelo do vestuário e a linguagem, a roupagem do pensamento, predeterminando o estilo para cada gênero literário. Mais tarde, com o aparecimento de outras teorias, o estilo passa a ser entendido como expressão da personalidade do escritor, sendo a formulação mais conhecida desta posição a de Buffon:

"O estilo é o próprio homem".

A definição dada por Swift: "Proper words in proper places, makes the true definition of a Style" certamente, como bem coloca Turner (1977, p.21), não deve se prender apenas a itens gramaticais corretos, pois isto é anterior ao estilo, dado pela língua. Parece que a proposta de Swift é que se deve ter em mente a adequação do discurso às diversas situações sociais e que sua precisão advém não somente da consciência da exatidão gramatical, pois o julgamento do que é devido ultrapassa o conhecimento da língua e norteia a escolha do escritor, o que pressupõe a escolha individual, a partir de sua experiência pretérita, condicionamento à situação e ao tipo de leitor. Voltando à definição de Buffon, pode-se, não raras vezes, reconhecer a marca de alguém atrás de um texto, pois não se pode aceitar que as escolhas sejam feitas ao acaso, mas

"must be subtly determined by the psychological makeup of the particular writer or by the total linguistic context formed by the work in which they occur" (Turner, 1973, p. 23).

As definições dadas por Buffon e Swift, embora se baseando no fator escolha, consciente ou não, assumem posições opostas quanto ao sujeito do discurso. Enquanto a referência de Swift a "lugares certos" nos conduz ao contexto, levando-nos a aceitar que um único sujeito possa ter estilos diferentes para expressar contextos diferentes, a posição de Buffon não faz tal abertura. Se, por um lado, a definição de Swift pode ajudar os teóricos sociológicos do estilo, levando a uma abordagem explicatória das diversas variedades da linguagem, a definição de Buffon é o apoio para o

estatístico, que identifica o sujeito do discurso através do levantamento das ocorrências léxicas, levando a uma abordagem descritiva.

Para Enkvist (1970, pp. 24 - 42), estilo é um conceito que embora largamente usado e definido, escapa à precisão. Isto ocorre por se tratar de um conceito abstrato, no sentido em que o estilo é uma qualidade e também por implicar qualidades singulares em comparação com qualidades comuns. Envolve avaliações qualitativas, o que dificulta uma definição precisa.

Comenta Enkvist que há várias maneiras de classificar definições de estilo. Uma é a partir de etapas básicas do processo de comunicação. Em primeiro lugar, há definições baseadas no ponto de vista do escritor. Em segundo lugar, há definições que se baseiam nas características do próprio texto, tentando sua análise objetiva. Em terceiro lugar, há as definições baseadas na impressão do leitor. Às vezes, há definições que se baseiam em mais de uma dessas três posições.

Outra forma de distinção é a "de enunciados sobre estilo objetivamente verificáveis e enunciados subjetivamente impressionistas" (Enkvist, 1970, p.25). Tal posição desqualifica as definições que identificam estilo com existência ou pensamento e as que declaram que o estilo implica dizer a coisa certa de modo mais eficiente. Enkvist classifica as restantes abordagens sobre estilo em seis grupos:

a) o estilo é uma concha cercando um pensamento. Aqui, o estilo é considerado como sendo uma adição ao pensamento. Ao fazer essa separação do estilo, como algo a ser acrescentado a um nú-

cleo interno do pensamento (linguagem sem estilo), postulando a existência do pensamento pré-lingüístico ou expressão pré-estilística, essas definições lembram a distinção clássica entre Lógica e Retórica e também a concepção de estilo dos críticos platônicos. Tais definições não ajudam nem ao estudante de uma língua estrangeira, nem ao tradutor que trabalha com o material-texto em sua forma completa, acabada, única forma de se chegar ao pensamento do autor.

As definições de estilo como adição ao pensamento dependem do efeito que a adição produz. Com Charles Bally, a origem do estilo é a adição dos elementos afetivos à expressão, devendo se entender por tais elementos as adições opcionais a um sentido já determinado (Hough, 1972, p.6). De certa forma, Bally já apresenta uma transição na conceituação do estilo;

b) estilo como escolha entre expressões alternativas.

O mesmo problema que ocorre com definições de estilo, como adição, ocorre aqui, já que seleção leva aos processos mentais do autor e, como o leitor lê o material-texto na sua forma completa, uma análise das escolhas se torna tarefa impossível.

Para Enkvist, temos ainda que ponderar que, se considerarmos a idéia de estilo como escolha e estudarmos a "seleção e ordenação" apenas como referência a um texto, sem preocupação maior com os processos mentais, devemos ainda distinguir diferentes tipos de escolha. Há escolhas que obedecem aos padrões gramaticais aceitos pela língua, assim escolher entre comer e João para x, na estrutura x ama Maria, comer ama Maria não obedece aos padrões

Provavelmente estivessem falando de coisas diferentes, pois talvez cada forma diferente de se dizer alguma coisa seja a expressão de uma coisa diferente. As situações evocadas por estímulos lingüísticos diferentes fazem parte da informação que eles transmitem. Se não podemos falar de modos diferentes de expressar o mesmo pensamento, mas apenas de pensamentos diferentes, então como

"Is the style of the Romantic poets different from that of the school of Pope because they were saying the same things in different ways, or because they were saying different things?" (Hough, 1972, p.4)

Considerando duas construções gramaticalmente aceitas, mas diferentes, o problema reside em se avaliar se a informação nelas contida é a mesma ou não.

Outro tipo de escolha é, por exemplo, a que recai entre "Pedro e José, em X ama Maria. Tanto a construção Pedro ama Maria como José ama Maria são gramaticalmente aceitas, mas a escolha é extra-lingüística, dependendo da situação. É uma escolha não-estilística. Um terceiro tipo de escolha aparece entre um bom homem e ótimo cara, em ele é um X : ele é um bom homem e ele é um ótimo cara. Ambas as construções são gramaticalmente aceitas e até idiomáticas e têm até mesmo um referente comum. O que as distingue é uma escolha do tipo estilístico. O professor de uma língua estrangeira e o tradutor devem estar atentos para este tipo de escolha.

da língua portuguesa.

conceituar estilo? Daí, a constatação:

"la stylistique semble à peu près morte"  
(Arrivé, 1969, p.3)

Como é difícil se determinar uma "área de significação" que implicaria o arrolamento de todos os contextos nos quais os itens envolvidos possam ocorrer, é mais simples focalizar o contexto em que ocorrem e concluir que estilo é parte do significado mas uma parte que pode ser estudada por si mesma.

c) estilo como um conjunto de características individuais, resumido na expressão de Buffon, "Le Style c'est l'homme propre", ou como diz Remy de Gourmont:

"Avoir un style c'est parler au milieu de la langue commune un dialect particulier, unique et inimitable et cependant que cela soit à la fois le langage de tous et le langage d'un seul" (cit. por Enkvist, 1970, p. 37).

Essas definições, baseadas na qualidade individual do estilo, apresentam duas dificuldades. Primeiramente, alguns traços individuais rotulados como individuais são partilhados por outros e até mesmo a falta de traços individuais pode servir como indicadora para certos estilos, como, no caso da linguagem científica. Em segundo lugar, para que pudéssemos concluir que um dado estilo possui certos traços únicos é preciso que tivéssemos um modelo para comparação. Como propõe Enkvist (1970, p.37), em termos saussurianos, como só podemos abordar a langue através da parole, a

menos que comparemos a lingüística da parole, nessa concepção de estilo como expressão individual, com a lingüística da langue não podemos concluir quais os traços que ocorrem somente na primeira, marcando o estilo. A dificuldade está em se ser capaz de realmente precisar sem riscos o que realmente é característica única de um texto, que o distinga dos demais. Tais definições de estilo pressupõe normas de comparação e nos levam a outro tipo de definição, aquela que determina o estilo como um desvio de uma norma.

d) estilo como desvio de uma norma

Tais definições são úteis, enquanto conseguem definir tanto a norma como os desvios em termos concretos, operacionais. Parece aconselhável definir a norma, não como a língua em conjunto, mas como parte dela significativamente relacionada com o texto que estejamos analisando. Teremos, assim, uma boa base inicial para a comparação estilística. Enkvist propõe uma possível saída para o problema, que é de se combinar a ênfase nas frequências e probabilidades com uma relação mais precisa entre texto e norma (1970, p.41).

e) estilo como conjunto de características coletivas

Podemos dizer que dois textos que difiram do mesmo modo de uma norma, são do mesmo estilo. Aqui deve aparecer a distinção entre estilo em geral e a descrição de variedades de estilo, que é a mola geradora de nossa proposta. Todo estudioso de linguagem está preparado para distinguir marcos definidores, ou "marcadores de estilo", segundo Enkvist, em diversos estilos. Para ele, os marcadores de estilo são determinados por uma escolha estilística

enquanto que a escolha não estilística implica uma seleção de itens neutros. A escolha não estilística é contextualmente livre e a escolha estilística depende do contexto, pontos importantes para nosso posicionamento quanto ao problema, como colocaremos mais adiante.

A ênfase aqui é dada às semelhanças e não às diferenças entre o texto e a norma.

f) estilo como relações entre entidades lingüísticas que sejam formuláveis em termos de textos mais extensos que a sentença.

Essa posição não entra em conflito nem com o ponto de vista segundo o qual o estilo seria uma escolha entre expressões alternativas nem com o estudo do levantamento das frequências e probabilidades como determinantes do estilo.

É, portanto, difícil se chegar a uma precisão quanto à definição de estilo. Todo usuário de uma língua adquire, desde a infância, uma experiência das frequências de itens lingüísticos associados a determinados contextos, e é com essa experiência que vai analisar uma determinada ocorrência lingüística.

"Em análise estilística, pois, as frequências contextuais passadas transformam-se em probabilidades contextuais presentes, com cujo conjunto o texto é comparado" (Enkvist, 1970, p.43)

A palavra probabilidade está relacionada a uma norma condicionada pela experiência passada.

Para nosso objetivo, vamos retomar as definições de Buffon e Swift, e ver como podem se completar.

Ambas as abordagens contribuem e se completam para uma visão global do problema do estilo, pois, se os métodos estatísticos a partir da definição de Buffon, tendem a dar definições precisas e nos permitem detectar o sentido inusitado ou inesperado num contexto, não podem, mesmo, a partir da correlação de diversas variáveis e da descrição da probabilidade de ocorrência de certas palavras em determinado contexto, ser explicatório, segundo Turner (1977, pp. 24,25, 26), necessitando da complementação dos métodos dos teóricos sociológicos do estilo, fundamentados na definição de Swift.

Aqui fica um ponto muito importante no estudo do estilo e da tradução, onde a abordagem do texto deve ir além da mera constatação da incidência ou não, da repetição ou não de determinados itens gramaticais. Depende do exame das circunstâncias da linguagem, das situações onde elas ocorrem; numa palavra, depende do contexto.

Atualmente, a crítica de um texto não mais separa a forma do conteúdo mas encara o trabalho literário como um todo orgânico, onde forma e conteúdo, pensamento e expressão constituem uma unidade harmônica.

Os últimos progressos feitos por Chomsky trazem uma nova hipótese para o problema: que a estrutura profunda das sentenças pode ser a base semântica universal de todas as línguas e que as diferentes línguas a revestirão de formas gramaticais diferentes e que um único complexo semântico em uma determinada língua possa

assumir formas gramaticais diferentes, porém, sinônimas.

"The differences between synonymous sentences may then be called stylistic; in fact, a return to the old view of language as the dress of thought" (Hough, 1972, p.7).

Fica então o estudo do estilo relacionado com o problema da escolha - escolha entre os recursos léxicais e sintáticos de uma língua, o que constitui uma segunda escolha a partir de uma primeira escolha, a saber, a escolha do assunto sobre o qual se trata o discurso.

Como vimos anteriormente, qualquer enunciado escrito ou falado possui certas características que o identificam. Algumas nos informam sobre a região de onde provem o falante ou sua posição social, outras nos dizem do contexto ou mesmo que tipo de receptor está envolvido. A questão básica é como classificar tais aspectos e como defini-los.

Uma das principais dificuldades que surgem, além das limitações que caracterizam certas tentativas de se estabelecer categorias dos elementos ocorrentes, é que, como postulam Crystal e Davy (1969, p.62), é tanto impraticável tentar adaptar variáveis situacionais a aspectos lingüísticos selecionados como predizer aspectos lingüísticos a partir de uma situação especificada e tentar prognosticar ocorrências e estabelecer limites rígidos.

Para delimitar nosso campo de estudo, podemos dizer que o estilista começa por se concentrar naqueles marcadores de estilo,

no dizer de Enkvist, entendidos agora como o sub-conjunto de acontecimentos extralingüísticos que são claramente relevantes para a identificação dos aspectos lingüísticos.

Crystal e Davy expandem a noção de situação que eles denominam de dimensões de restrição situacional e examinam o papel que cada aspecto ocupa com relação a uma ou mais dessas dimensões.

Para que possamos fazer um estudo dessas situações temos que partir dos aspectos comuns que marcam qualquer enunciado e que não formam o campo de interesse para o estilista, mas que ele deve conhecer para saber eliminá-los, pois é fato incontestável que as variedades de uma língua têm mais pontos em comum que pontos diferenciadores. Isto não elimina a possibilidade de que tais pontos também possam ter finalidades estilísticas. Assim, não constitui interesse estilístico a constatação de que existe uma concordância do verbo com o sujeito; tal aspecto lingüístico é estilisticamente neutro.

É preciso enfatizar desde o início que a primeira atitude em qualquer análise estilística é intuitiva e o estilista parte do mesmo ponto que o observador comum, de sua experiência pretérita da língua que o faz esperar certas construções. A diferença existe no fato de que ele, diferentemente do observador não treinado, tem uma noção mais clara do que é provavelmente significativo e saberá o que fazer com as constatações feitas, e enquanto é importante que todos os membros de uma comunidade lingüística possam ser capazes de desenvolver uma atitude pessoal e sensível em questões de linguagem, a estilística é o meio mais objetivo para compreender, apreciar e aprofundar tal atitude.

Para o tradutor, cuja tarefa não é só objetivar tal atitude mas também utilizá-la para encontrar os melhores correspondentes entre dois campos lingüísticos diferentes, a estilística vem constituir o apoio científico para o discernimento do sentido global e a potencialidade das línguas que utiliza. Quanto mais ele estiver adentrado em tal procedimento de identificação mais fácil se tornará seu trabalho e, aos poucos, o próprio método se tornará parte integrante de sua formação. Para os iniciantes, porém, o mais aconselhável é se ater a uma variedade, estudá-la de forma pormenorizada e, à medida que sua experiência de análise se desenvolver, partir para outras variedades.

Há formas mais rápidas e menos complexas para detectar estilisticamente aspectos significativos, como, por exemplo: substituir um item lingüístico por outro e observar o efeito. Vamos, porém, ficar com Crystal e Davy e fazer o mesmo percurso feito por eles em sua análise estilística e tentar correlacionar as dimensões de restrição situacional propostas com a descrição lingüística e depois aplicá-las à tradução.

A partir de algumas perguntas básicas que podem ser feitas a qualquer texto, estabelecem os autores oito dimensões, separadas em três grupos. Assim, além da mensagem veiculada, outros dados a respeito do enunciado podem ser levantados, a saber:

- que tipo de pessoa é o emissor - individualidade
- qual sua procedência - dialeto regional
- a que grupo social pertence - dialeto de classe
- que idade tem ou em que época o emitiu - tempo

- está falando ou escrevendo - meio do discurso
- está falando ou escrevendo, como um fim em si mesmo, ou como meio para atingir outro fim - meio simples de discurso versus meio complexo de discurso
- há apenas um participante ou mais de um - participação no discurso
- o monólogo e diálogo estão independentes ou devem ser considerados como parte de um tipo mais amplo de discurso - participação simples do discurso versus participação complexa do discurso
- o tipo de atividade ocupacional do emissor - província
- o relacionamento social entre o emissor e o(s) receptor(es) - posição
- qual sua finalidade ao emitir a mensagem - modalidade
- não especifica nenhum desses pontos - núcleo comum.

Num primeiro grupo, teremos: a individualidade, o dialeto, o tempo; num segundo grupo: o discurso; e num terceiro grupo: a província, a posição, a modalidade e a singularidade.

Especificamente, a individualidade nos permite distinguir um usuário da língua, através de marcas idiossincráticas que normalmente não mudam em longos períodos de sua vida adulta. Por dialeto, entendem-se aqueles aspectos usados por um usuário que detectam o seu lugar geográfico de origem (dialeto regional, ou segundo Preti, 1977, p.23, falares regionais) ou seu lugar social (dialeto de classe ou, segundo Preti, dialetos sociais). A informação transmitida pelo tempo para o estudo histórico de uma língua, tomada como um todo e também para o desenvolvimento de hábitos linguísticos de uma pessoa, é o que Crystal e Davy chamam de ontogenia

lingüística e que também constituem um aspecto razoavelmente estável na sua produção lingüística.

O discurso envolve dois tipos de variedades na língua, um relacionado com o meio, diferenciando o discurso falado do escrito, e outro relacionado com a participação, que abrange o monólogo e o diálogo.

A participação no discurso pode se dar em forma de monólogo ou diálogo. Assim como o meio do discurso, a participação pode ser usada como um fim em si mesma (simples) ou para outro fim (complexo). Por exemplo: um discurso falado destinado a ser ouvido é um meio simples mas quando é destinado a ser escrito, como no caso do ditado, é um meio complexo. Da mesma forma, uma pessoa, ao contar uma anedota, pode produzir um tipo de diálogo, ao variar de timbre de voz ou imitar pronúncias diferentes para indicar uma troca de falante e, então, a participação é chamada de complexa.

Na dimensão descrita como província, os aspectos extra-lingüísticos vão apontar a atividade ocupacional do emissor. Não deve ser confundida com assunto do enunciado, e seus aspectos não nos informam sobre os participantes, sobre sua posição social ou seu relacionamento, mas se referem ao tipo de atividade em que eles estão envolvidos. A posição ocupacional do usuário é um fator delimitante do seu campo lingüístico.

A posição é a dimensão que descreve as sistemáticas variações lingüísticas que correspondem às variações sociais dos participantes, quando do ato da comunicação. Lembram-nos Crystal e

Davy (1969, p.74) que o campo semântico subjacente à posição é complexo, envolvendo uma série de fatores relacionados com os contextos entre as pessoas e posição diferentes na sociedade, fatores associados com a polidez, formalidade, informalidade, relações comerciais e muitos outros.

A modalidade não tem sido objeto sistemático de estudo de discussões estilísticas e pode ser descrita como a dimensão que envolve aspectos lingüísticos relacionados com a finalidade específica que levou o usuário a escolher determinados aspectos de preferência a outros. Por exemplo, há diferenças lingüísticas de modalidade, quando, na província da conversação em sua forma escrita, a qual pode ser denominada de correspondência, o usuário decidir escrever uma carta ou bilhete. Qualquer que fosse a modalidade, essa implicaria em diferenças lingüísticas e extra-lingüísticas.

Finalmente, aparecem certos aspectos que não podem ser relacionados quer ao uso sistemático de uma comunidade quer a um grupo mas às preferências de um único usuário. A isso Crystal e Davy chamam de singulariedade. Distingue-se da individualidade, por representar alguns traços idiossincráticos curtos e temporários, normalmente utilizados deliberadamente numa determinada situação a fim de criar algum contraste lingüístico; por exemplo, a introdução de uma nova combinação de palavras, ou uso de certas palavras em contextos inesperados.

Estudar o estilo de um autor não significa estudar tudo na sua linguagem, mas apenas tentar isolar e discutir aqueles as -

pectos lingüísticos que o identificam, e, para o estudo da literatura, é necessário que se saiba distinguir o que é realmente importante como característica própria do autor e aquilo que não é idiossincrático e é aspecto comum no uso da linguagem considerada como um todo.

As dimensões catalogadas por Crystal e Davy não cobrem naturalmente todo o campo complexo da linguagem, mas servem como ponto de partida para muitas considerações sobre o ato da comunicação e como instrumento eficaz para uma abordagem mais objetiva de um material-texto. Inicialmente, haverá sempre o problema em se distinguir as dimensões propostas mas, à medida que nos familiarizarmos com o procedimento, o trabalho se torna mais simples, embora haja sempre dificuldade, pois um material-texto é um todo e toda e qualquer análise envolve o risco da fragmentação.

Vamos, então, delimitar nosso campo de trabalho, para, finalmente, chegarmos a análise prática das variedades que escolhemos para discussão. Assim, concentrar-nos-emos no discurso escrito pelas razões já apresentadas, isto é, por ser o material lingüístico permanente entregue ao público que não tem acesso ao material original. Os códigos lingüísticos envolvidos serão o inglês e o português por dois motivos: devido à grande procura de material escrito em inglês, por razões bem conhecidas como o grande desenvolvimento tecnológico dos povos que falam essa língua, grande número de publicações em inglês em todas as áreas do saber, quer na forma original, quer em traduções, e também por termos, pessoalmente, maior experiência nesses dois campos lingüísticos.

A ordem de nossa análise obedeceu a um plano de dificuldade

peçoal, partindo das duas variedades que se nos apresentam mais problemáticas, devido à nossa pouca familiaridade com o texto nessa variedade de linguagem, a saber, as linguagens legal e religiosa, seguindo a variedade com a qual tínhamos mais contato: a científica.

Os textos escolhidos foram trabalhados de muitas formas, quer em traduções anteriores, as quais apresentaremos e discutiremos, quer em exercícios com grupos de alunos, envolvidos no aprendizado das técnicas de tradução, quer como resultado de estudos nossos. Sua escolha foi feita, então, entre muitos outros, por os considerarmos de grande interesse e também porque foram textos que realmente apresentaram muitos problemas e discussões.

## Capítulo IV

### Análise Prática

#### 4.1. A Linguagem Legal

A linguagem legal escrita envolve uma gama imensa de fins diversificados que vai desde o contrato predial até a elaboração de estatutos que devem presidir à organização de uma companhia comercial ou industrial ou, até mesmo, de uma companhia de prestação de serviços. Sempre que necessário, quer para garantir os direitos propostos em tais documentos, quer para uma modificação ou ampliação de itens neles inseridos, vai-se ao documento para o estudo de sua linguagem. Por esse motivo, a composição de um documento legal pressupõe um cuidado rigoroso para evitar interpretações erradas a partir do que está escrito. Se acontecer que a linguagem contida no documento possa ter outras significações que não aquelas desejadas por seu emissor, então este falhou em sua tarefa. Como a linguagem é um campo propício à ambigüidade e como a formulação de enunciados como uma única significação é algo muito difícil de se concretizar, o emissor da linguagem legal enfrenta sérios embaraços e sua tarefa requer muita experiência. Para conseguir um modo de expressão que equacione um conjunto de significados partilhados por todos os envolvidos, a linguagem legal vem desenvolvendo certas características que prontamente a identificam dentre as demais.

Como consequência, a linguagem legal se tornou a forma menos comunicativa de linguagem. Ela desenvolveu, ao longo de sua

história, uma série de fórmulas lingüísticas que servem como referencial, levando seus usuários a utilizarem com segurança um tipo de linguagem aprovada após um longo tempo de uso e a evitarem tentar algo novo e pessoal que possa criar problemas de interpretação. Um simples requerimento ou uma petição ao grande júri seguem certos padrões lingüísticos pré-fixados que vão garantir ao emissor a compreensão de sua "intenção".

Além do fator objetividade que deve marcar os documentos legais, há ainda o fator de complexidade formal que faz com que um discurso legal se distinga dos outros. Todos os seus pormenores devem ser estudados em silêncio e, à primeira vista, para os não iniciados é um discurso cuja leitura apresenta inúmeras dificuldades, quer pelas diferentes relações gramaticais usadas, quer pela pontuação ou carência de pontuação, quer pelo vocabulário.

Em decorrência dessas peculiaridades, o discurso legal tem-se mantido quase inalterável assim como o discurso religioso, resistindo sempre às inovações ou incorporando-as lentamente. O fator histórico é muito importante nessas duas variedades da linguagem e deve ser levado em consideração.

Seguindo a metodologia proposta nos capítulos anteriores, estudaremos alguns exemplos de discurso legal em inglês e seu correspondente em português.

O primeiro exemplo é tirado do livro Investigating English Style, utilizando-se a abordagem feita pelos autores para a análise do estilo em inglês, buscando em seguida, uma correspondência em português.

Modelo 1

"WHEREAS a proposal to effect with the Society an assurance on the Life Insured named in the Schedule hereto has been duly made and signed as a basis of such assurance and a declaration has been made agreeing that this policy shall be subject to the Society's Registered Rules (which shall be deemed to form part of this policy) to the Table of Insurance printed hereon and to the terms and conditions of the said Table and that the date of entrance stated hereon shall be deemed to be the date of this contract AND such proposal has been accepted by the Society on the conditions as set forth in the proposal NOW this policy issued by the Society on payment of the first premium stated in the Schedule hereto subject to the Registered Rules of the Society. // // // // // // //

WITNESSETH that if the Life Insured shall pay or cause to be paid to the Society or the duly authorised Agent or Collector thereof every subsequent premium at the due date thereof the funds of the Society shall on the expiration of the term of years specified in the Schedule hereto or on previous death of the Life Insured become and be liable to pay to him/her or to his/her personal representative or next-of-kin or assigns as the case may be the sum due and payable here under in accordance with the Table of Insurance printed hereon and terms and conditions of the said Table (including any sum, which may have occurred by way of reversionary bonus) subject to any authorised endorsement appearing hereon and to the production of this policy premium receipts and such other evidence of title as may be required." (pp.195/196)



de uma cláusula que pode aparecer em um contrato de assistência técnica. É um discurso em linguagem mais moderna e que, no entanto, contém aspectos relevantes que o identificam como discurso legal.

50 Se qualquer uma das partes contratantes incorrer em violação, ou permitir que se incorra em violação de qualquer uma das disposições deste Contrato e não corrigir tal violação dentro de ... dias do recebimento de uma notificação por escrito que lhe seja enviada pela parte prejudicada, ou se qualquer uma das partes  
55 entrar em processo de falência, de concordata ou de liquidação (a não ser que isto se verifique para fins de fusão ou reconstituição, se aprovadas pela outra parte contratante) terá, em tal caso, o direito de, mediante notificação escrita, rescindir imediatamente este Contrato, ocasião em que todos os direitos das partes sob o  
60 presente, cessarão imediatamente sem prejuízo do direito da Cedente de receber o Emolumento ou Emolumentos então devidos e sem prejuízo do recurso de qualquer uma das partes contra a outra relativamente a qualquer violação anterior de qualquer um dos termos constantes do presente instrumento. // // // // // // // // // //

Tradução 2

65 If either party hereto shall commit or allow to be committed a breach of any of the provisions of this Agreement and shall not rectify such breach within ... days of the receipt of a written notice served on it by the party offended or if either party shall go into bankruptcy, concordata or liquidation (except for the  
70 purpose of an amalgamation or reconstruction if approved for the

purpose of this Agreement by the other party), then the other party shall have the right in any such case by notice in writing forthwith to terminate this Agreement and thereupon all rights of the parties hereunder shall forthwith cease without prejudice  
75 right of Grantor to recover the Fee or Fees then due or to any remedy of either party against the other in respect of any previous breach of any of the agreements herein contained. // // // // // //

x x x x x x x

Comecemos por algumas considerações gerais e depois nos deteremos naqueles pontos relevantes que marcam estilisticamente a linguagem legal, e, baseando-nos nos dois modelos propostos, traçaremos os passos que nortearam as suas respectivas traduções.

Num estudo dos antigos documentos legais, vamos constatar um primeiro aspecto interessante. É o modo como um discurso legal se apresenta graficamente. Assim, o emissor tem poucas liberdades quanto à apresentação gráfica do discurso, que aparece na forma de um bloco compacto sem espaços, com linhas extensas cobrindo toda a superfície física do material onde será redigido. As razões são evidentes, mas lembraremos algumas delas que determinaram tal forma de linguagem. Além da economia do material, havia também, provavelmente, a preocupação de possíveis fraudes. Assim, evitavam-se espaços que pudessem permitir a inserção de elementos estranhos ao texto original e que pudessem levar a interpretações outras que não a prevista pelo escritor. Tal característica, acrescentada ao fato de que a linguagem usada tem outras peculiaridades, que focalizaremos mais adiante, torna a leitura de tais documentos uma tarefa extremamente difícil.

Com a introdução da imprensa, a tradição, tão profundamente enraizada de se ocupar todo o espaço físico do material utilizado para a redação do documento legal, continuou, agora, porém, não mais por motivos econômicos. A linguagem legal, como a religiosa, no entanto, já apresentava tendências para se valer de certos recursos grafêmicos para indicar progressão de estrutura, de conteúdo e também encadeamento lógico. Nos documentos mais antigos o uso de letras maiúsculas é um índice de tais tendências, como vemos no Modelo 1 (WHEREAS, NOW, WITNESSETH). Essas letras maiúsculas foram mantidas na tradução para indicar uma nova sentença. O texto em inglês não apresenta vírgulas ou pontos finais e, embora mantivéssemos o texto em português sem pontos finais, tivemos que recorrer a vírgulas para maior clareza.

Como a primeira preocupação do emissor da mensagem legal é a elaboração de um texto a ser examinado através de uma leitura silenciosa, esta vai buscar outros recursos grafêmicos que melhor evidenciem, por meios visuais, certos itens mais importantes. É o caso, por exemplo, do uso de letras góticas em certos documentos, como nos diplomas ou, como no caso do Modelo 1 (linha 13, em que a sentença mais importante do documento se inicia com o verbo em letras maiúsculas e em ortografia arcaica. Não pudemos manter esse recurso grafêmico na tradução, quando tivemos que optar em preservar a coerência visual com as sentenças precedentes.

Na linha 8, AND aparece em letras maiúsculas para enfatizar o conteúdo da oração aditiva, o que foi mantido na tradução.

Há toda uma preparação através de orações subordinadas, os

"considerandos" e/ou "ses" que nos leva ao núcleo semântico do documento.

No Modelo 1, em inglês, por exemplo, o verbo que introduz tal recurso é o verbo "witnesseth".

No Modelo 2, uma série de orações subordinadas condicionais prepara a afirmação do apoio legal para a rescisão do contrato.

O uso das letras maiúsculas, além de separar unidades no discurso legal, serve também para realçar certos itens lexicais. Esse recurso é mantido nos dois códigos lingüísticos para os dois modelos aqui estudados, como, por exemplo, no Modelo 1:

Society ( 1 ) - Sociedade ( 26)

Schedule ( 2 ) - Documento ( 27)

Table of Insurance ( 6 ) - Tabela de Seguro ( 31)

O Modelo 2, embora se apresente com mais sinais de pontuação, também se vale das letras maiúsculas para valorizar alguns itens lexicais, o que foi mantido na tradução, como, por exemplo:

Contrato ( 52 ) - Agreement ( 66)

Cedente ( 60/61 ) - Grantor ( 75)

Emolumento ( 61 ) - Fee ( 75)

Enquanto o Modelo 1 se apresenta sem nenhum sinal de pontuação, com exceção do uso dos parênteses ( 5 ), mantidos na tradução ( 30/31 ), o Modelo 2 já apresenta, além do uso dos parênteses ( 50/57 ), mantidos na tradução ( 69/71 ), vírgulas e ponto final.

Esse fato talvez não possa ser explicado pelo mesmo motivo

que os antigos documentos apresentavam para o uso grafêmico da redação sem espaços, isto é, tentar evitar possíveis fraudes. A explicação talvez consista no fato de que a maioria dos documentos legais são elaborados com o objetivo principal de serem lidos em silêncio e suas palavras devam, então, ser apreciadas por seu próprio valor. Como a pontuação parece ter sido, originariamente, usada como recurso prosódico para marcar objetivamente as pausas na leitura em voz alta de um texto, e, como já foi enfatizado, a finalidade precípua de um texto legal é sua leitura silenciosa, parece-nos que o uso dos sinais de pontuação na linguagem legal seja, em verdade, desnecessário.

Comparando um discurso legal com outros, essa característica, o uso limitado de sinais de pontuação, parece ser um dos recursos grafêmicos presente nos dois códigos lingüísticos aqui considerados, que favorece a sua identificação.

Passemos agora a estudar o uso da gramática na linguagem legal. O primeiro elemento que se torna evidente e que é explicitado nos dois modelos apresentados é que as sentenças dos documentos legais tendem a ser inusitadamente longas, formadas por porções de linguagem que se constituem em orações subordinadas, que, em outras variedades, apareceriam como sentenças separadas. O que acontece é que as sentenças em um documento legal devem ser consideradas como unidades com significado próprio sem depender do que vem antes ou depois. Tal fato fica mais evidente no idioma inglês, cuja tendência é a criação, principalmente na conversação, de sentenças curtas e que necessitam de recursos que as prendam ao antes e ao depois para criar continuidade de pensamento e possibilidade de comunicação.

Às vezes, a continuidade no discurso legal é mantida pela repetição de certos itens lexicais, que, em português, por exemplo, não deve ocorrer em outras variedades, mas que, como no inglês, aparece com a mesma finalidade nos documentos legais.

Voltando ao Modelo 1, vemos, por exemplo, que, na primeira sessão, as palavras seguro e sociedade aparecem três vezes, assim como a palavra Society, na tradução. Enquanto que outras variedades se valem do uso da anáfora para evitar as repetições que podem desgastar a comunicação, a linguagem legal procura não se utilizar dela para não produzir possíveis ambigüidades ou confusões, cujas conseqüências não são tão graves em outro tipo de discurso, mas intoleráveis num documento legal. Assim, em inglês, evita-se até mesmo o uso do verbo do, que tanto ajuda em outras variedades.

No Modelo 1, há a ocorrência do uso do pronome, de forma não comum em outras variedades, him/her, his/her ( 18 ) com seus correspondentes portugueses a ele/ela, a seu/sua ( 43 ) porque se torna bem claro que o objetivo do documento legal é não privilegiar o sexo do destinatário e sim o conteúdo da mensagem.

As sentenças que compõem o discurso legal são sempre completas. Nele não ocorrem sentenças incompletas que caracterizam a conversação, nem sentenças menores, usadas em outras variedades escritas, como, por exemplo, as utilizadas para expressar uma forma de comentário. Além disso, elas são sempre afirmativas, não envolvendo perguntas e, ocasionalmente, expressando ordens. Sua estrutura lógica obedece, aproximadamente ao esquema: " considerando

que X ..., então Y ... será Z" ou "se X ..., então Y ... será Z", onde certas condições devem ser atendidas antes que qualquer coisa possa acontecer.

Assim, voltando aos modelos propostos, observamos que as sentenças tendem a ser complexas e as orações adverbiais contribuem muito para a identificação das sentenças.

#### MODELO 1

- Whereas a proposal ... has been duly made...  
Considerando-se uma proposta... foi perfeitamente terminada...
- and a declaration has been made ...  
e feita uma declaração ...
- AND such proposal has been accepted ...  
E que esta proposta tenha sido aceita ...
- this policy ...  
esta apólice
- WITNESSETH  
Reconhece
- that ... the funds of the Society... shall ... become  
and be liable to pay ... the sum due ...  
que ... o patrimônio da Sociedade ... ficará obrigado a pagar ... a importância devida ...

Embora não seja regra geral, notamos que as orações adverbiais tendem a se agrupar no início das sentenças, contribuindo para sua extensão e complexidade.

## MODELO 2

- Se qualquer das ... incorrer ... em violação ...  
If either party ... shall commit ... a breach ...
- Se qualquer das ... entrar ...  
If either party ... shall go into ...
- Terá, em tal caso, o direito de ... rescindir ...  
Then the other party shall have the right ... to terminate ...
- Ocasião em que ... todos os direitos cessarão  
thereupon ... all the rights ... shall ... cease

O uso das orações adverbiais se torna um meio de aclarar o significado e evitar a possibilidade de ambigüidade. Sua mobilidade não está condicionada a efeitos de elegância ou embelezamento da linguagem. Sua colocação no início das sentenças não ocorre com a mesma freqüência em outras variedades.

Outro aspecto que merece nossa atenção é o uso de elementos que aparecem coordenados: no Modelo 2, por exemplo, "incorrer em violação ou permitir que ... (50/51)"; ou, no Modelo 1, "on the expiration ... or on the previous death ..." (16/17), coordenação essa que é uma das formas de se garantir a continuidade do discurso.

Ainda temos de notar a tendência de se usar modificadores após os grupos nominais: "Table of Insurance printed hereon ..." (6) - pela Tabela de Seguro neste impressa ... (31), que, em português não surge muito estranha, mas é bem peculiar, em inglês, que prefere o uso de pré-modificadores. Esses modificadores, como fica bem claro nos exemplos citados, são de uma ordem diferente da de outras variedades, não ocorrendo em linguagem legal certos

adjetivos que exprimem sentimentos avaliativos, pessoais, como, por exemplo: feliz, agradável, inteligente.

Os grupos verbais também se apresentam de forma bem característica, com um grande número de infinitos, gerúndios e participios. Em inglês, ocorrem construções do tipo:

modal auxiliary (principalmente shall) + be + past participle : "Shall be deemed" ( 5 )

Em português, o correspondente do futuro ocorre com o uso de uma forma mesoclítica do pronome: "reger-se-á" ( 29 ), o que, em outras variedades, poderia parecer artificial e até mesmo pedante, como no caso de sua ocorrência numa conversação informal.

Como quase tudo pode se tornar objeto de um discurso legal, a gama de seu vocabulário é extensa. Os envolvidos com a linguagem legal têm, no entanto, desenvolvido uma certa preferência léxica que claramente os identifica, quando em sua tarefa profissional, levando o não iniciado nesse código específico a solicitar de um advogado, por exemplo, qual o item lexical apropriado para iniciar uma procuração ou dizer que está ciente do conteúdo de uma solicitação. Dois advogados, utilizando seu "jargão" próprio, serão tão incompreensíveis ao leigo quanto dois médicos, discutindo semiologia médica.

Além de alguns termos marcadamente arcaicos, há ainda a ocorrência de certos itens que raramente aparecem em outro contexto, a não ser evidentemente para se criar uma atmosfera jocosa. Senão vejamos :

EM INGLÊS

Whereas

EM PORTUGUÊS

considerando que

schedule	documento
hereto	anexo
hereon	aqui, neste/nesta
hereunder	abaixo
hereinto	anexo
herein	aqui, neste/nesta
hereinbefore	acima
thereof	estabelecido/fixado
whereof	onde/abaixo
breach	violação
agreement	contrato
fee, etc...	emolumento, etc...

Todos esses elementos se tornam necessários como referências precisas. Além disso, o vocabulário com certos resíduos arcaicos ganha uma envergadura mais formal. Ainda o que identifica essa variedade de linguagem, em inglês, é o uso de certas combinações inusitadas e que não aparecem em outros discursos, o que não ocorre, porém, em português, assim: "term of years" (16); "right of grantor" (75), que, em outro contexto apareceriam como "years' term" e "Grantor's right". Em português, porém, não há mudança na sequência dos itens: "decurso do prazo" (41) e "direito da cedente" (60/61).

Um caso interessante que ocorre no inglês legal é o comentado por Crystal e Davy (1969, p.208) e que também aparece nos correspondentes da língua portuguesa: é o caso de certas combinações de itens lexicais que têm uma aproximação de significado, ou sinonímia, a saber: "made and signed" (2/3)- "terminada e assinada" (28/29) para o que a explicação dada é de origem histórica.

Durante a época da conquista, o francês se tornou, em solo inglês, a língua da classe dominante, sendo o inglês relegado ao falar da classe dominada e, quando os escrivães tinham que redigir os documentos, para realmente garantir os direitos solicitados ou por não terem certeza de que as palavras eram realmente sinônimas, usavam dois termos, um inglês complementado pelo seu equivalente em francês.

Além disso, uma grande porção do vocabulário legal inglês é de origem francesa, pelo mesmo motivo acima apontado, e uma outra grande porção, de origem latina.

O uso específico de um vocabulário tem grande valor estilístico - porque prontamente identifica a província e faz com que haja uma delimitação do seu significado o que, no caso, do discurso legal, é de primordial importância.

Como ficou posto, os envolvidos com o discurso legal se preocupam com a escolha de vocabulário e seguem certas fórmulas pré-estabelecidas, movidos pela função prescritiva ou imperativa da linguagem, pois não podem permitir que um receptor mal intencionado interprete a mensagem de modo diferente do que o previsto por seu emissor.

Devido à grande importância que tem o conteúdo da mensagem legal e como todos os cuidados são tomados para que ela não carregue possibilidades de interpretações erradas ou itens que possam levar à ambigüidade, o aspecto semântico dessa variedade é um dos mais importantes para o estudo estilístico. Assim, através de uma cuidadosa combinação de elementos grafêmicos, gramaticais e uma escolha de vocabulário, vai o emissor codificar aquele signi -

ficado que tem de produzir e evitar, então, todas as possíveis interferências.

Uma das características mais marcantes nesse campo é que toda a linguagem legal está inserida numa moldura semântica pré-fixada e que os advogados relutam em modificar, partindo da simples constatação de que o que provou ser útil e eficaz não deve ser alterado, conscientes do fato de que qualquer alteração na forma leva a uma alteração do conteúdo.

4002/BC  
Apesar de tal conservadorismo, a linguagem legal, como a linguagem religiosa, está-se modificando vagarosamente, mas ainda essas duas variedades são as que mais se têm preservado, formando um profundo contraste com as demais que estão sempre se modificando para se adaptar às novas exigências técnicas e culturais. Algumas simplificações nos textos legais são autorizadas por estatutos.

Assim, a fim de conseguir precisão e evitar toda e qualquer ambigüidade, a linguagem legal desenvolveu uma estrutura semântica que orienta a sua codificação.

Estamos conscientes de que a análise aqui proposta não esgota todas as implicações que envolvem a codificação de um texto legal, mas esperamos que ela tenha coberto aqueles pontos relevantes que a identificam e que o tenhamos feito às luzes da metalíngua adotada. A partir de tais constatações, pode-se fazer uma expansão da análise e descobrir outras características relevantes.

#### 4.2. Um Exemplo de Linguagem Religiosa: O Credo

A linguagem religiosa, como a legal, tem características

marcantes que a distinguem das demais variedades. Também serve a fins diversificados, desde a oração comunitária até à elaboração de sermões. Tem também, como a linguagem legal, sofrido, ao longo da história certas modificações, numa tentativa de aproximação à linguagem contemporânea, igualmente com certa resistência por parte de seus usuários. Um exemplo dessa tendência é o aparecimento de novas traduções do Novo Testamento.

Nida (1964, p.26) nos lembra que os conflitos que surgem na tradução do texto bíblico podem ser vistos de muitos modos, dependendo das diversas opiniões que surgem das dicotomias:

- a) inspiração vs. filosofia;
- b) tradição vs. autoridade contemporânea;
- c) teologia vs. gramática.

Como se sabe, há uma longa tradição atrás da tradução bíblica. Santo Agostinho advogava a tese de que os tradutores dos textos bíblicos recebiam inspiração divina e se o texto grego da Septuaginta nem sempre corresponde ao texto hebraico é porque a autoridade divina quis dizer algo diferente, através de seus tradutores, daquilo que havia dito a seus profetas. Por outro lado, São Jerônimo e, mais tarde, Erasmus advogaram a tese de uma abordagem filológica apontando desvios por parte dos tradutores da Septuaginta, mudando, de certa forma, a noção de inspiração divina, não mais centrada no emissor, mas no receptor da mensagem. Como resultado, as traduções baseadas na primeira tese tendem a ser mais literais como tentativa de preservar a inspiração do escritor do texto, enquanto que os que advogavam a segunda posição se inclinam para uma tradução mais livre, pois, se o documento original inspi-

rava seus leitores porque lhes falava de forma significativa, somente uma tradução igualmente significativa teria o mesmo poder de inspirar os receptores de hoje.

Os problemas concernentes à tradição vs. autoridade contemporânea afetarão as traduções mais quanto à questão da exegese e texto do que quanto ao estilo. São Jerônimo uma vez mais se colocou do lado certo ao se opor à tradição arraigada. Fato interessante é que sua tese foi, ao longo dos séculos, aceita até pelos mais tradicionalistas e a Vulgata tornou-se o padrão exegético da Igreja Católica Romana.

A luta entre os padrões tradicionais e o conhecimento contemporâneo ocupou papel importante por ocasião da Reforma, quando Erasmus assumiu a luta contra a Vulgata em favor do texto grego do Novo Testamento.

O problema da teologia vs. gramática é mais sutil, e Lutero, por exemplo, considerava a gramática como a base para a exegese, deixando bem claro que um cuidadoso estudo das línguas originais era mais importante que qualquer comentário feito pelos sacerdotes. Ao traduzir, porém, Lutero se preocupava com dois pontos: a) fazer com que as pessoas entendessem perfeitamente a linguagem e b) fazer com que as implicações teológicas da Bíblia ficassem bem claras. (ver Nida, 1964, p. 29)

A tendência atual é de se tentar preservar o texto bíblico e não reforçar significados, mas, como a linguagem religiosa faz parte do contexto geral da língua e da cultura, é impossível tratar, mesmo a linguagem religiosa, de forma inteiramente objetiva. No entanto, tal atitude de se preferir fazer um estudo concreto do

texto das Escrituras a procurar interpretar suas implicações filológicas, muito tem contribuído não só para os estudiosos da Bíblia como também para o trabalho da tradução.

O estilo da linguagem religiosa tem uma função cultural, além do fim específico de transmitir os conceitos religiosos. Seu impacto lingüístico vai, muitas vezes, além do contexto onde normalmente ocorre, e muitas expressões religiosas são usadas na linguagem cotidiana com a mesma carga semântica, como, por exemplo, "filho pródigo" ou "suor do rosto". Embora essas constatações sejam interessantes, é no seu contexto que vamos analisar a linguagem religiosa, lembrando que a resistência de seus usuários a muitas inovações deve-se ao medo de se retirar dela o seu aspecto sacro. Há, nessa variedade de linguagem, uma grande preocupação com a possibilidade de ela ser produzida em grupos, com a necessidade de ritmo e pausas bem marcadas e também com a facilidade de pronúncia e compreensão do que está sendo veiculado.

O que ocorre muito comumente, quando lidamos com textos bíblicos, por exemplo, é que já estamos em contato com traduções quer do hebraico quer do grego e se o tradutor tiver que verter um texto já traduzido estará se distanciando cada vez mais do texto original e fazendo um tipo de abordagem que apresenta características que escapam à finalidade do trabalho aqui proposto. Por esse motivo, vamos restringir o estudo da linguagem religiosa ao exame de seu estilo. Se houver a necessidade de tradução de um texto religioso de uma língua para outra, de um sermão, por exemplo, o que vamos colocar servirá de apoio.

Como vimos, há, atualmente, uma certa tendência de se produzirem versões mais adequadas para o texto original, procurando tra-

zê-lo mais para perto do leitor contemporâneo. A própria Igreja Católica tem reformulado a linguagem de seus rituais para melhor envolver os participantes, evitando que a incompreensão da linguagem possa se tornar um fator para seu distanciamento.

Tomemos o Credo, oração recitada como parte integrante do ritual da missa, em inglês e português, para o levantamento dos aspectos relevantes que identificam o estilo da linguagem religiosa e que são muito parecidos nas duas línguas.

O roteiro seguido é o mesmo proposto por Crystal e Davy (1969, capítulo 6) e a oração do Credo também é retirada entre seus exemplos (1969, p.155)

CREDO (from the Rite of Low Mass, edition by Burns & Oates)

The celebrant begins:

'I be'lieve in 'one 'God ... (and the people continue with him):

the 'Father al'mighty, I'maker of 'heaven and 'earth,|

and of 'all 'things 'visible and 'invisible; |

And in 'one'Lord 'Jesus 'Christ,| the 'only-be'gotten

5 'Son of'God. | 'Born of the 'Father be'fore 'all'ages. |

'God from'God, | 'Light from'Light, | 'true'God from'true

'God. | Be'gotten not'made, | 'consub'stantial with the

'Father: | through 'whom all'things were'made. |

Who for 'us'men | and for 'our sal'vation | came'down from

10 'heaven. | (Here all kneel)

And'was in'carnate by the 'Holy'Ghost of the 'Virgin'

Mary: | 'AND 'WAS 'MADE 'MAN. |

CREDO (de "O DOMINGO", nº 54, Missa do Domingo de Cristo Rei)  
(Profissão de fé e coros)

S. Creio em um só Deus (sacerdote)

Pai todo poderoso,

15 1. Criador do céu e da terra,  
de todas as coisas visíveis e invisíveis.

2. Creio em um só Senhor,  
Jesus Cristo, Filho Unigênito  
de Deus, nascido do Pai

20 antes de todos os séculos:

1. Deus de Deus, Luz da Luz,  
Deus verdadeiro de Deus  
verdadeiro;

2. gerado, não criado,  
25 consubstancial ao Pai.  
Por ele todas as coisas foram feitas.  
E por nós, homens, e para  
nossa salvação, desceu  
dos céus:

30 1. e se encarnou pelo Espírito  
Santo, no seio da Virgem  
Maria e se fez homem.

T. AMÉM (todos)

O Credo é um exemplo de texto de meio complexo, que tem a finalidade de ser lido como parte do ritual da missa, daí o fato de, em inglês, as paradas que marcam o ritmo serem assinaladas, enquanto que, em português, os recusos grafêmicos são outros, pois as sentenças estão apresentadas de forma a facilitar a leitura coral.

Os principais recursos grafêmicos utilizados na linguagem religiosa são: o uso das letras maiúsculas, Light ( 6 ), Holy/Ghost Virgin (11 ), Filho Unigênito (18 ), Luz ( 21), tipo inusitado de paragrafação e espaçamento e uma combinação de sinais de pontuação

que não aparecem em outras variedades de linguagem. Tais demarcações auxiliam o leitor a seguir o ritual, já que cada unidade gráfica possui significado e, no caso de uma pequena distração individual, o leitor pode retomar a leitura coletiva na próxima unidade.

A preocupação fonética é tão marcante que ela precede a gramática. Normalmente, o ponto final é usado para indicar o fim gramatical de uma sentença; na linguagem religiosa, porém, é usado para indicar uma pausa maior (3/5). Outros recursos grafêmicos são usados, para criar ritmo com significado, no texto inglês, o uso de barras divisórias; em português, a mudança de linha.

Também o uso dos dois pontos é diferente do que se espera, isto é, uma enumeração ou esclarecimento. Aqui, os dois pontos também servem como pausa na leitura coletiva (30). Além disso, as instruções aparecem tipograficamente diferentes, ou em itálico ou em vermelho. Às vezes, a ênfase doutrinal é marcada por letras em negrito ou por letras maiúsculas (12). Todo o texto em português está originalmente em negrito, com exceção da fala inicial do sacerdote.

Os principais aspectos que marcam este tipo de linguagem religiosa estão no seu vocabulário e no uso que faz da gramática. Focalizemos, primeiramente, a gramática. O credo é uma profissão de fé e, portanto, se apresenta, nos dois idiomas, com um número de afirmações gramaticais. Se não considerarmos os pontos finais como sinais de fechamento, podemos considerar os dois trechos como contendo uma estrutura única.

A ordem das palavras se apresenta também de forma peculiar, sendo mais notável no inglês, onde a ordem dos elementos na oração ou na sentença obedece a padrões mais rígidos que em português. Vemos, por exemplo, modificadores após os substantivos, comum em português, o que não é usado em inglês em outras variedades, somente em linguagem legal. Assim: "Father almighty", "all things visible and invisible". Há de se notar também a ênfase em determinados itens, provocando a alteração na ordem das palavras: "Por ele todas as coisas foram feitas" ( 26 ), e, em inglês, com os relativos na forma que normalmente não ocorreria, principalmente na conversação: "through whom" ( 8 ). Além disso há ocorrência de frases preposicionais em posição pós-modificadora com o uso do genitivo, em inglês, não indicando posse, mas significando "o meio pelo qual"; "incarnate by the Holy Ghost of the Virgin Mary" ( 11 ).

Para terminar, podemos ainda salientar que na linguagem religiosa o grupo nominal tende a apresentar uma estrutura longa e complexa.

Quanto ao vocabulário, já comentamos que tanto a linguagem religiosa como a legal apresentam itens lexicais arcaicos, itens que não possuem mais a relevância sincrônica como também não aparecem na língua comumente usada, tendo sido substituídos por outros. Como também já comentamos, há, atualmente, nos dois idiomas por nós enfocados, uma tendência de aproximar essas duas variedades, que se caracterizam por manter uma tradição lingüística, da linguagem contemporânea. Como a linguagem religiosa possui toda uma ideologia teológica atrás de sua estrutura e, como ela é partilhada pelos seus usuários, pode ainda conservar um vocabulário próprio pois ele é

aprendido por todos, sem grandes dificuldades. Há um centro semântico de onde emerge todo o significado religioso: "God" -"Deus". Assim, o texto religioso se apresenta com palavras que soariam estranhas em outro contexto mas que são aceitas e repetidas:"Filho Unigênito" ( 18 ), em linguagem mais comum - Filho Único; "No seio da Virgem" ( 31 ) que é inesperado em outro contexto que não o de implicações teológicas. "Seio" poderia corresponder à "ventre", mas a expressão "seio da Virgem", com as conotações partilhadas pelos usuários da linguagem religiosa só pode ser esperada num contexto religioso apoiado por uma ideologia.

Daí os itens lexicais assumem, num contexto religioso, uma dupla dimensão: de um lado, uma posição técnica, como parte da expressão teológica, de outro, uma posição pragmática geral pois são interpretados imediatamente por todos seus usuários. Um decodificador que não possuísse toda essa ideologia tecnológica não saberia decodificar um texto religioso, e o classificaria de absurdo para dizer o menos.

Não vamos nos estender em nossa análise, esperando que o que foi posto seja uma boa amostra das peculiaridades que marcam a linguagem religiosa em seus aspectos grafêmicos com suas implicações fonéticas/fonológicas, por se tratar de um discurso de meio complexo, em seu aspecto gramatical e o uso específico de uma gama de itens lexicais e colocar alguma coisa do seu aspecto semântico.

A linguagem religiosa compreende não só o relato de acontecimentos como profissões de fé, orações, cantos e exaltações, cada um com uma estrutura própria, mas apresentando alguns aspectos semânticos unificadores. O aposto, por exemplo, não funciona, como

em outras variedades de linguagem, como um identificador da pessoa, mas como uma forma de acumular relevantes associações de sentido relacionadas à pessoa. Esse aspecto, acrescido da repetição de títulos ou qualidades de Deus, mais um acúmulo de adjetivos, tem uma função prescrita ou imperativa, pois diz ao receptor o que ele deve fazer.

Assim, como na linguagem legal, seu uso é previsto por uma autoridade, e as modificações no seu interior devem ser sancionadas. Além disso, é a única variedade da linguagem que se apresenta à quase totalidade de seus usuários em forma de tradução. Há naturalmente, diferenças de modalidade em seu conjunto, mas seria aconselhável, nessa abordagem, não entrar nas diferenças de modalidades dentro da linguagem religiosa e tratá-la como um todo, deixando a análise do Credo como exemplo ilustrador.

#### 4.3. A Linguagem Científica

Comparada com as demais variedades, a linguagem científica é que tem sido mais estudada e também tem sido mais traduzida, em todas as suas diferentes modalidades. As razões para isso são bastante óbvias para serem comentadas, especialmente em nossos dias, quando há uma necessidade imediata de informação em todos os setores da ciência e da tecnologia. Seu uso é bastante amplo, desde o relatório de uma experiência até à definição de conceitos.

A primeira preocupação do cientista, ao codificar sua mensagem, é definir seu assunto da forma mais objetiva possível e estabelecer uma progressão lógica de idéias. Como nas duas variedades estudadas anteriormente, a linguagem científica prevê que o recep-

tor tenha acesso à sua ideologia. Assim o diálogo estabelecido entre emissor e receptor se processa de forma a evitar ruídos intransponíveis. Para que suas idéias sejam apresentadas de forma objetiva há necessidade de um conjunto de elementos visuais que também carregam significado. Assim se entende a colocação de gráficos, tabelas, figuras e outros recursos que ajudam a clarear as colocações feitas.

Partiremos de considerações gerais, para as quais o livro de John Swales (1974) Writing Scientific English muito nos ajudou e de onde tiramos os exemplos.

Depois, através de dois modelos, procuraremos estabelecer o papel da gramática e do vocabulário nessa variedade. Usaremos um texto tirado do livro de Crystal e Davy (1969, p. 252), para o qual forneceremos a tradução e outro texto da Revista D.A.E. que já traz a tradução e faremos uma análise a partir das orientações teóricas colocadas anteriormente.

Na linguagem científica, os verbos tendem a ficar na forma presente, já que a finalidade dos textos científicos é reportar a presente posição do conhecimento. Em inglês as idéias de tamanho, comprimento e volume são expressas pelo verbo be:

The river is 50 metres wide, com seu correspondente em português: - O rio tem 50 metros de largura.

Há, porém, em inglês, também a possibilidade de se usar o verbo have, porém, com alguns ajustamentos na estrutura da sentença, assim:

The pipers have a thickness of 20 centimetres.

- Os tubos têm uma espessura de 20 centímetros.

Assim, o tempo presente é usado para expressar:

- a) processos regulares ou repetidos;
- b) afirmações gerais;
- c) observações factuais;
- d) descrição de experiências.

Depois do tempo presente, as formas verbais mais usadas são, em inglês, aquelas que contêm os chamados "modais", que não apresentam dificuldade na tradução, por terem formas correspondentes. Porém, o problema é que, no inglês, há, às vezes, nuances de probabilidade contidas no próprio verbo e que, no português, só aparecem no contexto geral. Vamos dividi-las em grupos e procurar estabelecer seu significado:

Grupo 1 - can, may, might, could (possibilidade + probabilidade) = pode

Grupo 2 - Will (com o mesmo significado do presente simples).

Grupo 3 - Should, must, have to (aconselhamentos + instruções).

Por exemplo:

1. The glass bottle breaks when dropped (98-100% probabilidade)

can break (40-70% probabilidade)

may break (20-40% probabilidade)

might/could break (5-20% - pouca probabilidade)

cannot break (0-2% - quase não há probabilidade)

Em português existe somente a forma pode que corresponde aos três primeiros exemplos, o que não distingue nuances de significado. Quanto a could/might, não podemos traduzir por uma forma pretérita,

pois não é esse o significado. Aqui a diferença é de grau de probabilidade e não de tempo verbal e, no último exemplo, a tradução, na forma negativa, retira toda a probabilidade, o que não é o caso.

Assim, as possíveis traduções são:

A garrafa de vidro quebra ao cair  
pode quebrar  
"  
"  
"  
não pode quebrar

Como alternativas, podemos sugerir:

A garrafa de vidro quebra ao cair  
deve quebrar  
pode quebrar  
poderia quebrar  
não deve quebrar

1. If pure water is heated at 100°C at sea level | it boils  
| it will boil

Se a água pura for aquecida a 100°C ao | ferve  
nível do mar ela | ferverá

Observe-se, porém, o exemplo:

Sea-water does not corrode this new alloy  
will not

A água do mar não corrói esta nova liga  
não vai corroer

Aqui a mudança do verbo também implica numa outra mudança de sentido, não de probabilidade, mas de atitude: não corrói significa que a afirmação pode estar errada, após teste, aparecendo como hipótese, e não vai corroer significa que é uma fase da experiên-

cia e que essa afirmação deverá ser provada. Também aqui a tradução não apresenta problemas.

A tendência, na linguagem científica, é criar afirmações de verdade que sejam impessoais, daí, pelo menos um terço de todos os verbos se apresentarem na voz passiva quer no presente quer com auxílio de auxiliares (em inglês, os "modais"). As razões para o uso da passiva são bem claras:

a) a voz passiva é mais objetiva que a ativa, sendo que para uma afirmação científica, qualquer especificação do sujeito não acrescenta nada ao significado. A função da linguagem científica é designativa, sua ênfase é na mensagem veiculada e não expressiva.

Assim:

The litmus paper is placed in the liquid (passiva)

Coloca-se o papel litmo no líquido.

He places the litmus paper in the liquid (ativa)

Ele coloca o papel litmo no líquido.

Como vemos, embora as duas sentenças quer no inglês quer no português, tenham significados semelhantes, a sentença na passiva é mais clara e objetiva e a introdução do sujeito, na voz ativa, nada acrescenta ao conteúdo da mensagem e não traz ao receptor qualquer tipo de informação importante.

Comparemos mais exemplos:

I now weigh it - Agora eu o peso.

It is now weighed - Agora é pesado.

A sentença na voz ativa traz o enfoque para o sujeito, deixando implícito que a ação é resultado de um gesto de grande originalidade, revelador de um gênio científico, enquanto que a sentença na passiva indica uma possível etapa no processo de uma pesquisa. Como podemos verificar o uso da passiva não é apenas um caso de transformação, mas acarreta uma mudança ao nível semântico.

b) Um segundo motivo para o uso da passiva em textos de linguagem científica é decorrente de sua própria função designativa, já que deve transmitir a informação necessária de modo impessoal, concisa e objetiva, salientando os fatos mais importantes, e, portanto, deve fazê-lo da forma mais econômica possível.

Muitas formas passivas podem ser seguidas de frases proposicionadas, como, por exemplo:

The temperature is then reduced to 240°C.

A temperatura é então reduzida a 240°C.

Fresh water can be distilled from sea-water.

A água fresca pode ser destilada da água do mar.

A small mirror can be used as a reflector.

Um pequeno espelho pode ser usado como refletor.

que se apresentam da mesma forma em português.

O agente é precedido de by (por) e with (com) que introduz o instrumento ou ferramenta usada, assim:

The door was opened		by the teacher
		by the wind
		with the key

A porta foi aberta | pelo professor  
| pelo vento  
| com a chave

com a alternativa, em português,

Abriu-se a porta com a chave.

c) Um terceiro motivo para se usar a passiva é que o sujeito é uma parte muito importante da sentença. Assim comparemos dois exemplos (Swales; 1974: pp. 40/41).

1.- The experimenter fixes a long metal bar in a retort stand by one end. He heats the other end in a flame until it becomes red. He then moves the bar and the stand away from the heat. He finds that the temperature of the hot end of the bar falls rapidly.

- O experimentador fixa a longa barra de metal num suporte de retorta por uma extremidade. Ele aquece a outra extremidade numa chama até que fique vermelha. Ele, então, retira a barra e o suporte do calor. Ele constata que a temperatura da extremidade aquecida da barra cai rapidamente.

2.- A long metal bar is fixed in a retort stand by one end. The other end is heated in a flame until it becomes red. The bar and the stand are then moved away from the heat. The temperature of the hot end of the bar is found to fall rapidly.

- Fixa-se uma longa barra de metal por uma extremidade num

suporte de retorta. Aquece-se a outra extremidade numa chama até ficar vermelha. Descobre-se que a temperatura da extremidade aquecida da barra cai rapidamente.

Observamos que, nos primeiros exemplos, os sujeitos contêm muito pouca informação e se repetem de forma a nada acrescentar de útil ou interessante, enquanto que, no segundo exemplo, aos sujeitos se acrescenta mais informação. No português, prefere-se a passiva com o pronome apassivador. Outra forma de se criarem afirmações impessoais é através de sentenças que contenham orações relativas.

Consideremos:

- An object is left in the sun. It becomes hot.  
(passiva + ativa)

Um objeto é deixado ao sol. Torna-se quente.  
(passiva + passiva)

Pode se transformar em:

- An object which is left in the sun becomes hot.

Um objeto que é deixado ao sol torna-se quente.

Notemos essas ocorrências:

a) Retorts are made from glass. The glass must be fire-proof.

b) The glass which retorts are made from must be fire-proof.

c) The glass from which retorts are made must be fire-proof.

O vidro com o qual se fazem as retortas devem ser à prova de fogo (ou são feitos ...) ou ainda,

O vidro com que se fazem as retortas devem ser à prova de fogo.

Em inglês, embora tanto a sentença (b) quanto a (c) estejam perfeitamente corretas, a (b) é mais encontrada na linguagem coloquial, enquanto que a (c) é mais adequada e mais comumente encontrada na linguagem científica e técnica.

Há também, já que a linguagem científica tem como característica principal uma economia de expressão, a tendência de se encurtar as orações relativas, omitindo-se o relativo e o verbo auxiliar, tanto no inglês como no português. Assim:

- Pieces of iron which are left in the rain become rusty.
- Pedaços de ferro, que são deixados à chuva, enferrujam.

Pode-se transformar em:

- Pieces of iron left in the rain become rusty.
- Pedaços de ferro, deixados à chuva, enferrujam.

Deve-se notar, porém, que, em inglês, nem todas as orações relativas podem ser encurtadas. Não podem ser abreviadas as que começam com preposição, nem as que contêm os chamados "modais". Aqui a explicação fica bem clara, se os "modais" são usados com uma carga semântica, isto é, se eles acrescentam significado ao verbo, se a oração fosse encurtada, esse significado se perderia. Se não vejamos:

- The glass from which retorts are made must be fire-proof, cuja abreviação seria errada:

- The glass from retorts made must be fire-proof.

Ainda:

- a) Here is a list of the experiments which will be done this year.

- b) Here is a list of the experiments which should be done this year.
- c) Here is a list of the experiments which have been done this year.

onde (a) e (b) evidentemente significam coisas bem diferentes de:

- Here is a list of the experiments done this year.

A sentença (c) porém, não é diferente da forma abreviada. O mesmo fenômeno acontece com a tradução, em português. Assim:

- O vidro das retortas feitas deve ser à prova de fogo.

Sentença que não se apresenta errada em sua construção mas cujo significado é outro.

Assim também:

- a) Aqui está uma lista de experimentos que serão feitos este ano,

- b) Aqui está uma lista de experimentos que deveriam ser feitos este ano.

diferem do significado contido em:

- Aqui está uma lista de experimentos feitos este ano.

A sentença (c) não difere, porém, em significado.

- c) Aqui está uma lista de experimentos que têm sido feitos este ano (ou que se têm feito).

A necessidade de se definir certas operações, substâncias, objetos ou máquinas faz com que a linguagem científica se apresente marcada por definições que não são exemplos, mas uma boa descrição que deve partir do geral e depois explicitar as propriedades específicas. Assim:

- Um catalizador (coisa a ser definida) é uma substância (palavra que indica a classe geral) que altera a velocidade onde uma reação química (propriedade) ocorre, mas que se mantém inalterada no final da reação (outra propriedade).

O mesmo ocorre em inglês:

- A catalyst (thing to be defined) is a substance (general class of word) which alters the rate at which a chemical reaction occurs (a property which distinguishes the thing to be defined from the other members of the general class) but is itself unchanged at the end of the reaction (another property).

Embora haja várias formas possíveis de se apresentar uma definição há uma forma mais comum que se apresenta como uma verdadeira fórmula:

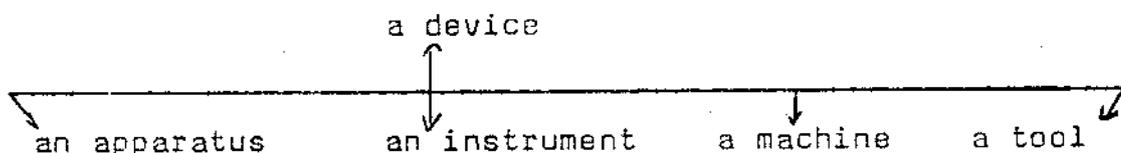
Um  $\left[ \begin{array}{c} x \\ y \end{array} \right]$  é um(a) .... palavra que indica a classe geral + que ...

ou, em inglês:

An  $\left[ \begin{array}{c} x \\ y \end{array} \right]$  is a/an ... general class word + wh-word ...  
The  $\left[ \begin{array}{c} x \\ y \end{array} \right]$

onde  $\left[ \begin{array}{c} x \\ y \end{array} \right]$  is a countable noun  
 $\left[ \begin{array}{c} x \\ y \end{array} \right]$  is an uncountable noun

Em inglês, a palavra device aparece frequentemente nas definições podendo ser usada para indicar alguma coisa que foi inventada ou construída, assim:



devendo o tradutor procurar uma das palavras que indica a classe geral: aparelho, instrumento, máquina ou ferramenta, em substituição da palavra mais genérica - device. Às vezes, acontece não ser isso possível, por exemplo:

- A machine is a device which enables us to use forces more conveniently,

cuja melhor tradução seria:

- Uma máquina (sentido geral) nos possibilita usar as forças de forma mais adequada,

e nunca

- Uma máquina é uma máquina (ou qualquer outra das alternativas).

Às vezes, ocorre que na linguagem científica há a necessidade de um outro tipo de definição, que chamaremos de "específica", onde também se precisa recorrer a uma palavra que indique a classe geral, assim:

- Um triângulo equilátero é  $\left[ \begin{array}{l} \text{um triângulo} \\ \text{uma figura} \end{array} \right]$  que ...

o mesmo ocorrendo em inglês

- An equilateral triangle is  $\left[ \begin{array}{l} \text{a triangle} \\ \text{a plane figure} \end{array} \right]$  which ...

As definições ainda podem ocorrer em duas etapas, para facilitar sua leitura e compreensão. Algumas seguem os seguintes modelos:

a) definição + exemplo

- An acid is a compound which neutralizes a solution of sodium hydroxide) (definition)

Common }  
 Typical } examples are sulphuric and nitric acid (example)

- Um ácido é um composto que neutraliza uma solução de hidróxido de sódio (definição)

Exemplos } comuns }  
 típicos } são ácidos sulfúrico e nítrico (exemplo)

b) definição + uso

An x/y is a z ... } Therefore }  
 consequently } it is used; ... one of  
 as a result } its main uses ...

Um x/y é um z } Daí }  
 conseqüentemente } é usado; ... um de  
 portanto } seus usos principais  
 é ...

- Aluminum is a metal which is light in weight. (definition)

Therefore, it is used for making aircraft.

Consequently, it is widely used for the manufacture of aircraft.

As a result, it is widely used in the aircraft industry.

Therefore, one of its main uses is in the manufacture of aircraft (use).

- O alumínio é um metal de peso leve. (definição)

Daí, é usado para a indústria aeronáutica.

Portanto, um de seus principais usos é a construção de aviões (uso).

c) definição + partes principais

An x/y is a z ... it consists of } two }  
 these } main parts ...

Um x/y é um z ... consiste de  $\left[ \begin{array}{l} \text{duas} \\ \text{das seguintes} \end{array} \right]$  partes principais .

- A pair of spectacles is a device for correcting eyesight. It consists of three main parts: a lens for each eye and a frame.
- Os óculos são um aparelho para correção visual. Consiste de três partes principais: uma lente para cada olho e uma armação.

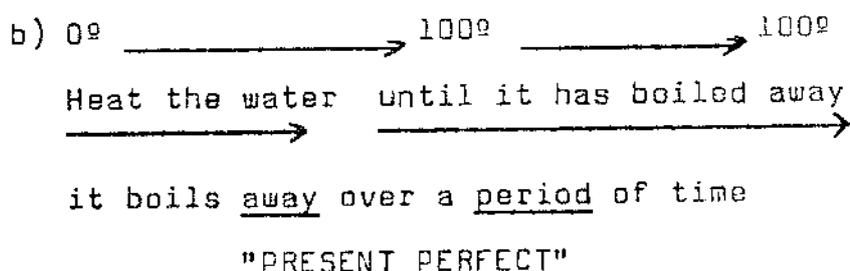
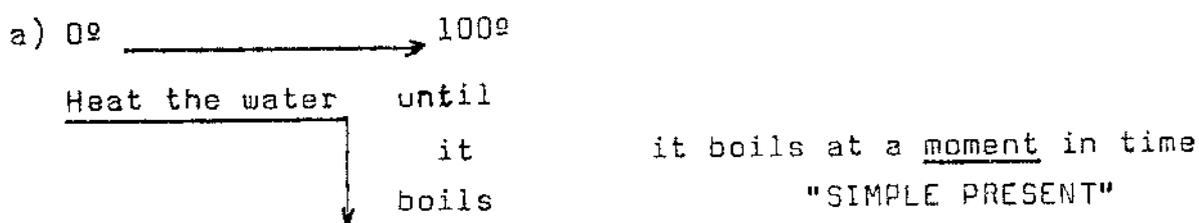
A forma verbal mais usada na linguagem científica, portanto, é a que indica tempo presente. Em alguns tipos de escrita científica, ocorre o uso do pretérito, principalmente em:

- a) relatos históricos de ciência e tecnologia;
- b) alguns tipos de relatórios científicos e técnicos;
- c) artigos ou comentários em revistas especializadas sobre ciência e sobre cientistas.

Na linguagem científica, em inglês, também pode ocorrer o uso do chamado Present Perfect Tense em descrições, como, por exemplo:

- When sufficient liquid has collected in the tube it should be removed.
- Quando houver líquido suficiente no tubo, deve ser removido.

Observe-se que, em português, não há equivalente para o Present Perfect Tense que indica a continuação da ação por um período de tempo, tendo que ser traduzido por outras formas verbais que não indicam tal precisão de descrição. Assim, seguindo o diagrama proposto por Swales (1974, p. 89).



Os correspondentes em português:

- a) aqueça a água até ferver
- b) aqueça a água até que tenha fervido,

não apresentam a mesma diferença semântica, mas indicam apenas o momento em que se deve parar o aquecimento da água. A melhor tradução para (b) seria: Ferva a água até sua evaporação completa.

Como o uso desse tempo verbal sempre apresenta problemas para os falantes de língua portuguesa, é interessante notar certos usos do Present Perfect com relação ao discurso científico.

Swales (1974, p. 92) comenta o fato de que, como o Present Perfect é um tempo verbal apenas meio pretérito, deveria ser chamado de "Pre-Present", porque é usado para descrever:

- a) atividades que passaram um pouco antes de agora:
  - The research team has just published a description of...
  - O grupo de pesquisa acabou de publicar uma descrição de...
- b) atividades que se passaram em um tempo não especificado antes de agora:
  - Man has been to the moon.
  - O homem esteve na lua.

Nesse caso, o que é mais importante é o fato que alguma coisa foi feita do que quando foi feita.

c) atividades que se iniciaram no passado, continuando acontecendo e podem continuar por algum tempo no futuro:

- Medicine has made great progress these last years.
- A medicina tem feito muito progresso nesses últimos anos.

A linguagem científica também se ocupa da descrição de experiências, de como os aparelhos funcionam, de como se produzem certas coisas e mesmo como certas coisas são descobertas ou inventadas.

Todo cientista sabe que o relato de seus experimentos deve ser colocado de forma clara, concisa e organizada. Às vezes, a descrição verbal é substituída por um diagrama ou um gráfico e mesmo letras ou números podem vir no lugar dos nomes.

MODELO 1 (Crystal e Davy, 1969, p. 252)

The photolytic decomposition of phenylazotriphenylmethane in benzene apparently follows a similar course to the pyrolytic decomposition discussed above. It has been investigated by Horner and Naumann (1954) and Huisgen and Nakaten (1954) and was found to involve a primary dissociation into phenyl and triphenylmethyl radicals and nitrogen, in the manner indicated in equation (8). The phenyl radicals are capable of effecting arylation, and the arylation is inhibited by the presence of an excess

of p-benzoquinone, which traps the radical efficiently. Nitric oxide similarly prevents the formation of triphenylmethane by uniting with triphenylmethyl radicals, as also does iodine in the presence of ethanol.

#### TRADUÇÃO 1

A decomposição fotolítica do fenilazotrifetilmetano no benzeno segue aparentemente um curso semelhante à decomposição pirolítica discutida acima.

Tem sido investigada por Horner e Naumann (1954) e Huisgen e Nakaten (1954), e descobriu-se envolver uma dissociação primária em radicais fenila e trifetilmetila e nitrogênio, da forma indicada na equação (8).

Os radicais fenila podem afetar a arilação e a arilação é inibida pela presença de um excesso de p-benzoquinona que prende totalmente os radicais.

Da mesma forma o óxido nítrico evita a formação de trifetilmetano ao unir os radicais de trifetilmetila. O iodo também age do mesmo modo na presença do etanol.

MODELO 2 (Bandini A, in Separata da Revista D.A.E., nº 81 (Julho/1971) - Ano-31 pp. 16/17).

- 1.3. Visando aplicar aos fluidos os princípios gerais da Mecânica, que não podem ser equacionados para cada molécula, será mister interpretar os valores das magnitudes  $f$  consideradas, no estudo de um determinado fenômeno, como valores médios, para intervalos de tempo pequenos e para volumes elementares, que constituam uma individualidade

física. Esse volume elementar é evidentemente, um valor limite, abaixo do qual, não existe uma correlação controlada, entre redução de volume e a correspondente diminuição de moléculas.

O valor médio da função  $f$  no intervalo de tempo infinitesimal  $dt$  identifica-se, pois, com:

$$\lim_{\Delta v \rightarrow 0} \frac{\Delta f}{\Delta t} = \frac{df}{dt}$$

sendo  $\Delta f$  o valor da própria função, no volume finito  $\Delta v$

Assim, por exemplo, fazendo-se coincidir  $f$  com o peso  $G$  ou com a massa  $M$ , os referidos limites representarão, respectivamente, o peso específico  $\gamma$  e a densidade de  $\rho$  (...).

#### TRADUÇÃO (dada no próprio documento)

To apply general principles of mechanics - which cannot be put into equation for single molecules - to fluid bodies, the values of each magnitude  $f$ , considered to study a specific phenomenon, are to be interpreted as average values, within short spaces of time and infinitesimal elements of value identified with a physical individuality. The volume element is evidently a limiting value, under which there is no controlled rate, between volume decreasing and correspondent molecule reduction.

Then the average value of the function  $f$ , in infinitesimal time  $dt$ , reduces to:

$$\lim_{\Delta v \rightarrow 0} \frac{\Delta f}{\Delta t} = \frac{df}{dt}$$

If being the value of the function itself, within the definite volume  $\Delta V$ . Thus, if function  $f$  corresponds, for instance, to weight  $G$  or mass  $M$ , the limit (1) will respectively represent, the specific weight  $\gamma$  or the density  $\rho$  of the body.

Comparada com outras variedades, a linguagem científica é a que menos apresenta problemas para o tradutor, quer por ser o campo científico o mesmo para os dois códigos lingüísticos com que se vai trabalhar, quer por ser a linguagem científica de origem mais recente, tendo havido em ambos os códigos uma relatinização quanto ao vocabulário, ficando, às vezes, mais fácil traduzir para o português, graças à origem latina desse idioma. Outro ponto que vem contribuir para uma maior facilidade para a tradução é a função prescritiva dessa variedade que, como a religiosa e a legal, coloca ênfase na mensagem e tenta garantir uma decodificação desimpedida de ruídos por parte do receptor, que geralmente partilha do mesmo código.

Além disso, como, dentro da província geral da linguagem científica, há uma série de usos bem definidos, por exemplo, a linguagem para relatar uma experiência, (modelos 1 e 2), discutir um problema, dar instruções para operacionalização de uma experiência, estabelecer leis ou definir conceitos, quando o tradutor se familiariza com os passos formais, mais ou menos preconizados por estatutos que, se não são explícitos, estão subentendidos, já que se espera uma determinada apresentação para textos científicos, ele aprende a se movimentar dentro da linguagem científica com segurança e desenvoltura.

As considerações feitas no início de nosso estudo dessa variedade de linguagem vão passando ao código do receptor, em nosso caso, o tradutor, de forma tão pertinente que, quando tem que traduzir uma definição, por exemplo, já se posiciona a esperar e traduzir um tipo de sentença que contenha os requisitos enumerados.

Como já foi discutido, vale-se a linguagem científica de certos recursos grafêmicos que prontamente a identificam, como, por exemplo, o uso de fórmulas, como no modelo 2, que para um não iniciado ao código é totalmente incompreensível. Outra característica grafêmica bem marcante é o uso de grifos para enfatizar os elementos mais importantes do relato, como, no modelo 2, os símbolos ( $f, \Delta f, p, G M$ ) e certas palavras como médios e limite. Além disso, as iniciais maiúsculas podem também ser utilizadas como recurso enfático.

O discurso científico, como o legal e o religioso, precisa do apoio de uma autoridade, recorrendo a citações de trabalho anteriores, como no caso do modelo 1, onde também deve constar a data de sua elaboração dando autenticidade às conclusões. Esse recurso é também utilizado na linguagem legal, onde a referência a um caso anterior dá reforço a uma posição atual.

A pontuação é também bem definida. No modelo 1, em língua inglesa, as sentenças são estruturadas de forma bem lógica, e os pontos finais e as vírgulas funcionam realmente como demarcações. A primeira sentença não tem vírgulas, só terminando quando todo o pensamento foi expresso. Na segunda sentença há três vírgulas, cada uma também delimitando porções completas de pensa-

mento, e, assim por diante. Tal procedimento não é, porém, seguida na versão em língua portuguesa.

O modelo 2, porém, como a LP é o português, que tende para sentenças mais longas, o problema fica maior, já que o tradutor vai ter que descobrir recursos de pontuação na língua inglesa para competir com o discurso português que é mais complexo.

Assim o tradutor teve que se valer de travessões para poder transmitir a idéia contida na oração relativa, o que não nos parece ser necessário, pois as vírgulas funcionariam tão bem em português como em inglês. Não nos parece também necessária a vírgula entre "controlada" e "entre", no texto da LP que o tradutor manteve na LC e que nos parece cortar o encadeamento lógico do pensamento. Outra vez, no segundo parágrafo, o emissor em língua portuguesa coloca o advérbio "respectivamente" entre vírgulas, como já havia feito anteriormente com "evidentemente", levando o tradutor a colocar desnecessariamente uma vírgula depois de "represent" quebrando, mais uma vez, a continuação lógica do pensamento.

Essas considerações evidenciam como a pontuação, combinada com os outros recursos grafêmicos já mencionados e outros como a presença de subtítulos, parágrafos bem definidos, com a finalidade de clareza visual que ajude na decodificação mais rápida, é sempre um fator de identificação da linguagem científica.

A Gramática e o vocabulário são outros elementos que ajudam nessa identificação.

Como já foi posto, a linguagem científica, por ser claramente informativa, tende a ser impessoal, levando alguns cientistas a lutar contra essa impersonalidade e abstração do código que usam. Assim como na linguagem legal e religiosa, onde também se luta para uma maior liberdade, a linguagem científica continua a se revestir daqueles elementos gramaticais já apontados e dentro de certas especificações grafêmicas bem definidas, combinadas com um vocabulário próprio, marcado por constructos morfológicamente complexos buscados no latim ou no grego.

Assim, os dois modelos são exemplos do que foi comentado anteriormente, a saber:

- a) o tempo verbal utilizado é o presente, mesmo referindo-se a experiências anteriores, como no modelo 1;
- b) há o uso constante de construções passivas e os agentes das experiências anteriores ficam, por esse recurso, enfatizados (Horner e Naumann; Huisgen e Nakaten);
- c) o uso da linguagem das constatações, com a utilização dos "modais", em inglês, sob a fórmula: se  $\begin{bmatrix} x \\ y \end{bmatrix}$  acontece, então que Z deve acontecer, como, por exemplo:
  - fazendo-se coincidir  $f$  com ... os referidos limites representarão ..., cuja tradução fica.
  - if function  $f$  coincides with ..., the referred limits will represent ...

Os possíveis motivos para tais construções já foram discutidos anteriormente, ficando aqui apenas a constatação de que, apesar dos esforços para uma maior liberdade dentro da província

geral da linguagem científica, essa ainda continua presa a certos padrões de redação.

Quanto ao vocabulário, notemos que, além de uma tendência de se buscar no latim e no grego itens lexicais e de adaptá-los ao vernáculo, há, em inglês, uma preferência, na linguagem científica, para os verbos de origem latina que muito ajudam o tradutor que tem o português como LC, aos chamados "phrasal verbs", muito utilizados em outras variedades, principalmente, na conversação. Vamos citar apenas alguns:

ignite	em vez de	set fire/light to
insert	"	push in
depress	"	push down
consume	"	use up
equalize	"	make up
occupy	"	fill up
extinguish	"	put out a fire/light out
add	"	put in
remove	"	take off/away
invert	"	turn upside down
place	"	put

Os dois modelos aqui apresentados, bem como os exemplos, são evidências concretas dessas características do vocabulário.

A linguagem científica, como a legal, deve evitar ambigüidades para não criar problemas, por exemplo, na replicação do experimento ou na utilização de um material ou na compreensão dos passos que envolvem um relatório.

A tendência para a simplificação, impersonalidade e desambigüidade da linguagem técnica e científica tem estimulado os entusiastas das chamadas "máquinas de tradução" a continuar suas pesquisas, embora muito trabalho quer prático quer teórico, tenha ainda de ser realizado antes que se possa esperar uma resolução dos maiores problemas que envolvem a comunicação interlingual. Embora sabendo dessas muitas limitações, já que não se pode alimentar uma máquina com dados suficientemente amplos que permitam a resolução de problemas formais e semânticos, muito progresso já tem sido feito no setor das máquinas de tradução, principalmente em três países: Rússia, Inglaterra e Estados Unidos.

A verdadeira aplicação das MT (Máquinas de Tradução) aos problemas práticos de tradução tem-se limitado até agora a trechos muito curtos com um assunto ainda dosadamente delimitado a certas áreas, como a física nuclear, procedimentos matemáticos ou processos químicos.

Os estudos que estão sendo feitos na área das MT têm contribuído para a busca de descrições mais explícitas dos processos lingüísticos e têm condicionado, principalmente no campo da linguagem científica, uma consciência maior dos elementos que entram na formação de um texto técnico ou científico que o torna passível de uma decodificação mais rápida, principalmente na área do conhecimento científico, onde as coisas acontecem de forma acelerada e cuja comunicação deve ser imediata. É dentro dessa variedade lingüística, cuja função é designativa, que as investigações no setor das MT mais têm caminhado.

Concluindo, as três variedades da linguagem aqui estuda-

das, não de forma final, porém de modo a enfatizar os elementos mais pertinentes e servir como ponto de partida para uma conscientização dos muitos problemas que enfrenta a comunicação interlingual, têm muitos aspectos em comum e foram assim analisados. Outras variedades podem ser estudadas, levando-se em consideração os mesmos passos metodológicos aqui seguidos, mas devem ser completados com outros critérios, como no caso da linguagem literária, num sentido mais amplo, e a linguagem poética, num sentido mais restrito, quais sejam, um estudo sincrônico da obra em questão e um estudo diacrônico da cultura em que essa obra está inserida. Teria tal estudo que fazer uma análise profunda do escritor, fazendo uma trajetória tanto sincrônica quanto diacrônica de sua obra.

Embora nos sintamos tentados a começar tal estudo, vamos nos contentar com a abordagem feita para as três variedades estudadas, deixando a província geral da linguagem literária fora de nosso trabalho.

Esperamos, porém, que o procedimento de reflexão e proposta objetiva de descrição que devem nortear a abordagem de um texto com a finalidade de sua tradução aqui colocados sirvam para todos os interessados no assunto bem como os envolvidos com os dois códigos lingüísticos, inglês e português, como apoio para seu trabalho e incentivo para uma melhor produção.

## C O N C L U S Ã O

Após a análise prática que focalizou aspectos pertinentes em três variedades de linguagem e que se propõe como uma forma de solução para o problema da tradução, focalizaremos a verdadeira posição do tradutor, não só no Brasil, como no mundo inteiro, para, finalmente, apresentar uma série de conclusões com vistas a uma melhor colocação do papel da tradução, seja como prática profissional, ou como técnica pedagógica válida.

O crescente movimento editorial de traduções, não só no Brasil, como em todas as partes do mundo, em todos os setores: - culturais, científicos e artísticos - tem chamado a atenção para os problemas de como evitar, principalmente, que obras de cunho científico, didáticas ou não, apresentem erros e até mesmo distorção das idéias contidas na obra original.

Estudiosos, como o Professor G.P.G. Butler, citado por Peter Hutchinson, em um artigo para Modern Languages (Londres, Vol. LVIII, nº 1, 1977; pp. 24-31), criticam a qualidade das traduções do alemão para o inglês, e o fato de que, como em segundas traduções, os tradutores não procurem, baseando-se nas limitações de primeiras traduções, melhorar seu padrão. No Brasil, estudiosos como Dino Preti, em Suplemento Cultural, de O Estado de São Paulo, ano III, nº 136, p.8, Jorge M. Rodrigues, também em Suplemento Cultural, de O Estado de São Paulo, ano I, nº 34, p.12, mostram os graves problemas que envolvem a tradução que é, como coloca Dino Preti, em seu artigo, uma decorrência da complexidade do relacionamento entre autor e tradutor. O tradutor tem sempre que enfrentar problemas de como se colocar perante o texto, de ser-lhe inteiramente fiel, de inter -

pretação pessoal, de crítica ou de alargamento da obra, contribuindo para ampliar ou adaptar o texto ao seu contexto cultural.

Para alguns céticos, o melhor seria sempre voltar ao texto original e fazer a sua própria leitura, já que a tradução é sempre a leitura vicária da obra. Infelizmente, como nos lembra Jorge M. Rodrigues, o número de estudantes que podem, a partir de um curso de 1º e/ou 2º grau, fazer sua própria leitura de um texto original, quer em inglês quer em francês, ou em ambos os idiomas, vem caindo nesses últimos 30 anos. As deficiências de nosso ensino tornaram o francês em língua quase morta e o inglês em um aglomerado de sentenças sem qualquer sentido, sendo a única finalidade do seu ensino nas escolas o de mecanizar o uso da gramática. Deste modo, vê-se o estudante na necessidade de recorrer às traduções que, devido ao seu baixo teor de qualidade, não só são nocivas ao seu desenvolvimento cultural, mas também contribuem para o que Jorge M. Rodrigues classifica de "alienigenização" e explica:

"Se não se há de admitir, porque seria exagero, que defeitos na versão de livros científicos, mesmo os de ciências sociais, produzam alienação intelectual, é aceitável, entretanto, afirmar que a má tradução sobretudo a que acuse nitidamente influência do idioma traduzido, poderá vir a ser mais um fator de destruição das raízes da personalidade nacional."

Ainda é importante considerar, também, o fato comentado por J.M. Rodrigues de que a perplexidade que sentem os estudantes

diante da falta de clareza da obra traduzida os leve a atribuir à sua própria incapacidade de compreensão, à sua limitação individual para alcançar o pensamento do autor. Ainda as traduções feitas às pressas, sem maior investigação por parte do tradutor, fazem com que, principalmente na linguagem técnica ou científica, onde o problema maior fica no campo vocabular, apareçam certos estrangeirismos que definitivamente separam os seus usuários do público em geral, reforçando o elitismo.

Viu-se a linguagem escrita invadida por esses estrangeirismos como se o nosso idioma fosse tão pobre a ponto de não conter correspondentes. Cita J.M. Rodrigues, de estudos feitos em obras de economia, alguns exemplos que vale a pena serem repensados :

"grafitificante" ("gratifying") e "gratificação", este como sinônimo de "satisfação", "prazer", não de "recompensa", o que o faz ambíguo. Também o de "posicionamento" ("positioning"), este arcaísmo posto em circulação por uma revista de Nova York, o de "confiável" ("trustworthy") e "ênfatizar" ("emphasize"). E um polissílabico "confiabilidade" ("trustworthiness") está sendo absorvido pela linguagem escrita da qual dificilmente passará à fala, dada à repulsa popular a vocábulos longos, como "indispensabilidade".

Embora J.M. Rodrigues insista em que tal tendência de utilizar estrangeirismos esteja limitada à linguagem escrita, notamos que eles já estão invadindo a fala dos intelectuais, profes -

sores, jornalistas e estudantes mais adiantados que parecem sentir a necessidade de utilizá-los para garantir sua presença e manutenção num dialeto de classe.

A acusação maior, em nosso entendimento, de J.M. Rodrigues, é aquela dirigida às traduções de obras que discutem temas de política econômico-social, onde se deve tomar o máximo cuidado quanto à forma da linguagem destinada a esclarecer os pensamentos nelas contidos.

"Lamentavelmente, no Brasil, e com isso pagamos o nosso tributo ao subdesenvolvimento, o que se verifica, quase como regra, é que tradutores de obras de ciências sociais se vêm, revelando, tal como a generalidade dos de livros de ficção e de filmes de cinema, incapazes de pôr na mesma altura o conteúdo de um bom texto e a vestimenta em que procuram envolvê-lo".

Todos os que conhecem os idiomas inglês e português, sabem dos problemas que os chamados "falsos cognatos" apresentam. Um tradutor encarregado de verter um texto do inglês para o português não pode desconhecê-los, pois todo o conteúdo semântico estaria prejudicado se houvesse uma tradução literal. É ainda J.M. Rodrigues que nos dá um bom exemplo de como o verbo "substitute for" sendo traduzido por "substituído por", sem outras modificações na estrutura, pode deturpar o sentido e criar perplexidade no leitor que desconhece o idioma em que a obra foi escrita. O exemplo é tirado de A Economia de Marx, Análise Crítica, de Alexander

Balinby (Instituto de Documentação, Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1973), lembrando J.M. Rodrigues que é Paul Samuelson, prêmio Nobel de Economia, que o prefacia, o que recomenda a obra como trabalho sério e como tal deveria ser encarada pelos encarregados de sua tradução:

"Uma é a progressiva substituição do trabalho feminino e infantil pelo do adulto masculino. Quanto maior o nível de mecanização, mas sofisticado o processo, menor a necessidade do tipo de força física normalmente associada à mão de obra masculina" (p. 145).

Vê-se claramente que há contradição entre o que foi declarado na primeira sentença e o que se conclui na segunda.

Nem tudo, porém, está tão "podre no reino" da tradução, não só pelo fato de que estudiosos como Erwin Theodor, Dino Preti e J. M. Rodrigues, para citar alguns, vêm criticando e opinando sobre suas limitações a possíveis soluções, mas também por que há esforços muito louváveis na criação de traduções de alto nível como as de professores como Leônidas Hegenberg, Octanny Silveira da Motta, Rodolfo Ilari, Glória Novak e de escritores como Augusto de Campos.

Reconhece-se uma boa tradução, quando ela se nos apresenta não como tradução mas como um original, onde se evidenciam a leitura pessoal e uma posterior interpretação lingüística.

Quanto à tradução da linguagem literária, como já vimos, as dificuldades são maiores já que o problema estilístico abrange as características da língua de seu autor, e transpor esse estilo

pessoal para outro código lingüístico implica uma verdadeira tarefa de recriação artística, como nos lembra Augusto de Campos, em entrevista a Jota Jota Moraes, em Jornal da Tarde, de O Estado de São Paulo, dia 13/1/79, p. 15.

Quanto à tradução técnica e científica, como também já vimos, a questão estilística é menor pois sua função designativa requer uma linguagem simples e clara, em estruturas de gramática bem definidas, evitando significações ambíguas.

O tradutor, ao trabalhar com textos de linguagem científica vai assumir uma outra postura, não de interpretar o autor, mas de descobrir no seu código lingüístico os melhores correspondentes no campo vocabular e, às vezes, até mesmo criar novos vocábulos, neologismos técnicos que venham superar a distância entre o vernáculo e o progresso científico, como nos lembra Dino Preti (1979, p. 8), o qual acrescenta:

"Além disso, conhecendo o campo em que trabalha pode o tradutor ampliar e atualizar o conteúdo da obra que traduz, introduzindo notas explicativas referentes ao desenvolvimento do assunto em seu país, indicando autores e obras que, embora não citados no original, devem ser lembrados na tradução. Até mesmo anotações críticas às idéias traduzidas, produto de um enfoque de língua e cultura diversas, poderão ser acrescentadas em rodapé, em introdução, em apêndice".

Como exemplo meritório de tal trabalho, cita a tradução feita, no campo das ciências lingüísticas por uma equipe de tradutores, sob a coordenação de Izidoro Blikstein, da Universidade de São Paulo, do Dictionnaire de Linguistique, de Jean Dubois e outros, edição original Larousse, 1973, e publicado em língua portuguesa, no Brasil, pela Editora Cultrix, de São Paulo, 1973.

A mesma preocupação de adaptar e ampliar a obra original é evidenciada pelo professor Rodolfo Ilari, na tradução de Linguistique et enseignement du français, da Librairie Larousse, Paris, e que leva o título em português de Lingüística e Ensino do Português, Livraria Almedina, Coimbra.

A principal causa das más traduções é, sem dúvida alguma, a falta de reconhecimento do trabalho do tradutor.

Nida (1964, p.145) lembra os versos de Sir John Denham, ao descrever o tradutor padrão:

"Such is our pride, our folly, or our fate  
That few, but such as can not write, translate"

Tais palavras contêm uma grande dose de cinismo mas, concretamente posto, pois o tradutor profissional, quer no Brasil quer em outros países, é pago pela obra completa não pelo tempo que gasta, pelo resultado econômico e não pela qualidade da obra. Quanto mais depressa traduzir maior será sua renda mensal. Além disso, algumas variedades de linguagem proporcionam maior rentabilidade, como as traduções legais e científicas. Como o campo profissional é limitado e poucos podem viver exclusivamente de seu trabalho de tradutor, a maioria dos tradutores somente trabalham

em seus textos nos intervalos de suas tarefas normais, ocasionando quebras de seqüência, os chamados "cochilos", desvios, e, muitas vezes, falta de revisão.

É esta a situação atual do tradutor que deve trabalhar contra o tempo, se quiser sobreviver. Portanto, o que se pode esperar é realmente uma tradução com falhas, até mesmo por parte dos melhores profissionais. Não é surpreendente que, como já vimos, os melhores trabalhos nesse setor não sejam produzidos por pessoas que vivam da tradução, mas por outros tipos de profissionais.

Apesar das críticas, e talvez por causa delas, as traduções estão melhorando, e dois fatos têm contribuído para comprovar tal afirmação: um é o interesse de certos profissionais de outras áreas que vêm produzindo traduções de alto teor quer por interesse de partilhar os conhecimentos expressos em outros códigos linguísticos quer pelo amor de escrever, como é o caso de Augusto de Campos, para quem tradução é "persona", como afirmou na entrevista citada (1979, p.15).

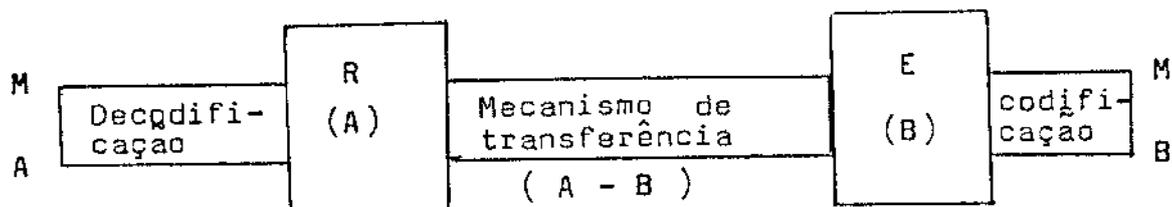
"Tradução para mim é persona. Quase heterônimo. Entrar dentro da pele do fingidor para refingir tudo de novo, dor por dor, som por som, cor por cor".

Aqui, como retomaremos mais tarde, esta é uma das necessidades para uma boa tradução: a identificação do tradutor com o assunto e a obra e até mesmo com o autor para que desapareça o binômio autor/tradutor e surja a interação autor ↔ tradutor, a fim de que haja a recapitulação do "momento mágico" como quer Augusto de Campos (1979, p. 15):

"de modo que o leitor possa ler a tradução como se não fosse uma tradução".

Não sabemos o que realmente acontece na mente do tradutor quando traduz; o que sabemos é que o mero conhecimento dos dois idiomas não é garantia para uma boa tradução. Se alguém vai operar como tradutor, deve ter uma boa dose de experiência em passar o conteúdo de uma para outra língua. Fato interessante é que certas pessoas têm mais facilidade de verter um código lingüístico para outro, mas sentem dificuldade em proceder ao contrário.

Ampliando o diagrama de comunicação em uma língua, podemos ilustrar a atividade do tradutor pelo modelo proposto por Nida (1964: p. 146)



Assim a mensagem numa língua A é de decodificação pelo receptor que, por um mecanismo de transferência, que não sabemos realmente como funciona, se transforma numa língua B, tornando-se o receptor no emissor da mensagem na língua B. A tarefa do tradutor não é simplesmente descobrir correspondências na língua B, mas ordená-las dentro de seus padrões. Em algumas situações é possível que essas correspondências se resumam num processo simples de combinação de palavras e estruturas gramaticais, mas o que é mais possível é que a mensagem transmitida pela língua A seja decodificada na forma de um conceito que servirá de alicerce para a

geração de um enunciado na língua B.

Mais importante do que se conjecturar sobre o que se passa na mente do tradutor no momento da tradução é estar consciente de que ele não trabalha no vazio, mas traz para sua leitura todo um passado ideológico de sub-códigos que está constantemente presente, pois pertence a uma determinada cultura. Ainda temos que considerar nesses fatores interlinguais e interculturais as diferenças de tempo, como, por exemplo, traduções de textos de épocas passadas e, às vezes, até de idiomas extintos, bem como deveremos considerar diferenças de cultura.

A partir de todas as considerações até agora colocadas, podemos começar a delimitar nossas conclusões finais, seguindo o roteiro proposto por Nida (1964, capítulo 7 ).

1. O primeiro requisito para um bom tradutor é ter um conhecimento razoável do idioma em que foi escrito o texto com o qual vai trabalhar. Isto não significa que ele entenda o sentido global da mensagem, o que é necessário, mas não suficiente. Deve ir além e buscar as sutilezas escondidas, as ambivalências e ambigüidades intencionais ou não, o valor emotivo das palavras, os aspectos estilísticos da língua como um todo, da variedade em particular e da língua do autor. Assim Augusto de Campos (1979: p. 15), respondendo à pergunta de Jota Jota de Moraes, sobre se há um código de honra em seu trabalho de tradutor, diz:

"- A tradução, à primeira vista, é sempre uma impossibilidade. Que às vezes se tor-

na possível. Regras? Algumas, que se ensinam e se aprendem. 1. Traduzir a partir do original. 2. Tentar reproduzir não só "o conteúdo", mas a materialidade do texto (ritmos, rimas, aliterações, paranomásias). 3. Não complicar (...). Código de honra: não fugir às dificuldades do texto. O resto, o que não se ensina, é o problema da intuição, tão delicado e sensível como o da elaboração de um poema original. É indispensável uma profunda identificação com o texto traduzido. Isto é, não basta achá-lo bonito ou importante. Ele tem que servir de base para o tradutor".

Além do conhecimento dos múltiplos recursos de LP, deve o tradutor ter um domínio completo de seu idioma (LC). Deve se sentir solto dentro de seu próprio código lingüístico e é aqui que o conhecimento de lingüística, e especificamente de estilística, aliado a uma finalidade de expressão e à intuição, como colocado acima, vai permitir tentar, no dizer de Augusto de Campos, uma homomorfose de significantes e significados.

A maior ocorrência de erros é devido ao insuficiente domínio das línguas pelo tradutor e ainda, como nos lembra Erwin Theodor, em artigo publicado em Suplemento Cultural, de O Estado de São Paulo, ano III, nº 119, 1979, p.10, pelas imperfeições intrínsecas a cada idioma. Também é mais difícil traduzir de

uma língua muito distante do que de outra mais próxima, por exemplo, traduzir do russo para o português é mais difícil do que do francês para o português.

2. Conhecer o funcionamento de um sistema lingüístico é importante, porém, não é suficiente para o tradutor, que deve também ter um conhecimento específico da variedade com que vai trabalhar. Por exemplo, pode estar perfeitamente familiarizado com uma língua e, no entanto, não saber nada a respeito de física nuclear ou de política. Seu conhecimento global da língua não será suficiente para traduzir textos dessas áreas específicas.

Aqui, o tradutor deve fazer todo um percurso de levantamento de dados pertinentes ao estilo da área específica em que vai trabalhar, como foi proposto no capítulo 4. Uma vez delimitada a área específica em que vai atuar, deverá fazer um estudo estilístico, lembrando a proposta sugerida, e buscar aqueles aspectos grafêmicos, vocabulares, sintáticos e semânticos que identificam a variedade lingüística em que vai trabalhar e descobrir dentro da província geral o uso específico ou modalidade empregada naquele texto em particular.

Às vezes, além desse levantamento sistemático de dados, que, a princípio, é consciente e objetivamente organizado e, aos poucos, vai formando parte integrante do tradutor, há, também, a necessidade de elaboração de um glossário com aqueles itens lexicais que caracterizam o texto, com possíveis correspondentes em português e também a necessidade de optar por certos estrangeirismos ou criar neologismos técnicos, como já foi comentado.

Aos poucos o tradutor vai-se identificando com a variedade lingüística com que trabalha e passa a ser não só um leitor mais experimentado do assunto mas também um crítico, podendo e devendo incluir sua opinião pessoal que, em textos técnicos, como já visto, vai assumir a forma de notas de rodapé, apêndice e notas de prefácio com comentários, sugestões de outras leituras, exemplos elucidativos e outros recursos. Seu papel é o de encontrar o tão procurado equilíbrio entre os dois sistemas lingüísticos, onde se supera a tensão lingüística. Erwin Theodor (1979, p.10) coloca que:

"Qualquer tradutor sabe que não pode sobrepor, como se fossem rótulos de uma garrafa, significados no ato da tradução, mesmo que se trate de duas línguas muito próximas, pois os valores estilísticos serão sempre distintos. Daí ser necessário que mantenha uma posição de autonomia perante o seu texto. A tradução que passa a produzir não pode ser identificada com o original, isto é evidente, mas apesar disto, todos esperam que o resultado do seu trabalho exerça efeitos idênticos sobre os leitores."

3. Mesmo que haja um conhecimento da língua global e de uma variedade lingüística, o tradutor ainda não tem garantia de ser competente, a menos que tenha uma inclinação natural pelo tipo de texto com que trabalha. Deve haver um perfeito casa-

mento entre autor e tradutor, e, segundo Justin O'Brien, citado por Nida (1964: p.151), não se deve traduzir o que não se admira e, se possível, deve haver uma afinidade natural entre o tradutor e o traduzido. Acrescenta ainda que é necessário um embasamento cultural, comum entre o tradutor e o autor e, se não existir, deve o tradutor suprir tal deficiência.

Em resposta à pergunta de Jota Jota de Moraes (1979,p.15)

"- Quem e por que você traduz?"

Augusto de Campos diz:

" - Os que me apaixonam, naturalmente".

e continua, mais adiante, em resposta à pergunta sobre a língua original, o momento do poeta e sua obra:

" - A língua original é indispensável. Os dados informativos ajudam, mas são menos necessários, embora inevitáveis, porque não se traduz bem sem paixão e a paixão conduz necessariamente à curiosidade em torno da obra e do momento do poeta".

O tradutor deve, porém, estar sempre consciente de que a sua interação com o autor precisa ser mantida em todo o texto e se, às vezes, tem o direito de agir com liberdade, não pode tentar superar seu autor.

4. Tudo o que ficou colocado, a saber: conhecimentos dos sistemas lingüísticos envolvidos, da variedade com que vai traba-

lhar e mesmo da província e modalidade específica em questão, mais a afinidade natural com o assunto e seu emissor ainda não é suficiente para uma tradução realmente de alta qualidade. É necessário que o tradutor tenha também capacidade para expressão literária. Nobokov, citado por Nida (1964; p.151), afirma que o tradutor realmente eficiente é aquele que tem, pelo menos, o mesmo tipo de talento que o autor que escolhe.

Ainda é Augusto de Campos, na mesma entrevista (1979; p. 15) que diz,

"- Não me considero menos poeta traduzindo poesia. Como disse, vejo na tradução também uma "disciplina do Ego" (...). Penso que a tradução é um modo de sair de si próprio e cooperar, co-participar da experiência alheia, dissolver o lado "baixo - astral" da auto-operação. Além disso, me envolvo tanto nas traduções que sinto boa parte delas como obra minha também".

5. O tradutor deve sempre estar alerta para procurar manter o equilíbrio no seu trabalho. Às vezes, temendo trair o texto se apega à literalidade, não revelando o seu verdadeiro significado e aí então é que realmente atraiçoa seu autor. O outro pólo é também perigoso, um excesso de subjetividade. Está claro que não se pode evitar tal envolvimento pessoal em seu trabalho. Todo o processo de interpretação da mensagem, seleção de itens lexicais e formas gramaticais correspondentes, sua

escolha de equivalentes estilísticos estará determinado pela sua identificação ou não, sua afinidade ou não com o autor e a mensagem. É aí que deve entrar sua honestidade intelectual que fará com que a posição pessoal não interfira na comunicação.

Nida (1964, p. 154) comenta tal comportamento, tentando explicá-lo de várias formas. Às vezes, a intromissão pessoal do tradutor se dá de forma consciente; é quando ele busca modificar a mensagem para convir com seus próprios pontos de vista, quer políticos, sociais ou religiosos. Para tal tipo de intromissão não há remédio. Outras vezes a intromissão é inconsciente e resulta de traços da personalidade que influenciam o trabalho de forma sutil, levando o tradutor a tentar melhorar o texto ou corrigir o que lhe parece serem erros.

Enquanto que na linguagem científica, a subjetividade se reduz ao mínimo, ela aparece em outras variedades de linguagem, como na religiosa e na literária, principalmente devido ao alto grau de envolvimento emocional do tradutor com a mensagem veiculada. Às vezes, é a insegurança pessoal do tradutor que o leva a não deixar o texto transmitir a mensagem por si mesmo, e outras vezes é a sua falta de humildade intelectual que o impede de consultar outros textos ou outros profissionais em busca de mais informações ou sugestões.

É de se notar também que o tradutor pode, levado por uma atitude paternalista, talvez julgando que seus receptores não são capazes de decodificar as mensagens sozinhos, tentar aju-

dá-los com explicações inseridas, especialmente sob a forma de notas, as chamadas Notas do Tradutor (N.T.). Agenor Soares dos Santos (1979, p.9) classifica essas notas do seguinte modo:

- "1. Nota em que o tradutor faz pouco da inteligência do leitor ou, mais grave ainda, do autor, e "explica" o que se deduz sem dificuldade do texto;
2. Nota em que o tradutor se permite discordar do autor, achar insuficiente, errônea, estranha ou mesmo absurda e abusiva uma posição, afirmação ou opinião deste, ou procura aliciar o leitor para a sua posição ou ponto de vista; (...)
3. Nota, corolário da anterior, em que o tradutor (em geral para fazer praça de erudição ou de vasta cultura), "colabora" com o autor, corroborando afirmações deste com exemplos ou fatos;
4. Nota em que o tradutor reproduz, sem comentários, palavra ou frase do original;
5. Nota para traduzir o que deve ser traduzido no contexto;
6. Nota não só para traduzir, mas para explicar o que, além de ser equivalente na língua do tradutor, dispensa explicação;
7. Nota em que o tradutor procura dar ênfase ao que o autor disse de modo objetivo e não emocional, ou realçar o que este pretendia como simples relato, declaração ou exposição factual."

### Resumindo:-

O trabalho do tradutor é essencialmente difícil, mal pago e muitas vezes não é valorizado. O tradutor é duramente criticado, quando comete erros, e muito pouco elogiado, se produz uma tradução de alta qualidade. Deve não somente dominar os sistemas lingüísticos com que trabalha, descobrindo e desenvolvendo aptidões pessoais para determinadas variedades da linguagem, fazer um estudo constante de aspectos estilísticos, procurar diminuir as distâncias culturais. Apesar de todo esse esforço, seu trabalho é raramente reconhecido. No entanto, como bem nos lembra Augusto de Campos, a tarefa do tradutor tem suas próprias recompensas, pois a boa tradução significa um dos mais compensadores desafios no mundo de hoje, e a comunicação precisa e imediata entre povos que usam idiomas diferentes garante ao tradutor uma posição de grande importância.

A partir dessa constatação da problemática da tradução, do papel importante embora pouco reconhecido do tradutor na sociedade, como fazer para que a situação melhore? Onde, quando e como situar seu ensino/aprendizagem no contexto educacional brasileiro?

Sempre constituiu polêmica o uso ou não do idioma materno nas aulas de uma língua estrangeira. É fato, porém, que, quando se aprende uma segunda língua, mesmo pelo que se costumava chamar de "método direto", estabelece-se, em geral, padrões de equivalência, na tradução, ou se diz ao aluno que "chair" é "cadeira" ou ele vai fazer sozinho tal correlação através de um mecanismo que escapa ao professor.

No capítulo 5, intitulado Comparação e Tradução, M.A.K. Halliday et al(1974, pp. 136-161) retomam a polêmica da utilidade ou não do uso do idioma materno e sua comparação com o idioma estrangeiro que está sendo ensinado. A comparação pode ser excluída, quer por uma teoria pedagógica, como é a que serve de base para o "método direto", quer pela força das circunstâncias, como é o caso das classes formadas por alunos de várias procedências e colocados na mesma sala de aula com um professor que apenas fala a língua que está ensinando. Isto ocorre nas aulas de inglês ministradas a estrangeiros por professores ingleses, na cidade de Londres.

Há, porém, aulas nas quais o professor que também conhece a língua nativa comum se vale dessa para melhor ensinar o idioma estrangeiro. É perigoso generalizar seus resultados. Já alguns consideram válida a técnica de relação das duas línguas e outros já opinam pelo tratamento da língua a ensinar como se fosse outro assunto qualquer, como a matemática ou a história. A comparação pode assumir várias formas, com a explicação gramatical da língua estrangeira, valendo-se do conhecimento que o aluno tem da sua própria gramática, o uso da tradução em uma direção ou em ambas.

A decisão sobre o uso ou não da língua nativa é, portanto, uma questão em parte pertencente a uma teoria pedagógica, sendo atualmente, na chamada "abordagem funcional", grandemente advogada, e, em parte, decorrente das circunstâncias. Não é uma questão que possa ser resolvida, fazendo-se referência somente à

lingüística. Os autores mencionados recomendam que, se houver a necessidade do uso do idioma nativo, é importante que o professor saiba quais as possibilidades de seu uso. A lingüística contribuirá, mostrando como duas línguas podem ser relacionadas, e cabe ao professor escolher as possibilidades mais adequadas e traçar seus próprios métodos para usá-las. Há ocasiões em que a comparação é não só extremamente útil mas necessária. Nesse caso seu uso deve ser bem esquematizado, do contrário, pode prejudicar a aprendizagem em vez de ajudá-la. É a "Lingüística Comparada", segundo Halliday e seus colaboradores, que se ocupa das teorias e métodos para a comparação das línguas e também da teoria e uso da tradução como um dos meios para o ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira.

Não é, porém, no seu contexto histórico que vamos aqui utilizar a Lingüística Comparada, mas na sua dimensão descritiva, daí a "Lingüística Descritiva Comparada", que engloba a tradução, aqui considerada como um caso especial de comparação entre duas línguas.

Há dois princípios fundamentais que servem de alicerce para a Lingüística Descritiva Comparada (Halliday et al, 1974, p. 138):

"um declara "descrever antes de comparar"  
o outro diz "comparar padrões, não línguas inteiras" ".

A lingüística parte do princípio de que só se pode comparar o modo como as coisas funcionam a partir de sua descrição.

Daí, o professor só pode se valer da língua nativa para comparação, se souber descrever seu funcionamento, não bastando apenas ser capaz de usá-la. O segundo princípio é também bem claro: não se trata de comparar português e inglês, porque todo idioma é um complexo de padrões e o que se pode fazer é uma série de comparações de padrões particulares, a partir da descrição. Para que isso seja possível, devem-se levar em consideração as três etapas propostas por Halliday (1974, p. 139), a saber:

"primeira, a descrição separada dos aspectos importantes de cada língua; segunda, o estabelecimento da comparabilidade; terceira, a comparação em si mesma".

A segunda etapa é realmente importante porque só poderá haver comparação dos elementos que podem ser comparáveis. Como critério de comparabilidade, Halliday propõe que se mostre sua equivalência contextual, baseando-se na tradução. Se não houver elementos equivalentes na tradução não valerá a pena compará-los. Vemos aqui como a tradução, não literal mas contextual pode ser utilizada como um dos critérios para o uso ou não da língua nativa na sala de aula, como recurso didático.

Halliday (1974, p. 142) ainda propõe a possibilidade da criação de uma obra de referência com uma comparação sistemática dos principais padrões nas duas línguas envolvidas no processo, a partir de sua descrição, usando as mesmas categorias teóricas.

Estabelece como níveis primordialmente convenientes para essa comparação sistemática global a gramática e a fonologia que faria com elas o mesmo que um dicionário bilíngüe. Poderia também valer-se da comparação mais geral e teórica, como se vale da comparação geral e teórica para tratar dos problemas particulares, como é o caso dos falsos cognatos que não se limitam ao vocabulário.

O uso da comparação do idioma estrangeiro com a língua nativa pode ser um recurso didático válido se o professor de línguas estrangeiras, principalmente de inglês, souber se valer de uma teoria lingüística sólida, e puder, a partir de uma descrição bem feita dos dois padrões lingüísticos envolvidos e com o auxílio da tradução, mostrar que há mais equivalências do que diferenças entre eles.

Um outro ponto focalizado por Halliday é o da interferência da língua materna na ocorrência dos erros e a possibilidade de se prever erros, valendo-se de uma boa comparação. Quando se pergunta, porém, qual é a finalidade dessa previsão, fica claro que aqui estão envolvidas três etapas de ensino, sendo a comparação importante só para duas delas.

Em primeiro lugar, quando um professor prepara ou escolhe seu material de ensino, vale-se consciente ou inconscientemente de certos critérios de escolha, baseados na maior ou menor probabilidade de erros devidos à interferência da língua materna. Se souber quais são as áreas de interferência e souber descrevê-las, vai preparar seu material de tal forma a reduzir ao mínimo

seu efeito indesejável. Assim, no ensino de inglês, o professor experiente já sabe, mas também deve saber descrever os idiomas envolvidos de tal forma a antecipar e evitar a possível interferência na aprendizagem dos "adjetivos possessivos" (dêiticos), por exemplo, pois os alunos tendem a usar uma única forma "your", para todos os adjetivos referentes à terceira pessoa (his, her, its, their). Este é o uso preventivo da comparação.

Em segundo lugar, pode-se usar a comparação para explicar os erros cometidos e ajudar na preparação dos exercícios reparadores. Esta é a etapa do treinamento e da cura.

Halliday separa, porém, o diagnóstico dos erros da comparação, pois a análise do erro é uma questão puramente descritiva, dentro do próprio código; um desvio que deve ser descrito em seu próprio idioma. Aqui começa uma área muito complexa dentro da qual não vamos prosseguir, apenas salientando o fato de que cabe a cada professor escolher uma forma adequada para analisar e tentar curar os erros, quer sejam eles resultados da interferência quer não.

Também Halliday comenta o chamado método de "comparação por transferência" para comparar a gramática das línguas, o que é diferente do método descritivo-comparativo habitual que aproxima duas línguas que foram descritas separadamente, com igual peso para ambas. Na comparação por transferência, porém, faz-se a descrição de uma língua e depois da segunda, a partir do modelo estabelecido pela primeira, e cita, como exemplo, as descrições tradicionais do inglês que são, de certa forma, compara-

ções por transferência do latim.

Uma vantagem do seu uso é no caso de modelos que são tão diferentes que uma correspondência direta é sempre incompleta, como no caso já citado dos adjetivos possessivos his e her, cuja escolha não é determinada por qualquer aspecto forma da locução nominal.

Outro aspecto da lingüística comparada é a tradução. Como colocá-lo no ensino das línguas estrangeiras?

Para Halliday e seus colaboradores (1974, p.149) a tradução é a "relação entre dois ou mais textos que desempenham idêntico papel e idêntica situação". Para eles, como no caso da sinonímia, esta relação pode apenas ser aproximada, pois, as duas situações que geram a atividade lingüística não são idênticas, e são produtos de culturas diferentes. A natureza da equivalência entre as duas línguas é contextual e não formal. Em outras palavras, é porque achamos que a expressão inglesa "I'm hungry" e a portuguesa "estou com fome" são contextualmente equivalentes, em algumas situações, que podemos pensar em compará-las formalmente.

Daí, os envolvidos com o aprendizado de uma segunda língua procurarem, na medida do possível, contextualizar o ensino, estabelecendo uma equivalência com a maneira pela qual o aluno aprendeu na sua própria língua. Os livros didáticos mais recentes, ao nível do aluno principiante e do intermediário, numa abordagem "funcional", apresentam a linguagem relacionada com situações bem claras em ilustrações que procuram, o mais possí-

vel, se prender à realidade e exercitada não só num padrão fixo, repetido mecanicamente, mas com variações de, pelo menos, dois tipos de uso - formal e informal. Para exemplificar, tomemos a unidade 3, do livro Starting Strategies, de Brian Abbs e Ingrid Freebain (1977, pp. 16-20), que se intitula:

Unit 3. Hello and Goodbye e se divide em:

Set 1 Introduce people (1) and greet informally.

Set 2 Ask and say what somebody's job is (2).

Set 3 Ask and say somebody's name.

Como vemos, a linguagem é apresentada em situações que exemplificam suas funções. Uma possível apresentação dessa ocorrência lingüística - apresentar as pessoas, perguntar seu nome e profissão - pode ser feita com uma equivalência em português e o aluno será levado a pensar e a expressar-se numa situação entre conhecidos e amigos, onde se introduz uma nova pessoa. Estabelecida a relação contextual, pode o professor apresentar a situação inglesa, que no livro citado aparece, de forma clara, numa ilustração em preto e branco, na qual três pessoas estão envolvidas num ato social, quando então, terão que se apresentar e dizer qual sua profissão. Aqui, a tradução é utilizada para estabelecer uma equivalência contextual e não formal, o que é justificado e aconselhado como recurso que leva à compreensão e encurta um longo caminho de possíveis ruídos desencorajadores.

Embora as tendências pedagógicas atualmente procurem se

distanciar do ensino da gramática e do uso do dicionário, com abordagens que ligam a expressão oral à experiência de ver e ouvir a situação em que essa expressão se realiza, o chamado "método gramática-tradução" ainda permanece como a forma mais frequente do ensino de uma língua estrangeira em nossas escolas, por motivos que vão, desde o despreparo do professor, que não pode se atualizar, até o ser considerado por alguns profissionais como verdadeiramente válido. É o próprio Halliday que dá resposta ao que está errado no enfoque do tipo gramática-tradução (1974, p.302):

"O método de ensino lingüístico por meio da gramática e da tradução, conforme o nome indica, repousa principalmente na descrição formal da língua que está sendo ensinada e no exercício da tradução para a língua materna e da versão desta para a outra. O método seria um pouco mais eficiente (mas não tanto) se a gramática usada fosse lingüisticamente mais válida e tivesse maior correspondência direta do que habitualmente ocorre com alguma modalidade corrente da língua ensinada, de preferência uma variedade falada. A maior parte da gramática ensinada por esse método é pedante, arcaica ou mesmo errônea (...)"

Se a gramática fosse bem descrita e pertinente, ainda assim seu ensino não seria um substituto válido para as habilidades

práticas da língua. Alguns estudantes sabem converter a descrição gramatical em operação prática mas, para os mais jovens e inexperientes, o ensino de uma língua estrangeira por meio da gramática não é uma abordagem eficiente.

O uso da tradução no ensino de uma língua estrangeira se apresenta como um caso diferente. A tradução, porém, vem sempre ligada à gramática, já que se apresenta, desde o início, como forma alternativa daquela, para levar os alunos a aprenderem o idioma estrangeiro, sendo utilizada em forma de exercícios de classe ou de casa para fixação dos itens ensinados em aula. O erro de seu uso nas classes de iniciantes é que a tradução não pode ser utilizada como técnica de fixação de frases ou expressões aprendidas, ou seja, um mero jogo de substituição de uma língua por outra. É um processo muito complexo, como vimos no decorrer de todo esse nosso trabalho, e envolve problemas de gramática, vocabulário e ortografia que estão interligados, e cuja apresentação global, não graduada nos primeiros estágios do aprendizado de uma língua estrangeira, é pedagogicamente incorreta. A tradução é uma técnica altamente especializada e deve ser colocada nos estágios mais adiantados, quando o aluno já domina os problemas que caracterizam os dois códigos envolvidos e não no início, quando o aluno está se esforçando para adquirir habilidades essenciais de compreensão e de expressão oral.

Ainda, há professores que recorrem à simples tradução de frases que não têm sentido, já que estão desligadas de um contexto, apenas como exercício para fixar estruturas gramaticais ou

reforçar o aprendizado de itens lexicais, salientando a equivalência formal que não conduz a nada e nem serve como garantia de que o aluno irá realmente lembrar o item ensinado.

À medida que o aluno adquire maior conhecimento da língua, o problema da tradução se torna mais difícil pois ele vai descobrindo que pode usar várias formas de tradução igualmente válidas e, a fim de ser aprovado, vai ter de adivinhar qual é a alternativa que agradará ao professor. A questão de avaliação da tradução é realmente muito séria.

O ensino de inglês vem substituindo o método "gramática - tradução" por outras abordagens mais coerentes com os avanços da lingüística, e hoje não se pensa mais em verter longos trechos de uma língua para outra, como mero exercício, treinamento ou cura.

Como o ensino de uma língua estrangeira prevê o desenvolvimento de certas habilidades, como expressão e compreensão oral, leitura e escrita, alguns materiais didáticos mais atualizados, privilegiando um desses aspectos em determinadas etapas do aprendizado, vêm-se valendo da tradução como técnica pedagógica. Para citar uma publicação bem recente, Get Ahead, escrito pela professora M.A.A. Celani, da PUC de São Paulo, e editado pelo Grupo Longman, na qual se propõe material didático para a prática da língua inglesa, a nível intermediário, a partir da necessidade dos alunos, delimitando-se os objetivos para concentrar-se mais no desenvolvimento da habilidade de compreensão de leitura de textos contemporâneos. Os exercícios fazem uso da língua portu-

guesa e explica a autora, no Teacher's Guide (1979, p.3)

"Atualmente, os especialistas estão reavaliando o papel da língua materna da aprendizagem de uma segunda língua, e os resultados das pesquisas parecem indicar que esse papel pode ser muito importante. No caso específico deste material, que se destina antes de tudo a desenvolver habilidade de compreensão de leitura, o uso da língua materna justifica-se, independentemente de considerações de ordem teórica. O uso da língua materna é muitas vezes mais econômico, e mais adequado para levar o aluno à compreensão de alguns aspectos mais complexos da estrutura de um texto, para verificar a compreensão do conteúdo e, inclusive, para se dar instruções sobre o que fazer em um determinado exercício (...). É preciso não esquecer que toda a nossa atenção está focalizada na compreensão do texto e não no entendimento da linguagem, por vezes complicada, sobre o texto".

Assim, na unidade 8, que leva o título de Victims of Seveso, (pp. 43-47) o exercício para verificar a compreensão pormenorizada (detailed comprehension) é feito com alternativas em língua portuguesa e o exercício 2, da parte sobre prática de linguagem (Language Practice), pede que se traduza para o inglês

(Translate into English) quatro sentenças em língua portuguesa cujo conteúdo é tirado do texto: uma tradução contextual e não formal.

A tradução, porém, não ocupa apenas um lugar como recurso didático no ensino de uma língua estrangeira, pode também ser um fim nessa tarefa. Há muitas pessoas que querem ser tradutores profissionais e as entidades educacionais estão se preocupando com o problema e já colocam no seu currículo cursos, ou em nível de graduação ou pós-graduação, para formar tradutores.

A tradução pode-se dividir em duas atividades: traduzir e interpretar, se o meio utilizado for escrito ou falado. Há uma diferença muito grande entre essas duas atividades. Para traduzir não há necessidade de se falar a língua da qual se traduz. Há uma tendência de se traduzir numa única direção: geralmente do idioma estrangeiro para a língua materna. Talvez a variedade mais traduzida seja a linguagem científica, pelos motivos já analisados. A alta probabilidade de equivalência unívoca nesse tipo de tradução faz com que não somente os profissionais mas também cientistas qualificados se sintam mais seguros em trabalhar com textos científicos.

A tradução literária ocupa o extremo oposto, onde, segundo Halliday (1974, p. 256)

"O tradutor tem de olhar além das fronteiras das frases para se guiar na es -

colha dos equivalentes. Em uma última análise, a única unidade lingüística válida em uma obra de literatura é o texto inteiro e, pelo menos, em teoria, nenhuma escolha de um elemento ou categoria gramatical pode ser considerada como definitiva até que o contexto da obra completa seja levado em consideração".

Quanto ao intérprete, sua atuação é bem diferente, pois é aquele indivíduo que desenvolveu a habilidade de expressão oral da língua. Ele tem que trabalhar com extrema rapidez e seu campo de ação vai desde o morfema até o parágrafo. Não pode rever sua tradução como faz o tradutor e pode até mesmo ser corrigido no momento da interpretação. O maior grau de habilidade é exigida na "tradução simultânea", onde o intérprete se mantém logo atrás da emissão de cada porção significativa do falante e só faz as pausas que o discurso vai colocando.

Para o treinamento de tradutores e intérpretes é aconselhável que se estude lingüística e fonética e que o discurso seja analisado em suas variedades, focalizando seus aspectos relevantes, como ficou anteriormente colocado. Lembrando as funções, papel e requisitos que um tradutor deve ter, parece que um passado universitário favorece a formação de um bom tradutor, dando-lhe uma retaguarda cultural e maior habilidade lingüística. Resulta disso que precisamos encorajar mais universitários a produzirem

traduções, principalmente os das áreas de Letras e Lingüística.

A necessidade de se incentivar tal trabalho pode ser concretizado na forma de introdução da tradução como habilidade a ser adquirida, não só como recurso didático no ensino de uma língua estrangeira, mas também como um fim em si mesmo, nos currículos universitários de Letras e Lingüística. O ideal é desenvolver certas técnicas para proporcionar um caminho mais curto e mais eficiente para que o aluno de tradução encontre as equivalências necessárias dentro do estilo do texto.

Hutchinson (1977, p.26), comentando as limitações das técnicas utilizadas em classes de tradução, na Inglaterra, aponta três fatores principais:

- a) os professores procuram tirar o máximo dos textos que usam, salientando palavras desconhecidas dos alunos ou usadas de forma incomum;
- b) realçam estruturas sintáticas muito complexas;
- c) usam textos que exemplificam o estilo de um autor ou de uma época. Esta atitude limita as possibilidades criativas da tradução.

Hutchinson propõe algumas sugestões para melhorar o desempenho das tradicionais aulas de tradução, a saber (pp.26-29):

- a) iniciar o trabalho escolar com a apresentação de um exemplo de má tradução, que deve ser comparado com o original,

a fim de detectar o que está errado e sugerir melhores alternativas. Às vezes, é útil se fazer um catálogo desses pontos estudados. Tal exercício é mais difícil do que se possa imaginar, a princípio, já que consiste não só na correção dos "erros" mas num estudo cuidadoso do texto original para se descobrir o que se perdeu na trajetória;

- b) em níveis mais adiantados, pode-se alternar tal procedimento, dando-se aos alunos um trecho em que o ponto de vista do autor não está muito claro e pedir que os alunos façam a tradução em casa. Depois, em classe, o professor distribuirá duas traduções diferentes, uma mais literal e a outra mais livre e, se possível, feitas em épocas diferentes, e levará os alunos a estabelecerem comparações e a decidirem se a melhor tradução é a mais literal ou a que se apresenta mais livre e a discutirem alguns princípios básicos teóricos que sustentam a posição tomada;
- c) comparar traduções de autores famosos, digamos Shakespeare, que tem sido traduzido em muitas ocasiões e de muitas formas diferentes, e escolher duas traduções: uma bem antiga e outra bem recente. Esse procedimento pode servir de base para certas discussões teóricas, como, se o tradutor devesse tentar recriar a tonalidade da época em que o texto foi escrito ou procurar adaptá-lo à época da tradução;
- d) é útil, de vez em quando, fazer um intervalo e dar aos

alunos um texto original e duas traduções diferentes para que façam um comentário sobre as traduções apresentadas, escolhendo uma delas. Esse exercício requer grande esforço por parte dos alunos que devem demonstrar uma compreensão global do texto original antes de fazer sua apreciação;

- e) outro tipo de exercício é levar os alunos a completarem duas traduções diferentes do mesmo trecho, uma para leitores que tenham algum conhecimento da língua em que o trecho foi escrito e a outra para leitores sem nenhum conhecimento dela. O interessante dessa forma de exercício é colocar o aluno na posição de ter que pensar no receptor da mensagem. O resultado do trabalho dos alunos é, muitas vezes, muito inconsistente. Sua tradução é marcada por uma correspondência fiel do texto mas num português medíocre com alguns momentos de inspiração. É interessante que o professor mostre que tal inconsistência nada mais faz do que quebrar o estilo do texto original;
- f) a tendência do professor, envolvido em buscar material para as aulas de tradução, é muitas vezes de selecionar textos de alta complexidade, quer quanto à gramática quer quanto ao vocabulário. O interessante é apresentar um texto que seja bem simples. A partir daí então, pode o professor insistir em padrões mais altos;
- g) uma alternativa para estudar problemas sintáticos e léxicais da língua é encorajar os alunos a trazerem sentenças

que consideram difíceis e que também possam ser de interesse para os outros alunos. Tal atitude é muito importante porque nem sempre o que o professor considera difícil é realmente problema para o aluno e há problemas que podem ser apresentados pelo aluno que não sejam assim considerados pelo professor;

h) finalmente, pode-se introduzir a prática de trechos com anotações, que abrangem informações sobre o uso de certas palavras não só no contexto que está sendo estudado mas também em outros contextos. É tarefa bastante cansativa mas que economiza muito tempo na sala de aula, gasto com ditados ou anotações no quadro-negro e também ajuda o aluno quanto ao uso do dicionário.

As sugestões propostas por Hutchinson têm muitos pontos positivos e, principalmente, fazem com que a aula de tradução seja variada e motivante, colocando muito da responsabilidade do trabalho nos alunos, que se tornam mais críticos não só das traduções já feitas como também de seu próprio trabalho. Procurando expor o aluno a diferentes variedades do discurso, estará o professor dando oportunidade para que ele descubra aquela para a qual tem mais aptidão. Além disso, como o trabalho feito em casa e/ou em sala de aula é sempre acompanhado de discussões, o aluno vai desenvolver além do senso crítico e embasamento teórico, aquela atitude de humildade necessária para buscar com outros profissionais, ou não, sugestões para melhorar sua tradução.

A tarefa do tradutor é um trabalho sério e de grande res-

ponsabilidade e deve ser encarada não como uma tarefa (atividade) que qualquer indivíduo, desde que saiba um pouco de dois idiomas, possa fazer. É uma forma de comunicação entre culturas diferentes, em códigos diferentes, e cabe àquele que tem a chave de seus mistérios, a grande missão de efetivá-la, guardando todos os aspectos que a marcam na sua forma original para que possa ser compreendida satisfatoriamente na sua versão traduzida. Assim o tradutor é a ponte que liga culturas diferentes e épocas diferentes e é seu dever se armar de todos os elementos necessários para que a travessia seja precisa e sem problemas.

Esperamos que nosso trabalho seja uma contribuição para facilitar essa tarefa, alertar os que pretendem começar a traduzir e ajudar os professores de inglês a fazerem uso da tradução como uma técnica pedagógica válida, quando devidamente empregada.

## BIBLIOGRAFIA

ABBS, Brian e FREEBAIM, Ingrid.

1977 - Starting Strategies (Londres, Longman Group).

AZEVEDO, Fernando de.

1958 - A Cultura Brasileira (São Paulo, Melhoramentos).

BENVENISTE, Émile.

1976 - Problemas de Linguística Geral, tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. (São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp).

BLOOMFIELD, L.

1961 - Language (Nova York, Holt, Rinehart and Winston).

BUENO, Silveira.

1964 - Estilística Brasileira (São Paulo, Saraiva).

CATFORD, J. C.

1974 - A Linguistic Theory of Translation (Londres, Oxford University Press).

CELANI, M. Antonieta.

1979 - Get Ahead, book 1 (with a summary of English Grammar by Mary A. Kato) (Londres, Longman Group).

COHEN, Jean.

1974 - Estrutura da Linguagem Poética, tradução de A. Lorenzini e A. Arnichand. (São Paulo, Cultrix/Edusp).

CRYSTAL, D. & Davy, D.

1969 - Investigating English Style, (Londres, Longman & Co.)

CRYSTAL, D.

1971 - Linguistics (Middlesex, Penguin Books)

DARBYSHIRE, A. E.

1971 - A Grammar of Style (Londres, The Language Library)

ENKVIST, N. E. et al.

1970 - Linguística e Estilo, tradução de Wilma A. Assis. (São Paulo, Cultrix)

- FRANCA, Leonel.  
1952 - O Método Pedagógico dos Jesuítas (Rio de Janeiro, Agir).
- GENOUVRIER E. e PEYTARD, Jean.  
1974 - Linguistique et enseignement du français, tradução e adaptação de Rodolfo Ilari - Linguística e Ensino de Português. (Coimbra, Almedina).
- GUSDORF, Georges.  
1977 - A Fala, tradução de Tito de Avillez. (Rio de Janeiro, Rio).
- HAIDAR, Maria de Lourdes M.  
1972 - O Ensino Secundário no Império Brasileiro (São Paulo, Grijalbo/Edusp).
- HALLIDAY, M. A. K. et al.  
1974 - As Ciências Linguísticas e o Ensino de Línguas, tradução de Myriam Freire Morau. (Petrópolis Vozes).
- HOUGH, G.  
1972 - Style and Stylistics (Nova York, Routledge & Kegan Paul).
- JAKOBSON, Roman.  
1971 - Linguística e Comunicação (São Paulo, Cultrix).
- KAPLAN, Marcos T.  
1974 - Formação do Estado Nacional na América Latina (Rio de Janeiro, Eldorado).
- LAPA, M. R.  
1975 - Estilística da Língua Portuguesa (Coimbra, Coimbra).
- MATTOS, Luiz Alves.  
1958 - Primórdios da Educação no Brasil, O Período Heróico (1549 a 1570) (Rio de Janeiro, Aurora).
- MOUNIN, Georges.  
1975 - Os Problemas Teóricos da Tradução, tradução de Heloysa de L. Dantas. (São Paulo, Cultrix).

MURRY, J. Middleton.

1968 - O Problema do Estilo, tradução de Aurélio Gomes de Almeida. (Rio de Janeiro, Acadêmica).

NIDA, Eugene A.

1964 - Toward a Science of Translating (Leiden, E. J. Brill).

POPPER, Karl.

1972 - Conhecimento Objetivo, tradução de Milton Amado. (São Paulo, Itatiaia/Edusp).

PYLES, Thomas.

1964 - The Origins and Development of the English Language (Nova York, Harcourt, Brace & World).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos.

1978 - História da Educação Brasileira: A Organização Escolar (São Paulo, Cortez e Moraes).

RIFATERRE, M.

1973 - Estilística Estrutural, tradução de A. Arnichand e A. Lorencini. (São Paulo, Cultrix).

RONAI, Paulo.

1976 - A Tradução Vivida (Rio de Janeiro, Educom).

SWALES, John.

1971 - Writing Scientific English (Londres, Thomas Nelson & Sons).

THEODOR, Edwin.

1976 - Tradução: Ofício e Arte (São Paulo, Cultrix).

TURNER, G. W.

1977 - Stylistics (Nova York, Penguin Books).

ULLMANN, S.

1964 - Semântica, Uma Introdução à Ciência do Significado, tradução de J. A. Osório Mateus. (Lisboa, Calouste Gulbenkian).

## Artigos

COSTA, Aída.

s/d "Esboço Histórico do Ensino Secundário no Brasil, do descobrimento até à República", in Revista de Pedagogia.

HUTCHINSON, Peter.

1977 - "Improving the Standard of Translation", in Modern Languages, Londres, Vol. LVIII, n.1.

MDRAES, J. J.

1979 - "Um poeta apaixonado pelo ofício de tradutor", entrevista com Augusto de Campos, in Jornal da Tarde, de O Estado de São Paulo, 13/1/1979.

NEIS, I. Antonio.

1979 - "Do Conceito de Tradução", In Letras de Hoje, Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, n. 37, setembro de 1979.

PRETI, Dino.

1979 - "De Originais e Traduções", in Suplemento Cultural, de O Estado de São Paulo, n. 136, 10/6/1979.

RODRIGUES, J. M.

1977 - "No Reino da Tradução de Livros de Ciências", in Suplemento Cultural, de O Estado de São Paulo, n. 34, 5/6/1977.

SANTOS, Agenor Seares dos.

1979 - "As Notas do Tradutor", in Suplemento Cultural, de O Estado de São Paulo, n. 114, 7/11/1979.

THEODOR, Edwin.

1979 - "Tradutores e Criadores", in Suplemento Cultural, de O Estado de São Paulo, n. 119, 11/02/1979.

## Revista

1969 - Langue Française, 3, sob a direção de M. Arrivé et J. C. Chevalier. Número especial, "La Stylistique". (Paris, Larousse).